

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**IRIS VANESSA DE SOUSA SILVA**

MULHERES DE LUTA: o fortalecimento dos movimentos de mulheres em Quixabeira – BA  
através das políticas públicas sociais (2011-2015)

SALVADOR  
2021

Iris Vanessa de Sousa Silva

MULHERES DE LUTA: o fortalecimento dos movimentos de mulheres em Quixabeira – BA através das políticas públicas sociais (2011-2015)

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Professora Orientadora Mestra Carolina Farias Moraes

Salvador  
2021

## FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Iris Vanessa de Sousa.

MULHERES DE LUTA: o fortalecimento dos movimentos de mulheres em Quixabeira – BA através das políticas públicas sociais (2011-2015)  
/ Iris Vanessa de Sousa Silva. Salvador: FLACSO/FPA, 2021.

155 f.:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2021.

Orientador/a: Carolina Farias Moraes

Iris Vanessa de Sousa Silva

MULHERES DE LUTA: o fortalecimento dos movimentos de mulheres em Quixabeira – BA através das políticas públicas sociais (2011-2015)

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em: 17/06/2021

---

Professora Mestra Carolina Faria Moraes – Orientadora  
FLACSO Brasil/FPA

---

Professora Doutora Claudia Andrade Vieira  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

---

Professora Doutora Glaucia Cristina Candian Fraccaro  
FLACSO Brasil/FPA

---

Professor Mestre Édén Santos de Castro  
Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso - FCG

À todas as mulheres que dedicam seus dias em  
busca de uma sociedade igualitária e  
socialmente justa!

## AGRADECIMENTOS

Gratidão tem sido uma palavra muito utilizada ultimamente. Porém, neste momento nenhuma palavra poderia descrever o que sinto agora, especialmente por conta do período que estamos vivenciando, em plena pandemia do novo coronavírus (COVID-19), sem dúvida, estar e permanecer grata pela vida é necessário e importante. Por isso, sempre agradecer. Inicialmente a Deus e aos espíritos de luz que têm me guiado até aqui, emanando luz e boas energias para que, mesmo que fraqueje, jamais desista das lutas.

Agradeço especialmente ao Partido dos Trabalhadoras – PT, através da Fundação Perseu Abramo, por acreditar que a educação é o melhor caminho para se fazer política neste país, nos concedendo a oportunidade de aprimoramento, não só para a militância na seara política, mas também a militância do cotidiano da vida. São sementes plantadas que, ao longo das nossas lutas individuais e coletivas, pessoais, profissionais e políticas, serão colhidos os frutos da ânsia de um país mais justo em todos os sentidos. Sem dúvida, o agradecimento deve ser estendido à Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais – FLACSO pela parceria através da Perseu Abramo.

À Carolina Moraes, minha orientadora, agradeço pelas reuniões via *Meet*, visto nossa distância física, uma junção paulista/baiana que deu certo e fomos nos entendendo a partir do nosso caminhar de pesquisadoras e militantes. Dialogando, trocando *e-mails*, nos vendo pela tela, algo que se tornou tão comum no momento que estamos ainda vivenciando, incluindo as emergências e figurinhas pelo *WhatsApp*. Confesso que no início, ao sabermos quais professoras seriam nossas orientadoras, fiquei aflita, me lembrei da famosa frase da nossa monitora de curso (leia-se Carol): “Resenha não é resumo”, e pensei: “Será que vai rolar?”, mas, aqui estamos! Sãs (nem tanto), mas salvas! Obrigada, Carol, por todas as partilhas. Sua orientação foi fundamental para a realização desta pesquisa.

À minha família, que mesmo com tantas ausências minhas, compreende o esforço para meu aprimoramento pessoal e profissional. Sem vocês jamais teria conseguido chegar até aqui. Aproveito o momento e dedico este trabalho às mulheres da minha família, em nome das minhas avós Maria Inocência (em memória) e Jacy Maria, mulheres de fibra, que não desistem, mesmo tombando às vezes. Fui criada por mulheres espetaculares que me ensinaram e me ensinam cotidianamente a seguir em frente.

À Taize Lima, minha companheira de longas jornadas, que, mesmo não percebendo diretamente, colabora sempre em minhas trajetórias de pesquisa, de estudo, de aprimoramento profissional e pessoal. Nossos momentos de leituras não acadêmicas (obviamente), de fazer

nada, de conversar e assistir coisas sem sentido, foram, sem dúvida, pausas que eram necessárias no ir e vir da escrita acadêmica. Obrigada, amor, por mais essa etapa. Será que vem o doutorado? Aguardemos!

Aos meus companheiros e amigos de caminhada neste curso, Fábio Bonfim e Ramon Novaes, parceiros de idas e vindas à Salvador, dividindo tudo, inclusive o cuscuz e as experiências acadêmicas, da militância e da vida. Obrigada “compas”, por tornar este percurso mais leve e motivador, tenho certeza que nossa parceria será para muitas outras jornadas.

Às entidades que se tornaram meu objeto de pesquisa: a Associação de Mulheres Trabalhadoras de Quixabeira - AMTQ e a Associação Mulheres em Ação – AMA, em nome das representantes legais, com as quais estabeleci maiores contatos, Hilda Rios e Abiran Silva, respectivamente, por abrirem as portas de suas casas para realizarmos nossas entrevistas e por me atenderem prontamente quando solicitadas, por telefone, e-mail e pessoalmente. Sou e serei eternamente grata a vocês e às entidades por me receberem tão bem, acreditarem e confiarem no trabalho que estava sendo realizado, desde a produção do projeto de pesquisa, ainda em 2019, até aqui, na produção desta dissertação. Os movimentos de mulheres de Quixabeira são, para mim, entidades organizadas e comprometidas com o trabalho social que desenvolvem. Espero, de verdade, que os frutos deste trabalho sejam compartilhados com todas vocês, afinal, como eu sempre dizia: “A pesquisa é para vocês”, então, que os frutos vindouros sejam também para vocês. Gratidão!

Às minhas amigas e amigos, cada uma e cada um, que fizeram parte desta jornada junto comigo, rindo e silenciando nos momentos certos, foram sem dúvida, peças que não deixaram a engrenagem parar. Em nome de Leide Rios, minha amiga irmã, agradeço a cada uma e cada um de vocês por não me “abandonarem” em mais uma jornada acadêmica.

Ao amigo poeta Agnaldo Rocha e à prima poetisa Emicleia Brito, que me emprestaram suas sábias e belas palavras para trazer identidade ao meu texto acadêmico, tornando-o, a meu ver, mais leve, sensível e cheio de identidade. Agradeço imensamente aos dois artistas pela confiança e pelo carinho.

Na busca incessante por informações e documentos que pudessem colaborar com a construção deste trabalho, recorri a muitas pessoas, em nome de Robson Aglayton Cabral Rodrigues, da Cooperativa de Trabalho e Assistência a Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte - COFASPI, agradeço à todas as pessoas, que direta ou indiretamente, contribuíram para que esses dados chegassem até mim e enriquecessem de forma substancial o trabalho de pesquisa. Muito obrigada!

Agradeço às colegas de curso, às professoras, por todas as partilhas ao longo dessa jornada, à coordenação da FLACSO Brasil pela atenção dispensada e apoio sempre que necessário.

Estendo meus agradecimentos as professoras Claudia Andrade Vieira e Glaucia Cristina Candian Fraccaro, por terem tão prontamente aceitado o convite para participar da banca de defesa e por todas as contribuições que, ao longo do tempo, serão implementadas nesta pesquisa buscando ao máximo a melhoria acadêmica do trabalho, deste e de outros que possivelmente virão.

Muito obrigada!

**Mulheres de Fibra**

*Quem és tu mulher?*

*Sou a Eva, Ester, Elza, Margarida, Malala, Madalena, Marta.  
Sou a Débora, Dorothy, Nise, Amélia, Anita, Anne, Tomasia, Tarsila, Carmen.  
Sou a Zilda, Olga, Joana, Greta, Valentina, Raabe, Marielle, Nina.  
Sou mulher, sou menina.*

*Sou forte e guerreira, não fujo à luta  
Sou determinada e destemida  
Guiada por sonhos e ideais, sou potente e protagonista.*

*Sou mãe e filha, sou trabalhadora  
Sou o que sou, forjada nas dores e alegrias  
Sou tantas Marias.*

*Quiseram me calar  
Mas minha voz ressurgiu forte e estridente  
No clamor de toda gente.*

*Não me calo nem me dobro, vou estar onde quiser  
Na cozinha ou na política  
Afinal sou mulher.*

*Vou ocupar os meus espaços  
Seja ele onde for  
Vou mostrar o meu valor.*

*Sou de um credo fiel e forte  
Sou mulher de fibra.*

*Sou do campo ou da cidade  
Pertença ao mundo.*

*Sou simples ou sofisticada  
Com uma lata na cabeça ou uma caneta na mão  
Escrevo minha história e também a da nação.*

*Sou atrevida.  
Carrego no ventre a luz do mundo  
No seio alimento toda a humanidade  
Levo no colo todas as tribos.*

*Sou o infinito  
Sou mulher.*

(Emicleia Brito<sup>1</sup>)

---

<sup>1</sup> Poetisa quixabeirense, participa do Projeto “Bardos Baianos”, que visa a publicação de um livro com a participação de artista do Território de Identidade da Bacia do Jacuípe. Ainda não tem nenhuma obra publicada, mas contribui enormemente para a valorização da cultura quixabeirense.

## RESUMO

Esta pesquisa busca identificar qual o impacto das políticas públicas de caráter social para o fortalecimento dos movimentos de mulheres em Quixabeira – BA. Para compreendermos tal fato, lançamos mão do trabalho etnográfico como suporte metodológico, buscando analisar um contexto social específico, bem como compreender as relações das pessoas envolvidas. Serão objetos de estudo dois movimentos de mulheres, a Associação de Mulheres Trabalhadoras de Quixabeira e a Associação Mulheres em Ação, com o intuito de identificar como as políticas públicas sociais foram importantes para o fortalecimento das mulheres associadas. As políticas públicas foco do trabalho foram o Programa Bolsa Família; o Programa Minha Casa Minha Vida e o Programa Cisternas. Trata-se de um estudo que busca relacionar a importância das políticas públicas sociais adjuntas ao fortalecimento dos movimentos de mulheres, bom como, das próprias associadas. Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo, utilizando aparato bibliográfico, análise documental, entrevistas e questionários. Nela, inicialmente se apresentam os conceitos, as entidades pesquisadas, e por fim, a análise dos dados colhidos na pesquisa documental e o resultado das entrevistas e dos questionários aplicados às associadas.

**Palavras-chave:** Gênero. Feminismo. Movimento de Mulheres. Políticas Públicas. Políticas Sociais.

## ABSTRACT

This research seeks to identify the impact of public policies of a social character for the strengthening of women's movements in Quixabeira - BA. To understand this such fact, we used ethnographic work as methodological support, seeking to analyze a specific social context, as well as understanding the relationships of the people involved. Two women's movements, the Association of Women Workers in Quixabeira and the Women in Action Association, will be the object of study, in order to identify how social public policies were important for the strengthening of associated women. The public policies focused on the work were the Bolsa Família Program; the Minha Casa Minha Vida Program and the Cisternas Program. This is a study that seeks to relate the importance of social public policies attached to the strengthening of women's movements, as well as those of the associates themselves. This is a character search qualitative, using bibliographic apparatus, document analysis, interviews and questionnaires. In it, initially the concepts, the researched entities are presented, and finally, the analysis of the data collected in the documentary research and the result of the interviews and questionnaires applied to associates.

**Keywords:** Gender. Feminism. Women's Movement. Public policy. Social Policies

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AMA – Associação Mulheres em Ação
- AMTQ – Associação de Mulheres Trabalhadoras de Quixabeira
- ASA – Articulação do Semiárido Brasileiro
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- BNH – Banco Nacional de Habitação
- BPC – Benefício de Prestação Continuada
- BSM – Brasil Sem Miséria
- CADÚNICO – Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal
- CAIXA – Caixa Econômica Federal
- CF/88 – Constituição Federal de 1988
- COFASPI - Cooperativa de Trabalho e Assistência a Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte
- CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
- DEBEN – Departamento de Benefícios
- ESF – Estratégia Saúde da Família
- FBPF – Federação Brasileira para o Progresso Feminino
- GIDUR – Gerência de Desenvolvimento Urbano
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- MC – Ministério da Cidadania
- MCMV – Minha Casa Minha Vida
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
- MMTQ – Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Quixabeira
- MOC – Movimento de Organização Comunitária
- ONU – Organização das Nações Unidas
- P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas
- PCB – Partido Comunista do Brasil
- PFB – Programa Bolsa Família
- PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural
- PNHU – Programa Nacional de Habitação Urbana
- PRF – Partido Republicano Feminino

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PT – Partido dos Trabalhadores  
SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação  
SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania  
SEDS – Secretaria Especial do Desenvolvimento Social  
SENARC – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania  
SEGOV – Secretaria de Governo e Planejamento  
SFH – Sistema Financeiro de Habitação  
SINDSERV – Sindicato dos Servidores Públicos de Quixabeira  
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
SUS – Sistema Único de Saúde  
UBS – Unidade Básica de Saúde  
UNEB – Universidade do Estado da Bahia

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Políticas setoriais e transversais da política social brasileira.....	51
Figura 2 - Tipos básicos de intervenção da política social brasileira .....	53
Figura 3 - Natureza ou grau de intervenção das Políticas Públicas.....	67
Figura 4 - Abrangência das Políticas Públicas .....	68
Figura 5 - Síntese da abrangência das políticas públicas.....	69
Figura 6 - Impacto e/ou papel das políticas públicas nas relações sociais .....	69
Figura 7 - Moradia da beneficiária .....	83
Figura 8 - Planta baixa da unidade habitacional.....	84
Figura 9 - Planta de layout da unidade habitacional.....	84
Figura 10 - Unidade habitacional em fase de construção 1 .....	85
Figura 11 - Unidade habitacional em fase de construção 2.....	85
Figura 12 - Unidade habitacional pronta para entrega .....	85
Figura 13 - Trabalho de campo PNHR.....	86
Figura 14 - Mapa Semiárido brasileiro.....	89
Figura 15 - Plantas e detalhes da Cisterna de 16 mil litros.....	93
Figura 16 - Desenho esquemático da Cisterna de Calçadão.....	94
Figura 17 - Desenho esquemático da Cisterna de Enxurrada.....	94
Figura 18 - Cisterna de Placas 16 mil litros .....	95
Figura 19 - Cisterna de Calçadão de 52 mil litros .....	95
Figura 20 - Cisterna de Enxurradas de 52 mil litros.....	95
Figura 21 - Localização do Município de Quixabeira no Território de Identidade - Bacia do Jacuípe .....	106
Figura 22 - Mapa de Localização do Município de Quixabeira .....	107
Figura 23 - Idade das associadas .....	109
Figura 24 - Estado civil .....	110
Figura 25 - Escolaridade.....	110
Figura 26 - Renda média familiar.....	111
Figura 27 - Profissão/ocupação das participantes.....	111
Figura 28 - Quantidade média de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família.....	116
Figura 29 - Percentual de titularidade feminina no Programa Bolsa Família .....	116
Figura 30 - Valor médio anual recebido pelas famílias beneficiárias .....	116
Figura 31 - Titularidade do PNHR dividida por gênero.....	117

Figura 32 - Titularidade do PNHU dividida por gênero.....	118
Figura 33 - Quantidade de cisternas de 1ª água recebida .....	119
Figura 34 - Quantidade de cisternas de produção recebida .....	119
Figura 35 - Cisternas recebidas via COFASPI (2011-2015).....	120
Figura 36 - Tempo de participação no movimento.....	123
Figura 37 - Como se sente ao participar do movimento de mulheres .....	124
Figura 38 - Outras organizações sociais .....	125
Figura 39 - Importância de participar do movimento de mulheres .....	126
Figura 40 - Programas Sociais.....	126
Figura 41 - Quintal produtivo.....	128
Figura 42 - Aspectos da independência através dos movimentos .....	129
Figura 43 - Ações da entidade voltadas para a independência das mulheres .....	130

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Renda familiar mensal e faixas do PMCMV .....	79
Quadro 2 - Modalidades do MCMV .....	79
Quadro 3 - Metodologia para contratação do MCMV – PNHR/PNHU – Quixabeira.....	81
Quadro 4 - Tipos de Tecnologias Hídricas.....	92
Quadro 5 - Marcos do Programa Cisternas .....	96
Quadro 6 - Percurso metodológico.....	97
Quadro 7 - Perfil das Entrevistadas .....	108

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>1 GÊNERO E FEMINISMO: CONCEITOS E TRAJETÓRIAS.....</b>	<b>26</b>
<b>1.1 AFINAL, O QUE É O FEMINISMO?.....</b>	<b>33</b>
<b>1.2 FEMINISMOS À BRASILEIRA .....</b>	<b>36</b>
<b>1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS SOCIAIS: ENTENDENDO     CONCEITOS .....</b>	<b>42</b>
1.3.1 Políticas públicas.....	42
1.3.2 Políticas Sociais.....	47
<b>2 MOVIMENTOS DE MULHERES EM QUIXABEIRA: UMA REALIDADE.....</b>	<b>54</b>
<b>2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS EM QUIXABEIRA: BREVE ANÁLISE .....</b>	<b>58</b>
2.1.1 Associação de Mulheres Trabalhadoras do Município de Quixabeira – AMTQ.....	61
2.1.2 Associação Mulheres em Ação – AMA .....	64
<b>2.2 TIPOLOGIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>66</b>
2.2.1 Programa Bolsa Família.....	70
2.2.2 Minha Casa Minha Vida – Rural e Urbano.....	75
2.2.3 Programa Cisternas .....	87
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO: CONCEITOS, ELEMENTOS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA .....</b>	<b>97</b>
<b>3.1 TIPO DE ABORDAGEM, DE PESQUISA E AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS     .....</b>	<b>97</b>
<b>3.2 CONHECENDO QUIXABEIRA – BAHIA: O LOCAL DA PESQUISA.....</b>	<b>104</b>
<b>3.3 OS SUJEITOS DA PESQUISA .....</b>	<b>107</b>
<b>3.4 PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS EM QUIXABEIRA (2011-     2015) .....</b>	<b>113</b>
<b>3.5 ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS DOS QUESTIONÁRIOS SOBRE AS     POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS.....</b>	<b>123</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>137</b>
<b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>148</b>
<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA ASSOCIADAS .....</b>	<b>151</b>
<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REPRESENTANTES DAS ENTIDADES .....</b>	<b>153</b>
<b>ANEXO A – PARECER COMITÊ DE ÉTICA FLACSO .....</b>	<b>155</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca identificar qual o impacto das políticas públicas de caráter social para o fortalecimento dos movimentos de mulheres em Quixabeira – BA e, como consequência, pretende analisar o fortalecimento das próprias associadas dos movimentos estudados. Por muito tempo a historiografia oficial não contou a história das minorias, pois as mesmas não eram consideradas objetos oficiais de estudos. Apenas o espaço público era levado em consideração para a escrita da História, além disso, aos homens era destinado o espaço de fala, de ação e também de escrita da própria historiografia, o que simboliza como mais distante ainda a mulher desses espaços (SILVA, 2017, p. 20).

Às mulheres não eram destinados os espaços públicos, apenas o restrito espaço do lar, da família, do privado. Novas formas de visualizar as mulheres surgem justamente quando rompe em várias partes do mundo, especialmente na França e nos Estados Unidos, uma ênfase maior nos estudos das universidades que estavam diretamente ligados às mulheres (SILVA, 2017, p. 21). Entre os anos 1960 e 1970, graças aos estudos da historiografia ligados à história das minorias, com o auxílio dos movimentos feministas, houve um aumento da relevância e a profundidade em temas de estudos ligados ao feminino e os mesmos começaram a ser pautados em maior proporção (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 285).

Ao estudar as histórias das mulheres, o ideal é que se compreenda que é possível contar essas histórias partindo da perspectiva das próprias mulheres. Segundo Fraccaro: “Considerar que as mulheres fazem sua própria história conduziu ao reconhecimento de que o feminismo é um campo político permeado por disputas.” e ainda “É possível contar a história do feminismo a partir das lutas empunhadas pelas próprias mulheres.” (FRACCARO, 2018, p. 16). Desse modo, é necessário refletir a partir do que Del Priore (2003) relata, analisando a perspectiva que as mulheres foram tratadas ou ocultadas desde o princípio da escrita das histórias das mulheres: não eram ouvidas, mas silenciadas, não faziam parte do cenário teatral que os homens tomavam para si todos os holofotes, porém, sabe-se que, assim como os homens, as mulheres eram e são protagonistas de sua própria história.

Existem ainda algumas inquietações no campo de estudo da História das Mulheres,

Mas como ouvir suas vozes, extraindo-as do limbo da memória, tirando-lhes o próprio limo? Como melhor legitimar este campo de pesquisas, abrindo-o à crítica externa, colocando em termos históricos uma diferença de sexo, pouco estudada pela historiografia que era produzida, então? Como dar destaque à diferença dos sexos e às mulheres, quando essas eram tradicionalmente vistas como espectadoras do teatro

no qual se defrontavam seus mestres e senhores, os homens? (DEL PRIORE, 2003, p. 218).

Integrar as mulheres nos estudos sociais, a partir do seu lugar de sociabilidade, se tornou um dos grandes desafios para as pesquisadoras, e este trabalho consiste em valorizar as experiências das mulheres quixabeirenses através da sua relação com os movimentos sociais. E aos poucos, responder às inquietações postas por Del Priore (2003) que ainda permeiam nossas reflexões acadêmicas e o imaginário social.

### **POR QUE A ESCOLHA POR QUIXABEIRA?**

Enquanto historiadora, não poderia deixar de pesquisar sobre minha própria história. Aqui, se a leitora me permite, desejo falar em primeira pessoa, para que possa me expressar de forma mais pessoal, e, de certo modo, comentar sobre as reflexões que me acompanharam ao longo de todo o percurso do presente trabalho. A academia muitas vezes nos impulsiona para escrever em terceira pessoa do plural, porém, algumas experiências foram importantes, por isso creio que foi necessário em alguns pontos do trabalho, mudar a flexão verbal para que estas passagens fossem melhor compreendidas pelas leitoras.

Ao fazer inscrição para a seleção da Maestría, fomos solicitadas a sinalizar qual linha de pesquisa seguiríamos, e depois, qual seria nosso campo de pesquisa. Meu lado de pesquisadora, que certamente busca dar um direcionamento às suas inquietações, desejava pesquisar algo sobre minha cidade, mas que tivesse uma relação direta com os movimentos de mulheres da localidade. Após a aprovação e durante todo o curso, não mudei de ideia quanto ao meu objeto de pesquisa, a partir das aulas, leituras e trocas de experiências e conhecimentos, alguns ajustes a partir da ideia inicial foram sendo feitos.

A escolha por Quixabeira – BA como local de pesquisa, tem relação com a minha experiência profissional na gestão pública no município<sup>2</sup>. Enquanto Técnica Social, tive a possibilidade de trabalhar com dois projetos de habitação através do Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV. Além disso, acompanhei de perto o setor de gestão do Programa Bolsa Família – PBF, e ainda, a partir de um trabalho intersetorial com as Secretarias de Agricultura e de Infraestrutura, conheci o desenvolvimento do Programa Cisternas no município.

Essas experiências foram profundamente marcantes em minhas trajetórias profissional, pessoal e acadêmica. Profissional, pois pude ver de perto as ações da Secretaria de

---

<sup>2</sup> Trabalhei como Técnica Social da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES, entre os anos de 2011 e 2013. A partir disso, tanto o local, o objeto e o recorte temporal foram escolhidos.

Desenvolvimento Social – SEDES municipal. Fomos em busca de aprimoramento para colocar em execução o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR no município, programa destinado a proporcionar moradia digna para as famílias camponesas, buscando a permanência das mesmas na zona rural, dada a importância da valorização da agricultura familiar para nossa subsistência. O município de Quixabeira foi o primeiro a ter contratado via Caixa Econômica Federal o PNHR na Bahia

As experiências profissionais desse período foram muito importantes para me compreender enquanto ser social. Tive que me debruçar, junto ao secretário da SEDES na época, por longos caminhos de estrada de chão batido, aos finais de semana e feriados, para cumprir os prazos e também para garantir que os programas e projetos chegassem as pessoas que mais precisavam deles naquele momento. Através desse trabalho, pude ver de perto que algumas das políticas públicas sociais começaram a chegar para esses indivíduos: água, comida e moradia; então, não foi apenas um aprendizado profissional, mas foram experiências que marcaram profundamente minha trajetória pessoal e minha compreensão da sociedade enquanto agente social.

Na mesma época, cursava História na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, e conhecer e adentrar por histórias de pessoas emudecidas pela historiografia oficial, me permitiu conhecer trajetórias de vida, que, com o passar do tempo, mesmo que eu não tenha percebido anteriormente, me trouxeram até aqui. Portanto, são ligações profundamente tênues, que ao longo do tempo, se alicerçaram e me permitiram ter a sensibilidade, mesmo que ainda em construção, de observar a sociedade da qual faço parte, através de uma outra perspectiva, que a vivência social me permitiu construir. Essa trajetória acadêmica anterior possibilitou o aprofundamento em estudos a partir da perspectiva de gênero, o que me motivou ainda mais para seguir o caminho que me trouxe até aqui.

Por fim, cabe apresentar um pouco do município de Quixabeira – BA, no qual resido desde a minha infância. Quixabeira foi emancipada em 13 de junho 1989, mesmo que ano em que nasci, mas antes de sua emancipação política, fez parte dos municípios de Jacobina e também de Serrolândia. Foi fundada na década de 1940, por Martinho Pereira Lima, nas terras de seu sogro. Situado a cerca de 280 km da capital baiana, Salvador, o município faz parte do Território de Identidade da Bacia do Jacuípe, a cidade está geograficamente situada na região do Centro Norte do estado da Bahia. Segundo as estimativas do Instituto Brasileira de Geografia e Estatísticas – IBGE, a cidade possui atualmente uma população de 8.972 habitantes (IBGE, 2019), tendo sua economia voltada basicamente para as atividades da agricultura familiar, visto que, de acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDS, 60% da

população encontram-se na zona rural do município, que apesar de sofrer as mazelas das temporadas de secas, têm grande potencial nas atividades rurais. De certa forma, Quixabeira e eu iniciamos nossa história juntas, então, minha própria trajetória nasce com a história da minha cidade.

Este foi o cenário que me permitiu questionar: Qual relação das políticas públicas sociais com o fortalecimento dos movimentos de mulheres em Quixabeira? Quais foram os fatores mais significativos para que os movimentos proporcionassem mais autonomia para suas associadas? Como as entidades e suas associadas entendem e percebem a existência das políticas públicas? Pautando minhas inquietações nestas questões, nasceu a pesquisa que veremos adiante.

### **QUAL A RAZÃO DESTE RECORTE TEMPORAL?**

O recorte temporal apresentado para a pesquisa se fundamenta diante da necessidade de analisar os movimentos de mulheres em momentos políticos que foram importantes para o município em questão. Entre os anos de 2009 a 2016, a cidade foi administrada por um gestor eleito por dois mandatos consecutivos pelo do Partido dos Trabalhadores – PT, o senhor Eliezer Costa de Oliveira. Contrariamente ao que havia acontecido antes, o município havia passado por 5 (cinco) gestões municipais de partidos ligados à direita ou centro-direita<sup>3</sup>, sendo então, a primeira vez desde sua emancipação política ocorrida em 13 de junho de 1989, que a cidade passaria a ser administrada por um partido ideologicamente de esquerda.

Importante sinalizar que, consoante a conjuntura política municipal, o Brasil e a Bahia também estavam passando por representantes do executivo, em suas respectivas esferas, com mandatos também do PT. A nível nacional, ao iniciar o primeiro mandato do PT em Quixabeira - BA, o país estava na metade do segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva<sup>4</sup>, na sequência, acompanhando os mandatos da presidenta Dilma Rousseff<sup>5</sup>. A nível de Bahia é necessário destacar os mandatos do governador Jaques Wagner<sup>6</sup> e início de mandato do sucessor ao governo da Bahia Rui Costa<sup>7</sup>, também do PT, e que se encontra atualmente em seu segundo mandato. A análise acima é importante para compreender que, assim como o Brasil e a Bahia, que vinham de históricos políticos nos quais os partidos alinhados a dita direita

---

<sup>3</sup> PTB – Partido Trabalhista Brasileiro; PL – Partido Liberal; PP – Partido Progressista.

<sup>4</sup> Governos: 2003-2006 e 2007-2010.

<sup>5</sup> Governos: 2011-2014 e 2015-2016.

<sup>6</sup> Governos: 2007-2010 e 2011-2014.

<sup>7</sup> Primeiro governo: 2015-2018. Atual governador da Bahia, eleito para seu segundo mandato 2019-2022.

governaram as três esferas supracitadas, o município passa a contar com administração pública de forma diferenciada, desse modo, a cidade também foi impactada pelos programas e projetos governamentais que serão apresentados ao longo da pesquisa.

Desse modo, o recorte temporal da pesquisa escolhido se dá justamente pela implantação das primeiras experiências municipais com o Minha Casa Minha Vida - MCMV, tanto rural quanto urbano, além do aprimoramento de programas como o Bolsa Família e também o Programa Cisternas, o qual é responsável pela construção de cisternas de captação de água da chuva pelo telhado (1ª água), cisterna calçadão, barreiro trincheira, barragem subterrânea (2ª água) e entrega de kits produtivos, que são disponibilizados para as agricultoras com o intuito de promover o fortalecimento da agricultura familiar.

### **QUAIS SÃO AS ENTIDADES PESQUISADAS?**

Os movimentos de mulheres do município serão representados neste trabalho através da análise de duas associações: a AMTQ - Associação de Mulheres Trabalhadoras de Quixabeira e a AMA – Associação Mulheres em Ação, as entidades serão os objetos de estudo para o trabalho em questão, e terão suas respectivas presidentas e associadas ouvidas durante a pesquisa.

A Associação de Mulheres Trabalhadoras de Quixabeira - AMTQ iniciou suas atividades em 14 de junho de 2008, e seu objetivo principal é contribuir no processo de organização social das mulheres trabalhadoras para que estas possam participar da construção do desenvolvimento sustentável do local onde vivem. Também é missão da AMTQ representar política e juridicamente os interesses das mulheres trabalhadoras do município, estabelecendo parcerias com organizações públicas e privadas no sentido de inseri-las em processos sociais de promoção da geração de renda para sustentação das famílias. Neste contexto, a entidade vem desenvolvendo várias ações que visam diminuir algumas necessidades apresentadas pelo grupo que representa. Neste caso, vale destacar algumas destas ações: acompanhamento, organização e incentivo aos grupos de produção de alimentos para alimentação escolar; Projetos de melhorias da infraestrutura dos grupos de produção; cursos de formação de culinária, artesanatos, pinturas e outros; Incentivo e acompanhamento aos projetos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF<sup>8</sup>, entre outros. Atualmente a entidade é

---

<sup>8</sup> PRONAF: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. É um programa do Governo Federal executado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDS, que tem como objetivo financiar a implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural

representada pela Coordenadora Executiva Hilda Rios dos Santos e possui 46 (quarenta e seis) associadas.<sup>9</sup>

A Associação Mulheres em Ação – AMA, foi fundada no dia 08 de março de 2006 na cidade de Quixabeira – BA, dentre seus objetivos, estão os seguintes: promover atividades sociais, culturais, educacionais e desportivas; representar a comunidade de Quixabeira junto aos poderes constituídos; promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e de bem-estar da comunidade; receber e administrar recursos de qualquer espécie e de qualquer natureza; desenvolver empreendimentos de geração de emprego e renda com fulcro na elevação de renda familiar de seus membros; aprofundar as relações com as diversas esferas de governos, participando das instâncias institucionais de controle social, apresentando as propostas das mulheres carentes do município de Quixabeira, negociando alternativas e programas de atendimento que possam atender as demandas da comunidade de Quixabeira.

Sua missão consiste em promover a cidadania, através de parcerias de diversos segmentos, incentivando a participação dos seus associados nas manifestações, expressões culturais e difusões de conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento, social comunitário de todos. Está em desenvolvimento o Projeto "Portas Abertas para a Cidadania" com a distribuição de cestas básicas, enxovais de bebês, roupas, calçados, móveis e utensílios domésticos para famílias carentes, com a colaboração do comércio local e regional e de toda comunidade.<sup>10</sup> A entidade desenvolve o projeto de reciclagem "Reciclagem Participativa", um empreendimento que agrega mais de 35 famílias, as quais trabalham juntas e retiram seu sustento com dignidade através da parceria que temos com a empresa Jacobina Reciclagem, além disso, a associação dispõe de uma mini fábrica de derivados do Ouricuri<sup>11</sup> (popular Licuri), na qual se produz alguns itens que são destinados para a venda no comércio local e para a

---

ou ainda em áreas próximas ao domicílio rural, visando à melhoria da geração de renda, além de garantir a valorização da mão de obra familiar. Para saber mais detalhes sobre outros subprogramas do PRONAF acessar: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 03/11/2019.

<sup>9</sup> Informações colhidas com a Conselheira Executiva da AMTQ.

<sup>10</sup> Importante esclarecer que, este projeto desenvolvido pela entidade, não será foco desta pesquisa, mas é pertinente, ao apresentar os movimentos de mulheres, que se esclareça os trabalhos e atividades desenvolvidos pelas mesmas. Analisaremos para este trabalho, as políticas públicas sociais do Programa Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida e o Programa 2ª Água.

<sup>11</sup> Palmeira nativa da região a qual a cidade está localizada. A mesma produz um fruto, que depois de seco dá origem ao coquinho, do qual se extrai a polpa, dela se produzem diversos alimentos como biscoitos, doces e óleos, além de ser aproveitado para variados fins, como para a fabricação de produtos de cosméticos. Da palmeira também se aproveita as folhas que são destinadas para consumo animal, confecção de vassouras e coberturas de casas, além de ser utilizadas também para artesanatos.

merenda das escolas do município. Atualmente a entidade possui 46 (quarenta e seis) associadas a conta com a presidência da senhora Marinalva Sousa Lima como sua representante legal.<sup>12</sup>

## **O QUE ESTE TEXTO TRAZ?**

O percurso acima descrito foi importante para que a pesquisa fosse projetada, e, aos poucos tomasse forma a dissertação que segue dividida da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, nos dedicamos a analisar os conceitos trabalhados na pesquisa, alicerçadas por teóricas, trataremos sobre os conceitos de Gênero, Feminismo, Políticas Públicas e Políticas Sociais, para tanto, os conceitos serão divididos em subseções, visto que, apesar do diálogo existente entre eles, optamos por trabalhar de forma separada, evidenciando as particularidades de cada um. Apresentar e discutir sobre tais perspectivas teóricas, nos permitirá um encadeamento com os capítulos seguintes.

No segundo capítulo, serão apresentados os movimentos de mulheres investigados pela pesquisa. Para que isso ocorra de forma a contemplar os objetivos do trabalho, será necessário que se compreenda o que são os movimentos sociais. Assim, primeiramente apresentaremos os movimentos sociais em Quixabeira e depois, especificamente, as entidades pesquisadas. Ainda no segundo capítulo, serão apresentadas as políticas públicas sociais que são o foco do trabalho<sup>13</sup>, bem como sua tipologia.

No terceiro capítulo nos debruçamos sobre o percurso metodológico escolhido para a pesquisa. Este trabalho é um estudo de natureza qualitativa, que utiliza a etnografia como suporte metodológico, visto que a mesma se debruça sobre uma pesquisa que possui em seu centro, indivíduos que constroem entre si e no seio da sociedade, relações sociais e institucionais, as quais serão analisadas no decorrer do percurso. Também no terceiro capítulo serão analisados os dados levantados ao longo da pesquisa de campo. Informações colhidas através de pesquisa em arquivos pessoais do período trabalhado na SEDES, em sistemas do Governo Federal, em consultas às entidades e órgãos governamentais e não governamentais, e ainda, a partir de entrevistas com as representantes legais das entidades e questionários aplicados às associadas.

Neste ponto, gostaria de tecer algumas considerações e as farei em primeira pessoa. Estudar, pesquisar, ler sobre temáticas que envolvem as mulheres sempre se tornam experiências carregadas de inúmeras reflexões. Esta, como já foi dito, não é minha primeira

---

<sup>12</sup> Informações colhidas com a atual secretária executiva da AMA.

<sup>13</sup> Programa Bolsa Família; Programa Minha Casa Minha Vida; Programa Cisternas.

pesquisa com foco no gênero feminino, mas foi a primeira que pude refletir com mais profundidade em como nas leituras, por exemplo, os termos escritos no gênero masculino ainda predominam, mesmo em obras que tenham como objeto principal, a mulher. Esta análise não poderia deixar de ser realizada, até porque o principal objetivo deste trabalho, é evidenciar o importante papel social exercido pelas mulheres quixabeirenses.

Escrever é um exercício extremamente complexo e árduo, que envolve uma série de fatores e detalhes que muitas vezes passam despercebidos pela ânsia de cumprir os prazos ou colocar no papel aquilo que está no nosso íntimo. E em muitos momentos, mesmo escrevendo sobre mulheres, me peguei colocando expressões e palavras primeiramente no gênero masculino. Como sei que a academia é um espaço de lapidação, considero que este foi um momento de muita reflexão pessoal para escrever de forma a valorizar o gênero feminino da melhor maneira que pude. Foram momentos de muitas dificuldades, e confesso que, precisei ir e vir muitas vezes ao texto para compreender em quais pontos precisava melhorar meu próprio ponto de vista para que isso ficasse cada vez mais claro na escrita da dissertação.

Inúmeras vezes tive acesso ao texto “Linguagem inclusiva de gênero em trabalho acadêmico”<sup>14</sup> publicado em 2003, escrito de forma coletiva e disponível no Blog “Blogueiras Feministas”<sup>15</sup>, através dessas leituras pude compreender melhor a importância em desconstruir um pouco, a forma como o masculino é utilizado para se referir a todas as pessoas de modo genérico. Qual a razão então, de não utilizar o gênero feminino de forma predominante em um texto? Após a leitura deste texto e de outros materiais, optamos por utilizar a escrita inclusiva de gênero na dissertação, como forma de marcar a presença das mulheres em lugares de discussão ainda muito comandados pelo uso do gênero masculino e evidenciar que a academia também nos permite melhorar amplamente nosso ponto de vista.

---

<sup>14</sup> Além deste texto, outros foram importantes para compreender melhor a escrita inclusiva de gênero, como o “Manual para o uso não sexista da linguagem” disponível em: <<http://portalsemear.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Manual-para-uso-n%C3%A3o-sexista-da-linguagem.pdf>>. Acesso em 21 de abr. 2021.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://blogueirasfeministas.com/2013/08/16/linguagem-inclusiva-de-genero-em-trabalho-academico/>>. Acesso em 21 de abr. 2021.

## 1 GÊNERO E FEMINISMO: CONCEITOS E TRAJETÓRIAS

*A pessoa mais qualificada para liderar não é a pessoa fisicamente mais forte. É a mais inteligente, a mais culta, a mais criativa, a mais inovadora. E não existem hormônios para esses atributos. Tanto um homem como uma mulher podem ser inteligentes, inovadores criativos. Nós evoluímos. Mas nossas ideias de gênero ainda deixam a desejar (ADICHE, 2015, p. 25).*

Refletir sobre as questões relativas ao gênero na atualidade tem sido cada vez mais necessário para compreendermos a sociedade e as relações nas quais estamos inseridas. Como Adiche (2015) relata, nós, enquanto seres sociais, políticos e capazes de tecermos reflexões, quanto às ideias sobre gênero, precisamos sempre evoluir. Não são fatores biológicos ou hormonais que devem definir ou não as habilidades e competências de uma pessoa, pelo contrário. Mulheres e homens, meninas e meninos estão aptas/os a desenvolverem as mais variadas funções, cargos e atividades. Porém, vivemos ainda em uma sociedade desigual quando se refere às questões de gênero. Debater sobre este assunto em uma sociedade patriarcal se torna um desafio que deve ser enfrentado cotidianamente por pesquisadoras que versam sobre as relações de gênero.

As tramas e os caminhos que nos levam a compreender os conceitos de gênero e feminismo são inúmeros. Muitos embates práticos e teóricos foram travados ao longo da história para acompanharmos a transformação do pensamento sobre as questões relacionadas ao gênero, bem como, sobre o desenvolvimento do feminismo ao longo da história recente, considerando que “O feminismo tem sido, nas últimas décadas, um movimento internacional, mas possui características particulares, regionais e nacionais.” (SCOTT, 1992, 67).

Por muito tempo a historiografia oficial não contou a história das minorias, pois as mesmas não eram consideradas objetos oficiais de estudos, e as mulheres estavam inseridas aqui. Apenas o espaço público era levado em consideração para a escrita da História, além disso, aos homens era destinado o espaço de fala, de ação e também de escrita da própria historiografia, o que distanciou ainda mais a mulher desses espaços (SILVA, 2017, p. 20).

Às mulheres não eram destinados os espaços públicos, apenas o restrito espaço do lar, da família, do privado. Novos olhares sobre as mulheres surgem justamente quando rompe por várias localidades, especialmente na França e nos Estados Unidos, uma ênfase maior nos estudos das universidades que estavam diretamente ligados às mulheres (SILVA, 2017, p. 21). Entre os anos 1960 e 1970, graças à influência da historiografia em estudos ligados à história das minorias e com a força dos movimentos feministas, vemos surgir estudos ligados ao

feminino, os mesmos começam a ser pautados em maior proporção, relevância e profundidade nos setores acadêmicos (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 285).

Ao estudar as histórias das mulheres, o ideal é que se compreenda que é possível contar essas histórias partindo da perspectiva das próprias mulheres. Segundo Fraccaro, “Considerar que as mulheres fazem sua própria história conduziu ao reconhecimento de que o feminismo é um campo político permeado por disputas.”, e ainda “É possível contar a história do feminismo a partir das lutas empunhadas pelas próprias mulheres.” (FRACCARO, 2018, p. 16). Já Del Priore (2003) apresenta que as mulheres foram tratadas ou ocultadas desde o princípio da escrita das histórias das mulheres: não eram ouvidas, mas silenciadas, invisibilizadas do cenário que os homens tomavam para si todos os holofotes, porém, sabe-se que, assim como os homens, as mulheres eram e são protagonistas de sua própria história.

Mas como ouvir suas vozes, extraindo-as do limbo da memória, tirando-lhes o próprio limo? Como melhor legitimar este campo de pesquisas, abrindo-o à crítica externa, colocando em termos históricos uma diferença de sexo, pouco estudada pela historiografia que era produzida, então? Como dar destaque à diferença dos sexos e às mulheres, quando essas eram tradicionalmente vistas como espectadoras do teatro no qual se defrontavam seus mestres e senhores, os homens? (DEL PRIORE, 2003, p. 218).

É primordial a reflexão sobre às questões ligadas à história das mulheres, e, conseqüentemente, seu protagonismo como atrizes de suas próprias trajetórias. Para tanto, devemos fazer uma incursão no que se refere ao conceito de gênero, por considerar que é uma discussão fundamental para compreendermos o cerne da questão aqui apresentada. O campo do conhecimento científico, assim como diversas áreas de trabalho, também espelha essa marginalização da perspectiva científica e profissional das mulheres, com obstáculos que em muitos casos, acabam perpetuando “[...] os estereótipos de gênero, especialmente no campo cognitivo, o que nos obriga a enfrentar preconceitos quanto às nossas escolhas, nossos procedimentos investigativos e, até mesmo, quanto aos resultados que divulgamos.” (LIMA E SOUZA, 2014, p. 16). A seguir serão compartilhadas reflexões que acreditamos ser fundamentais para pensarmos e avançarmos nas temáticas de gênero e do feminismo.

Autoras como Scott (1995), passam a enfatizar que o conceito de gênero seria mais adequado para tratar sobre a História das Mulheres. A História das Mulheres e sua emergência passaram por uma “[...] evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero.” (SCOTT, 1995, p. 65). Gênero constitui-se então, como uma categoria analítica, abrangendo uma complexa teia de relações sociais e seus processos historicamente variáveis, buscando compreender as relações entre os sexos, mas não de forma totalmente biológica, e sim voltada

para as relações sociais, baseadas pelas forças econômicas, culturais, sociais, ideológicas, estabelecendo que a construção do masculino e do feminino se dá a partir da construção social, ultrapassando as fronteiras biológicas dos sexos (SILVA, 2017, p. 22).

A partir disso, compreende-se que a utilização do conceito de gênero, concordando com Scott (1995), foi importante para o rompimento com o termo mulher, anteriormente utilizado, mas que não conseguia abarcar todas as especificidades que o trabalho em pesquisar a História das Mulheres demanda, portanto, o conceito de gênero torna mais amplo o campo de atuação das pesquisadoras desta temática. Assim, vale considerar que o conceito de gênero trabalha na perspectiva de eliminar as explicações biológicas que definem os papéis estruturados socialmente para serem desenvolvidos por homens e mulheres, para tanto, a autora indica que são as construções sociais que nos definem, diante disso, Scott salienta que:

O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. [...] ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais consignados às mulheres e aos homens. [...] O uso do ‘gênero’ põe a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1995, p. 75-76).

Partindo desta perspectiva, a qual reposiciona o gênero feminino enquanto ser social, seria incorreto trabalhar uma “história da mulher”, de modo singular, visto que existem muitos caminhos e protagonismos no que diz respeito às suas trajetórias. Por isso, em pesquisas de qualquer natureza que tragam para seu cenário principal o gênero feminino, não só as pesquisas e trabalhos que demonstrem aspectos ligados aos cenários públicos (política, trabalho, direitos sociais e civis), mas as pesquisas que debatem conceitos como classe, religião, relações íntimas e sociais, raça, etnia, devem ser consideradas como História das Mulheres, e assim, concordando com Scott, “[...] o termo “gênero” é, então, um conceito associado ao estudo de coisas relativas as mulheres.” (SCOTT, 1995, p. 76).

De acordo com Vieira (2014, p. 35), pesquisadoras do feminismo começaram a substituir o termo *mulher* pelo termo *gênero*, conjecturando, dessa forma, uma transformação nos padrões das pesquisas sobre as mulheres no interior de cada área e cada disciplina.

Ainda citando Vieira, “O engajamento das pesquisadoras feministas pode ser percebido seja na construção de uma nova identidade coletiva das mulheres na Academia<sup>16</sup> seja pelo interesse em incluir outros segmentos sociais oprimidos, numa análise do sentido e da natureza da opressão.” (VIEIRA, 2014, p. 35). A partir deste novo olhar da História sobre as minorias,

---

<sup>16</sup> Referência à Universidade.

incluindo as mulheres, surge uma nova proposta em analisar as relações de poder que, em toda trajetória humana, o gênero masculino esteve colocado sob o feminino.

A historiografia foi importante para que o conceito de gênero pudesse ser ainda mais articulado e utilizado por pesquisadoras da história das mulheres. Imprescindível sinalizar que, o debate político sobre esta questão é fundamental para enfatizá-la, visto que, após as ondas feministas do século XX, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, quando surge um novo olhar acadêmico para os estudos voltados para as mulheres, é a partir daí que a preocupação acadêmica feminista em reivindicar uma historiografia plural que incluísse as mulheres ganha forma e força.

Scott (1992, p. 64) sinaliza que “[...] quando as ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova de atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação.”, as análises acadêmicas e o reconhecimento do conceito de gênero através das lutas feministas dentro e fora do ambiente acadêmico foram fundamentais para edificar o alicerce do conceito e das reflexões que o envolvem. Assim, faz-se necessário pensar que este campo, especificamente, é “[...] dinâmico na política de produção do conhecimento.” (SCOTT, 1992, p. 66), e reafirma que as mulheres enquanto agentes políticas e sociais sempre estiveram presentes - mesmo que invisibilizadas - no campo de disputa e de dominação que fora historicamente constituído pelo sexo masculino.

A autora defende veementemente o debate político existente entre o feminismo e sua relação com a universidade. Para a autora “A emergência da história das mulheres como um campo de estudo envolve, nesta interpretação, uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; [...]” (SCOTT, 1992, p. 65). Assim, sinaliza que, partindo da perspectiva histórica e social, há uma guinada para a confirmação de um olhar científico e acadêmico especializado e, a partir disso, para uma análise profunda da história das mulheres.

As questões relacionadas ao debate sobre o conceito de gênero não se limitam a (re)pensar apenas a desigualdade sexual, para Okin (2008, p. 306), “Gênero refere-se à institucionalização social das diferenças sexuais; é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas.”. Assim, o conceito de gênero surge para romper com discursos que dizem respeito a construção social dos papéis e comportamentos relativos às mulheres que foram socialmente enraizados ao longo da história, sendo estes, pertinentes e adequados para as mesmas.

Neste caso, os conceitos de gênero e feminismo estão intrinsecamente ligados. O feminismo que chegou em ondas do século XX tem muita relação com a emergência e com

conceito de gênero como já salientado por Scott (1992), especialmente nos Estados Unidos. A autora relata que, o movimento feminista reassume seus debates nos anos 1960, estimulado pelas movimentações relacionadas aos Direitos Civis e também pelas políticas governamentais de inclusão das minorias, em especial as mulheres em propostas do Estado. Tais políticas estavam direcionadas a reafirmar o potencial feminino, incluindo suas demandas nas discussões de caráter econômico e social, bem como, compreendendo também a valorização profissional e os debates acadêmicos que envolviam as mulheres (SCOTT, 1992).

Está claro que o feminismo não surgiu ou ressurgiu da mesma forma em todos os países, porém, a partir do início do século XX, as feministas fizeram nascer debates e discussões entorno de diversos temas que incomodavam as mulheres ao redor do mundo. Segundo Scott (1992, p. 67), “O feminismo tem sido, nas últimas décadas, um movimento internacional, mas possui características particulares, regionais e nacionais.”, desse modo, confirma que o movimento possui características próprias em cada lugar. Pinto destaca (2003), que o modelo de feminismo implantado aqui no Brasil não fora exportado e reproduzido aqui, tivemos um movimento com características próprias e lutas particulares que faziam parte da realidade das mulheres brasileiras.

Reconhecer que as mulheres, através dos diversos e variados movimentos sociais, dentre eles o feminismo, constroem sua própria história, nos conduz ao reconhecimento que este debate é um campo político permeado por disputas (FRACCARO, 2018, p. 16). Estas disputas no campo da história das mulheres, foram marcadas pelo patriarcado que, Cisne (2018, p. 84) afirma ser “[...] indispensável para compreender criticamente e em uma perspectiva de totalidade a subordinação da mulher e seus fundamentos.”, isto exposto, a relação entre a dominação masculina sobre a mulher - desde o seu corpo até as suas ações e obrigações civis e sociais -, abriu espaço para a contestação com relação ao patriarcado, a partir da dominação do pai sobre a mulher e os filhos. Nesta concepção de superioridade social, o homem detém para si todo o poder, ou em outras palavras: o poder é dos homens (CISNE, 2018, p. 84).

O feminismo não surge por acaso, nasce exatamente sob a necessidade em debater e questionar a dominação masculina e a opressão sofrida pelas mulheres no que se refere aos direitos civis e sociais, que se relacionam também com o seu comportamento cognitivo, acadêmico, intelectual e sexual, que se sobrepõe ao que Fraccaro (2018, p. 22) sinaliza como a dupla utilidade da mulher: primeiro como trabalhadora, e também esposa e mãe, levando as mulheres ao campo de disputa e dominação do masculino.

Ao longo do tempo, as relações sociais estabelecidas por homens e mulheres foram naturalizadas, especialmente no que se refere a divisão sexual e na dominação masculina através

do patriarcado. Bourdieu (2002), ao se debruçar sobre a construção social dos corpos, sinaliza que há uma naturalização quando se impõe espaços e atribuições ao feminino e ao masculino, sobre isso o autor sinaliza,

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de se tornar inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 2002, p. 8).

O sociólogo Pierre Bourdieu, abordará sobre o campo da dominação masculina alicerçado pelo patriarcado ao longo do século. Tal dominação se torna naturalizada e é apresentada como legítima. A forma como a divisão social do trabalho fora realizada e considerada natural, expõe, de maneira acentuada o que autor vai chamar de máquina simbólica, em que a ordem social se define com uma máquina que “[...] tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a ordem social do trabalho, distribuição bastante restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de local, de momento, seus instrumentos.” (BOURDIEU, 2002, p. 9).

Na perspectiva de Bourdieu, há uma sexualização em todas as esferas e ações sociais humanas, incluindo os corpos biológicos. A superioridade condicionada ao corpo masculino demarca um estigma evidenciado pela virilidade que ultrapassa as fronteiras corporais e se estende aos fatores sociais, políticos e econômicos, enfatizando que, a partir dessa demarcação se dá também a divisão sexual do trabalho, marcada pela anatomia biológica, que nas palavras do autor:

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especialmente a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho (BOURDIEU, 2002, p. 10).

Assim, a dominação do corpo masculino sobre o corpo feminino, desenvolveu um ciclo de relações que configurou o cenário de contestações no que se refere as relações de gênero estabelecidas ao longo do tempo. Sobre isso, os debates no cerne das teses do feminismo, que questionaram e contrapuseram a dominação social, sexual, corporal e do labor feminino através da imposição de superioridade alicerçada socialmente pelos homens, foi fundamental para as abordagens de estudos feministas, especialmente àqueles ligados inicialmente a História das Mulheres.

Bourdieu, ao tratar o seu objeto de estudo, busca evidenciar parâmetros e características cognitivas e suas estruturas objetivas, o autor considerou em seu trabalho, as nuances culturais de uma sociedade mediterrânea que evidenciava em sua essência, características androcêntricas. Com a etnografia para a análise dos berberes da Cabília, o autor relata que fora realizado um trabalho de “[...] socioanálise do inconsciente androcêntrico capaz de operar a objetivação das categorias deste inconsciente.” (BOURDIEU, 2002, p. 6).

As estruturas que regem uma sociedade alicerçada no antropocentrismo, e que, tanto os homens quanto as mulheres, não discutem ou refletem sobre a questão da dominação masculina, indicam que este sistema faz parte da sua própria constituição enquanto seres daquele grupo, e, que parecem representar um sistema em que não há qualquer tipo de relação de forças interno, tornando natural qualquer tipo de divisão marcada pelo sexo biológico.

Para o autor, a dominação masculina seria então extremamente evidente e esta não necessitaria de nenhum tipo de explicação ou justificativa, assim, “A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada.” (BOURDIEU, 2002, p. 16). Um comportamento natural que se estabeleceu ao longo do tempo e que não cabia reflexão do dominado.

É necessário perceber a violência simbólica em uma perspectiva sociológica que estabelece a compreensão das relações de gênero, através dos *habitus* sociais e corporais vivenciados por meio da dominação masculina. Neste sentido, a violência simbólica se faz na dimensão sociológica da dominação masculina quanto aos aspectos sociais em aplicação a uma ordem social, na qual a mesma é aplicada de modo não perceptível no cotidiano, porém sentida e refletida direta ou indiretamente pelas mulheres.

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto (BOURDIEU, 2002, p. 23).

Analisar o conceito de dominação através da violência simbólica evidenciado por Bourdieu, traça um panorama de visibilidade para as mulheres sob a ótica do dominador, ao se verem como subjugadas a partir de um reflexo negativo de desvalorização, em que as mesmas são tratadas como objetos em um jogo social e simbólico estabelecido por uma ordem de

dominação em que elas sempre vistas através de uma dependência simbólica são percebidas “[...] primeiro pelo e para o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis.” (BOURDIER, 2002, p. 41).

Por essa força simbólica, entende-se uma forma de poder que se exerce sob os corpos diretamente, como se fosse uma espécie de magia, sem nenhum tipo de coação física, porém, essa magia atua com uma forma de apoio colocada e predisposta através de molas que impulsionam a percepção das zonas mais profundas dos corpos observados e subjugados (BOURDIER, 2002, p. 25).

Para Louro (2014), o conceito de gênero emergiu a partir do processo de construção política e social que as ações humanas são capazes de produzir. Segundo a autora, não há possibilidade de refletir sobre o conceito de gênero dissociado do movimento feminista e de suas preocupações políticas e sociais, especialmente a partir dos anos 1960. São conceitos e trajetórias que estão intimamente conectados e que necessitam de apoio um no outro para nos apropriarmos de forma mais objetiva e eficaz de suas razões de ser.

## **1.1 AFINAL, O QUE É O FEMINISMO?**

“Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos.” (LOURO, 2014, p. 21). O feminismo nasce da invisibilidade das mulheres frente a uma sociedade marcadamente patriarcal na qual estamos inseridas. Porém, para se compreender este movimento, é necessário que se faça uma análise de todo o percurso histórico. Importante destacar que, em cada lugar e época, o movimento se manifestou e trouxe impactos diversos, pois, para cada mulher e para cada local, existiram marcas e situações únicas, o que levou a lutas e vitórias diferentes, entretanto, não menos significativas.

O movimento feminista, desde seu surgimento ainda em meados do século XIX, desafiou a ordem conservadora, que excluía a mulher dos espaços públicos com relação aos direitos sociais e políticos, torna-se um movimento bastante particular, pois, evidenciou que as mulheres, por estarem excluídas dos espaços de discussão mencionados, não exerciam seus direitos enquanto cidadãs.

Assim, o movimento se desenha, inicialmente, “Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX as lutas e manifestações esparsas cederam lugar a uma campanha mais orgânica pelos direitos políticos de votarem e serem votadas.” (PINTO, 2003,

p. 13). Este momento, evidenciado por Pinto, apresenta o que se chama de “Primeira Onda”<sup>17</sup> do feminismo, o qual, basicamente, estava focado em buscar os direitos para as mulheres que durante longo período foram negados em várias sociedades. A realidade jurídica das mulheres em muitos países entre os séculos XIX e XX fora de negação, pois as mesmas não faziam parte da natureza dos debates públicos, mas na maior parte do tempo, estavam ocupadas na execução das atividades domésticas, remuneradas ou não, e também do cuidado com as crianças, pessoas idosas e doentes.

“A partir de 1870, muitas mulheres cultas e privilegiadas puderam seguir outros estilos distintos do ideal da domesticidade, sendo que vários se envolveram em embates no espaço público, engajando-se em lutas sociais e movimentos diversos.” (PINSKY; PEDRO, 2012, p. 276). Após esse rompimento de paradigma entre público *versus* privado no que se refere ao comportamento político das mulheres, houve um engajamento político mais amplo, que rompeu algumas amarras e isto se deu especialmente através da educação, com a obtenção de um diploma e posteriormente o exercício de uma profissão, o que possibilitou novas oportunidades para as atividades externas realizadas pelas mulheres.

Após as Revoluções Industriais, novas perspectivas para a formatação das vivências feministas surgem na virada do século XIX para o XX, a inserção das mulheres no mercado de trabalho após o início do processo de industrialização, as levaram a questionar sobre a opressão vivenciada pelas mesmas ao serem delegados os trabalhos considerados improdutivos e mais baratos para as mulheres (PINSKY; PEDRO, 2012, p. 277-278). Portanto, quando as ideias e práticas feministas começam a emergir para o campo do debate, duas linhas surgem dos interesses distintos das mulheres trabalhadoras, das classes desfavorecidas economicamente, e das mulheres com maior poder aquisitivo e que tinham acesso à educação formal.

Apesar da dicotomia na pauta feminista no período mencionado, Pinsky e Pedro (2012, p. 286), relatam que:

Ideias e práticas feministas nunca foram homogêneas. Contudo, as feministas têm sido unânimes na convicção de que a opressão às mulheres deveria acabar, na rejeição de ideias tradicionais como a inferioridade natural das mulheres e a necessidade da submissão feminina – e na crença de que a ampliação dos papéis e opções para as mulheres criaria um mundo melhor para todos.

---

<sup>17</sup> O movimento feminista é conhecido por “ondas”. A primeira onda ocorre entre o final do século XIX e início do século XX; A segunda onda chega a partir dos anos 1960 em caráter internacional e no Brasil chega com mais ênfase nos anos 1970. Temos ainda o que se chama de “Terceira onda”, que se dá nos anos 1990, com discussões voltadas para aspectos relacionados aos debates anteriores e evoca a discussão da micropolítica. Para saber mais: <https://www.geledes.org.br/diversas-ondas-feminismo-academico/>.

Por mais que as feministas tivessem lutas diferentes, como, de um lado, a questão da igualdade civil com relação ao sufrágio feminino e do outro, a reivindicação por pagamentos de salários igualitários, o movimento feminista foi impulsionado por uma ação em comum: que a opressão das mulheres, tanto na esfera doméstica quanto pública deveria acabar, e isto ocorre pelo fato de que, passa a circular entre as mulheres, o crescimento da consciência de gênero entre as feministas, implicado nas lutas e demandas que as mulheres encabeçaram ao longo do tempo (PINKY; PEDRO, 2012, 287).

Assim, surgem pelo mundo grupos feministas que reivindicam inúmeras demandas, que nascem de acordo com a necessidade de cada local e contexto social. Na Inglaterra, por exemplo, emerge um movimento que se tornou referência na luta por direitos iguais, especialmente em se tratando do direito ao voto. Já nos Estados Unidos, diferentes movimentos se unem por uma causa maior, agregando suas discussões entre os aspectos políticos sociais e trabalhistas. “As intervenções das militantes dos direitos iguais em favor das operárias estreitavam os laços entre mulheres trabalhadoras e o movimento feminista.” (PINSKY; PEDRO, 2012, p. 290).

Desse modo, ao se espalhar pelo mundo, especialmente a partir do século XX, o movimento foi tomado por distintas especificidades, e, eventos históricos como a Revolução Russa (1917) e as Grandes Guerras Mundiais (1914-1918/1939-1945), deram novos enfoques às lutas das mulheres, as colocando em linhas de frente nas fábricas, hospitais, campos de batalhas (onde desenvolveram os mais variados tipos de serviço). A partir dessas movimentações intensas no cotidiano das mulheres, cresceram as reivindicações por direitos sociais, como: receber salário pelo trabalho realizado; exercer a profissão escolhida<sup>18</sup>; ganhar salário igual ao homem pela realização do mesmo trabalho (PINSKY; PEDRO, 2012, p. 298).

Porém, era na questão política que ainda se encontravam complexos entraves:

O direito ao voto, contudo, não irá significar uma igualdade política imediata: a tribuna continua por muito tempo sendo um lugar difícil para as mulheres, pois seus passos, sua aparência, sua voz, seus gestos, estão sob vigilância de olhares críticos (e, em geral, preconceituosos). Acostumadas a ter sua fala considerada futilidade, não é com facilidade que suas palavras ganham atenção (PINSKY e PEDRO, 2012, p. 297-298).

A partir dos anos 1960, o movimento conhecido como “Segunda Onda” ganha destaque visto que as lutas feministas pela equiparação jurídica dos direitos sociais iniciadas muitos anos antes, principalmente naquilo que se refere ao sufrágio e os direitos trabalhistas, foram uma

---

<sup>18</sup> Deve-se considerar que os cursos de maior prestígio social como Medicina, Direito e Engenharia eram reservados ao público masculino.

forte mola propulsora para este movimento que se daria em seguida, especialmente nas reflexões que a academia provocava para proporcionar a construção de uma nova identidade coletiva. A forma como as mulheres passam a integrar os espaços acadêmicos, como pesquisadoras, também suas vivências que começam a integrar núcleos de estudos e pesquisas, se deu justamente pela mudança de comportamento da própria sociedade acadêmica, motivada pelas transformações ocorridas a partir do movimento denominado de segunda onda (SCOTT, 1992).

Com essa mudança, as mulheres adquirem também uma nova identidade política, e que foi “[...] acompanhada por uma análise que atribuía a opressão das mulheres e sua falta de visibilidade histórica à tendenciosidade masculina.” (SCOTT, 1992, p. 82). Desse modo, os primeiros estudos sobre a história das mulheres foram fundamentais para reunir as primeiras referências acadêmicas, além disso, os estudos feministas mudaram a forma como as ciências sociais propunham suas áreas de pesquisa (LOURO, 2014) e, a partir daí, foi-se disseminando as pautas feministas em outros contextos, apresentando as especificidades das lutas das mulheres em países como o Brasil.

## **1.2 FEMINISMOS À BRASILEIRA**

O feminismo passou a ser nas últimas décadas, um movimento global, mas possui características particulares, respeitando as especificidades de cada local e região. É importante pensar que as mulheres que se envolveram com os movimentos feministas, tinham um objetivo em comum: buscar meios de combate à discriminação e a subordinação, de forma que haja dispositivos para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua história, e, principalmente, de sua vida (TELES, 2003, p. 12).

“A história da condição da mulher brasileira não foge à regra universal de opressão da população feminina ao longo dos tempos.” (TELES, 2003, p. 157). Apesar da condição política e social da mulher brasileira não fugir da realidade vivenciada por milhões de mulheres em todos os continentes, mas, como já assinalado por Pinto (2003), o movimento feminista que surgiu no Brasil possui suas próprias características e não seguiu à risca o que fora ofertado por outras experiências de movimentos internacionais. Pinto (2003, p. 43), afirma ainda que:

Um aspecto fundamental da realidade brasileira que deve ser notado desde o princípio é a presença dos movimentos de mulheres entre as classes médias e populares no Brasil. Esse é fenômeno anterior à década de 1970 e que continuou a existir paralelamente a todo desenvolvimento do feminismo.

Desde os primeiros indícios do feminismo, mulheres de várias camadas sociais e ideologias estiveram à postos na luta pelas causas das mulheres. Na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, os esforços dos movimentos feministas se debruçaram sobre a questão do sufrágio, pelo direito de votarem e serem votadas. No Brasil não foi diferente. O início das discussões do feminismo abriu o caminho da luta pelos direitos políticos, através da participação eleitoral, na forma de eleitoras e também candidatas. Uma das teóricas consultadas cita que esta luta esteve diretamente associada ao nome de Bertha Lutz, “[...] que exerceu uma inegável liderança durante a década de 1920 e se manteve ligada às causas da mulher até sua morte em avançada idade, na década de 1970.” (PINTO, 2003, p. 13).

Assim com Bertha Lutz, muitas outras mulheres se envolveram nos mais variados debates que diziam respeito ao cotidiano da mulher brasileira, se envolveram na luta pelo direito ao voto, salários justos, pela saúde, saneamento básico, construção de creches e escolas para as filhas e filhos das/os trabalhadoras/es, pelo direito ao planejamento familiar, pela sua sexualidade, pela maternidade, contra a violência contra a mulher, contra a carestia dos alimentos, pelo seu direito à educação de qualidade e postos de trabalho de acordo com o seu nível de instrução (PINTO, 2003; SOIHET, 2012; PEDRO, 2012).<sup>19</sup>

De acordo com Pinsky e Pedro (2013, p. 304) “A participação das mulheres nos movimentos feministas tem colaborado na instituição de leis mais tolerantes como tem impedido a redução dos direitos reprodutivos adquiridos.”. A validade da força dos movimentos feministas, internacional e nacional, foi o principal fio condutor para as contribuições na garantia e manutenção dos direitos sociais que trataremos mais adiante.

Sobre o início do movimento feminista brasileiro nas primeiras décadas do século XX, Pinto (2003) sinaliza que, estes primeiros passos foram dados por personalidades e vozes solitárias, ainda que apresentassem algum grau de organização em grupo, este era mantido por algumas mulheres, em sua grande maioria intelectuais, que romperam com os papéis designados a elas, se lançando ao mundo público na defesa dos novos direitos para as mulheres. Para a autora, este primeiro momento foi excepcional, mas mesmo assim, é possível identificar, pelo menos, três vertentes do movimento feminista brasileiro no início do século XX, que são:

[...] A primeira delas, a mais forte e organizada, é a liderada por Bertha Lutz, que tem como questão central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos. [...] Esta parece ser a fase bem comportada do feminismo brasileiro do período. A segunda vertente é a que se poderia chamar de feminismo difuso, o qual

---

<sup>19</sup> JACOBI, 1993; TELES, 2003; FRACCARO, 2018; CISNE, 2018; DE LUCA, 2012; MORAES, 2012; MATOS E BORELLI, 2013.

se expressa nas múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa. [...] A terceira vertente se manifesta no movimento anarquista e, posteriormente, no Partido Comunista. Trata-se de mulheres trabalhadoras e intelectuais, militantes desses movimentos de esquerda que defendem a liberação da mulher de uma forma radical, tendo na maioria das vezes a questão da exploração do trabalho como central, articulando as teses feministas aos ideários anarquistas e comunistas (PINTO, 2003, p. 14-15).

Desde um período mais “bem comportado”, conforme sugere a autora Céli Pinto, ao mais radical com as ações que se interligaram entre o movimento feminista em conjunto ao movimento anarquista brasileiro, percebe-se então, a evolução e a mudança dos debates travados pelas mulheres brasileiras a partir deste período (PINTO, 2003).

É válido considerar aqui, que o feminismo no Brasil atravessou fases políticas conturbadas, como os períodos ditatoriais do Estado Novo (1937-1945) com Getúlio Vargas, que “calou” o trabalho já realizado pelas feministas através da Federação Brasileira para o Progresso Feminino – FBPF e também a Ditadura Militar (1964-1985), este último, ao mesmo tempo que fez o movimento se dissipar em alguns aspectos, o fez se (re)organizar com outras pautas fundamentais, em um momento em que as pessoas estavam impedidas de manifestarem seus direitos políticos, grupos de mulheres, especialmente mães, lutaram pelas vidas de suas/seus filhas/os, sobretudo em favor da anistia e da busca e libertação por presos políticos (PINTO, 2003).

Este momento é chamado de “Feminismo de Segunda Onda”, sobre o qual Pedro (2012, p. 240) enfatiza que: “O feminismo no Brasil teve uma característica própria durante a segunda onda pelo fato de que no país vivíamos a Ditadura Militar, portanto, as causas de reivindicação eram próprias do momento, a exemplo da questão do trabalho e problemas da mulher trabalhadora.”.

Os primeiros indícios de que os movimentos feministas no Brasil surtiram algum efeito no contexto social da época, se referem aos direitos das mulheres trabalhadoras, especialmente se tratando das operárias, através das greves e da difícil inserção das mulheres nos sindicatos (FRACCARO, 2018) e também da conquista do direito efetivo de votarem e serem votadas na década de 1930 (PINTO, 2003). A partir desse momento, houve a abertura do espaço para que as mulheres pudessem usar suas vozes contra o sistema patriarcal de opressão no qual estavam inseridas, foi árduo, porém, possibilitou que várias outras mulheres pudessem ser ouvidas.

A formação de Partidos Políticos, Ligas e Federações de apoio às mulheres foram, de acordo com Pinto (2003), fundamentais para que os movimentos feministas crescessem no Brasil e tomassem rumos para além das questões eleitorais, a exemplo da criação do Partido Republicano Feminino – PRF em 1910, que dava sinais de que as mulheres pretendiam se tornar

representadas politicamente através delas próprias, e da Federação Brasileira para o Progresso Feminino – FBPF em 1918, liderado pela ativista Bertha Lutz<sup>20</sup>, que encontrou eco entre alguns políticos da época, apesar de não representar todas as pautas femininas do período, foi ponto importante na luta pelo voto. É válido ressaltar que, com o crescimento urbano e industrial, acompanhado do surgimento “[...] de camadas médias e operárias, criou um caldo de cultura para o aparecimento de novas formas de organização da sociedade.” (PINTO, 2003, p. 17).

Através de movimentações sociais, em que as feministas estavam envolvidas nas pautas das lutas, como a Greve Operária de 1917, a criação do Partido Comunista do Brasil, Semana da Arte Moderna em São Paulo em 1922, as mulheres também estiveram presentes nestes eventos, o que possibilitou que os movimentos feministas ganhassem corpo, e a opinião pública começa a formar uma apreciação a favor dos movimentos comandados pelas mulheres (PINTO, 2003). Após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, e a instituição do Estado Novo, apesar de ter conquistado os direitos políticos com o Novo Código Eleitoral de 1932, e com a chegada de algumas mulheres aos cargos políticos, o movimento feminista brasileiro sofre uma baixa com a instituição do Estado Novo pelo então presidente da república.<sup>21</sup>

Fator que será fundamental para compreender a permanência dos debates das lutas das mulheres e deixá-los em evidência, será a trajetória do jornalismo feminista, que desde o final do século XIX, já fazia publicações sobre as condições do cotidiano das mulheres no Brasil. Na época, Bertha Lutz escreveu diversos artigos em jornais sobre a defesa do voto da mulher e outros direitos civis, já que era um campo de atuação e discussão que a mesma ocupou ao longo de sua vida (PINTO, 2003). Isto significa dizer que as mulheres conseguiam expor, através das publicações de jornais a situação do cotidiano do gênero feminino no Brasil.

---

<sup>20</sup> Bertha Maria Júlia Lutz é conhecida como uma das maiores líderes na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Empenhou-se na luta pelo voto feminino e criou, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que foi o embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Sua atuação parlamentar foi marcada por propostas de mudanças na legislação referentes ao trabalho da mulher e do menor, visando, além de igualdade salarial, à licença de três meses para a gestante e à redução da jornada de trabalho, então de 13 horas diárias. Dentre outras atividades, Lutz ocupou cargos importantes nos governos brasileiros, mesmo não sendo diplomata, representou o Brasil em conferências internacionais, a exemplo do 1º Congresso Internacional da Mulher, realizado em 1975, no México. Bertha Lutz faleceu no Rio de Janeiro em 16 de setembro de 1976, aos 84 anos. Para saber mais consultar: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/plano-nacional-de-acao-sobre-mulheres-paz-e-seguranca/14884-bertha-lutz>.

<sup>21</sup> O golpe de estado instituído por Getúlio Vargas em 1937, dando origem ao período conhecido por Estado Novo, acabou podando as articulações dos movimentos feministas, especialmente no que se refere a pauta levada pela então deputada Bertha Lutz ao Congresso Nacional no intuito de aumentar os direitos das mulheres, além da pauta ter sido interrompida, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino – FPFB acabou perdendo espaço de discussão e nem mesmo após a redemocratização a partir de 1945, não conseguiu mais ocupar espaço (PINTO, 2003).

Logo, os jornais e revistas que tratavam de assuntos de interesses feministas, não deixaram que os debates caíssem por terra. Jornais como *Brasil Mulher*<sup>22</sup>, *Nós Mulheres*<sup>23</sup> e o *Mulherio*<sup>24</sup>, apesar dos entraves da época, em meio a Ditadura Militar - especialmente durante a década de 1970, lembrando que o ano de 1975 foi instituído como o Ano Internacional da Mulher<sup>25</sup> pela ONU -, foram fundamentais para a propagação dos debates feministas.<sup>26</sup>

Segundo Leite (2003):

O surgimento desses jornais e os princípios por eles defendidos estão relacionados ao contexto histórico do país e ao movimento feminista nacional, destacando-se o seu compromisso com uma nova linguagem, e com a difusão de reivindicações e propostas diretamente relacionadas com a condição das mulheres (p. 234).

[...] a imprensa feminista representou um espaço de experimentação de uma forma muito especial de fazer política, refletindo sobre as descobertas das mulheres sobre si mesmas e sobre as idéias feministas que floresceram na década de 1970 (p. 240).

Cabe lembrar ainda que os mesmos tiveram em sua composição editorial, mulheres que faziam parte da academia, fator importante que assinala o viés acadêmico e ao mesmo tempo popular contido nas publicações dos ditos periódicos (PINTO, 2003; TELES, 2003).

Apesar da luta travada pelo movimento feminista no Brasil, em especial contra a Ditadura Militar<sup>27</sup>, as mulheres enfrentavam resistência também dentro do próprio movimento que lutava contra o período ditatorial, dessa forma, o movimento feminista brasileiro se via em um constante paradoxo, a despeito da grande variedade de assuntos que faziam parte do debate

<sup>22</sup> Jornal idealizado e publicado por e para as mulheres a partir dos anos de 1975, fora publicado pela Sociedade Brasil Mulher entre os anos de 1975 e 1980, contando com 16 edições regulares e mais 4 denominadas extras.

<sup>23</sup> Jornal publicado pela Associação de Mulheres, teve oito edições, que circularam de 1976 a 1978.

<sup>24</sup> O periódico *Mulherio* fora criado por um grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas na década de 1980, as mesmas trabalhavam com estudos que envolviam a condição feminina no Brasil e se preocuparam em sistematizar o assunto. Durante sua existência, em alguns momentos distintos e em parceria com várias jornalistas, houve a publicação de mais de 40 volumes. Hoje seu acervo se encontra disponível através do link: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/capas2.html>.

<sup>25</sup> Foi realizada, no ano de 1975, no México, a I Conferência Mundial sobre a Mulher que teve como lema: "Igualdade, Desenvolvimento e Paz". A conferência abriu para o mundo os debates que diziam respeito às problemáticas enfrentadas pelas mulheres em seu cotidiano, a partir daí, a cada 10 anos a ONU realizou uma Conferência da Mulher, sendo a última realizada em 1995. A cada conferência, um plano de ação decenal para realizações governamentais ou não pautadas nas causas feministas. Assim, para a ONU, o ano de 1975 passa a ser reconhecido como o Ano Internacional da Mulher. Para saber mais: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>.

<sup>26</sup> Os temas normalmente tratados pelos jornais feministas foram: Gerais: Eleições; Movimento pela Anistia; Campanhas contra a carestia e por creches. Específicos: Direitos da mulher no campo da reprodução: pílulas anticoncepcionais, planejamento familiar, sexualidade, aborto; Creche e organização popular de mulheres; A mulher e o trabalho: salários diferenciados, discriminação no cotidiano do trabalho, direitos trabalhistas, trabalho noturno, profissionalização para as mulheres etc.; Violência doméstica (LEITE, 2003, p. 240).

<sup>27</sup> Período da recente história brasileira, entre os anos de 1964 e 1985, em que o Brasil foi governado por militares. Durante 21 anos, o país viveu um intenso período autoritarista, no qual direitos civis foram severamente limitados (a exemplo: votar diretamente para presidente da república, governadores e prefeitos das capitais), houve uma forte censura política, social e cultural, o que transformou o cotidiano das cidadãs e cidadãos brasileiros.

feminista, a exemplo do feminismo ligado às lutas de classes e o feminismo libertário – ênfase no corpo, na sexualidade e no prazer – e que, muitas vezes foram aspectos diminuídos dentro dos grupos de resistência à ditadura, em meio a tudo isso, existia a luta ferrenha contra a própria ditadura e seus meios de repressão (PINTO, 2003; TELES, 2003).

As conquistas dos movimentos feministas no Brasil são evidenciadas quando se inicia o debate constituinte em meados dos anos 1980, com a luta pelo fim da Ditadura Militar, brasileiras e brasileiros traçam os debates políticos sobre eleições diretas para Presidência da República – através do movimento das Diretas Já<sup>28</sup> – e pela ampla discussão que se evidenciou para a construção de uma nova Constituição Federal de 1988<sup>29</sup>.

A criação de conselhos, como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, em 1985, foi um canal de abertura para as mulheres no campo político. Conquistando espaços no Plano Constitucional, a presença das mulheres em cargos políticos – como cadeiras de representatividade no próprio CNDM -, além de formas alternativas de participação política e social, deram uma nova guinada nas discussões no cerne dos movimentos feministas. Além disso, a participação das mulheres fora fundamental para o alargamento do debate sobre políticas públicas e sociais relacionadas à saúde, educação, saneamento básico, entre outros temas, no acalorado debate da construção da Constituição Federal de 1988. Para Pinto:

A mobilização do movimento feminista durante os preparativos para a constituinte e durante o próprio período dos trabalhos constituintes possivelmente é um dos melhores exemplos na então jovem democracia brasileira de organização da sociedade civil com o objetivo de intervir diretamente no campo político (PINTO, 2003, p. 78).

O período dos debates para a construção da CF/88, trouxe à tona, também através das reivindicações dos movimentos organizados de mulheres, as questões relacionadas às políticas públicas e sociais, não somente para as mulheres, mas que agregasse o atendimento à toda a população, em diversos setores de serviços públicos, como por exemplo, a criação do Sistema

---

<sup>28</sup> Movimento encabeçado por lideranças políticas, religiosos, estudantes, artistas, intelectuais que pediam o fim definitivo da Ditadura Militar no Brasil e a volta por eleições diretas para Presidente da República. O movimento buscou, através do deputado Dante de Oliveira, levar até o Congresso Nacional, que ainda contava com parlamentares ligados aos militares, uma emenda constitucional que, se aprovada, garantiria a volta das eleições diretas. De janeiro a abril de 1984, o Brasil viveu intensas manifestações políticas em diversas cidades que país, reunindo milhões de pessoas, este movimento ficou conhecido como “Diretas Já”.

<sup>29</sup> A Constituição Federal de 1988 foi elaborada no intuito de substituir a Constituição de 1969, imposta pelos militares e que ainda estava em vigor no Brasil em meados da década de 1980. Uma Assembleia Nacional Constituinte foi formada com representantes do Congresso Nacional para ser formulado o texto da nova Carta Magna nacional, após quase dois anos de trabalho, em 05 de outubro de 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal, que é conhecida como a Constituição Cidadã, por trazer diversos direitos sociais em seu texto, especialmente em seu Artigo 6º.

Único de Saúde – SUS<sup>30</sup>, luta também enfrentada pelos movimentos feministas no Brasil no que concerne às questões relacionadas à saúde. Portanto, este foi um período fundamental para compreensão dos aspectos que envolvem as políticas públicas e sociais, envolvendo seus aspectos a partir também, da própria CF/88.

### 1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS SOCIAIS: ENTENDENDO CONCEITOS

#### 1.3.1 Políticas públicas

*[...] as políticas públicas traduzem respostas concretas a demandas coletivas manifestadas e interpeladas em dado momento histórico, por meio de canais institucionais especialmente concebidos no âmbito da sociedade (SILVA E SILVEIRA, 2017, p. 181).*

O cenário que se desenha para o debate das políticas públicas, está diretamente relacionado em como o processo democrático de discussão e decisões políticas, evidenciou que, a partir da motivação e da mobilização de grupos sociais na busca por mais justiça social, liberdade civil, política e social, além de distribuição de recursos, nascem as políticas públicas (CRUZ, 2016, p. 31). Assim, através das reflexões e árduas batalhas travadas socialmente, as agendas governamentais passam a ser contempladas de demandas trazidas pela sociedade civil em todas as áreas que dizem respeito ao bem-estar comunitário.

Entretanto, para adentrar propriamente ao conceito de política pública, faz-se necessário investigar e entender como o mesmo se inicia, pois, compreende-se que as mesmas não passaram a existir sem justa causa. Saravia (2006) pontua o surgimento das ciências administrativas, que foram transformações que ocorreram tanto nas repartições públicas quanto nas empresas privadas com relação ao método utilizado para administrar, visto que, a partir do início do século XX, o papel do administrador público começa a mudar, que passa de um mero executor de políticas, para um formulador de políticas públicas, considerando que as transformações nos aparatos estatais pós Primeira Guerra Mundial, transformaram também o conceito de administrador. Assim, houve uma transformação no papel do agente administrador.

---

<sup>30</sup> Instituído em 1988 através da nova Constituição Federal, o Sistema Único de Saúde – SUS é uma política pública universal, que visa garantir aos brasileiros acesso integral e gratuito a serviços de saúde. O SUS é considerado um dos maiores e melhores sistemas públicos de saúde públicos do mundo. “Além da democratização da saúde (antes acessível apenas para alguns grupos da sociedade), a implementação do SUS também representou uma mudança do conceito sobre o qual a saúde era interpretada no país. Até então, a saúde representava apenas um quadro de “não-doença”, fazendo com que os esforços e políticas implementadas se reduzissem ao tratamento de ocorrências de enfermidades. Com o SUS, a saúde passou a ser promovida e a prevenção dos agravos a fazer parte do planejamento das políticas públicas.”. Para mais informações, acessar: <https://pensesus.fiocruz.br/sus>.

Segundo Saravia (2006), de 1950 a 1980, as formas de administração foram sendo modificadas de acordo com as demandas apresentadas pela sociedade, tanto no âmbito estatal quanto no privado. As mudanças ocorreram por conta de fatores externos e internacionais, que “[...] exigiram a adoção de formas mais flexíveis de planejamento e administração.” (SARAVIA, 2006, p. 25). A partir desse momento, foi necessária a implementação de estratégias, não apenas metas e objetivos, era importante então, observar o contexto vindo de fora, assim, os planos começaram a ser executados em cenários alternativos, não mais contando com a previsibilidade e vontade dos agentes envolvidos. Entre as décadas de 1970 e 1980, ocorrem crises econômicas internacionais, como os colapsos das petroleiras e das financeiras, que sacudiram as bases das organizações, incluindo o poder público, que ainda não estavam de todo preparadas para uma reação imediata.

Saravia (2006, p. 26) afirma que:

As organizações estatais reagiram tardiamente ou não se modificaram em face das novas circunstâncias. O resultado foi uma deterioração de sua capacidade de resposta às necessidades e aos anseios da população e um correlato declínio de sua credibilidade. No âmbito público, registrou-se, ademais, um desejo crescente de participação democrática nas decisões estatais, na sua implementação, no seu controle e nos seus benefícios. A telemática (comunicações + informática) permitiu fortalecer a transparência e o consequente controle social das ações do Estado. Tudo isso levou, ao longo dos anos 80, ao fortalecimento progressivo da concepção mais ágil da atividade governamental: a ação baseada no planejamento deslocou-se para a idéia de política pública.

Ainda segundo Saravia (2006, p. 28) “O processo de política pública mostra-se como forma moderna de lidar com as incertezas decorrentes das rápidas mudanças do contexto.”, o que nos leva a refletir sobre a necessidade de reinvenção conceitual e também prática, no que se refere a adoção de formas mais eficientes para responder às demandas e necessidades da sociedade. Para o autor, conceito de políticas públicas é: “[...] um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.” (SARAVIA, 2006, p. 29).

Di Giovanni (2009), afirma que existem várias formas de compreender o conceito de políticas públicas, porém, não há uma forma própria de análise e as que se apresentam nem sempre são satisfatórias (DI GIOVANNI, 2009, p. 2), dada a extensão e profundidade que o conceito representa. O autor salienta que:

Tal conceito vai além da idéia de que uma política pública é simplesmente uma intervenção do Estado numa situação social considerada problemática. Mais do que isso, penso a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia. Penso, também, que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal (DI GIOVANNI, 2009, p. 2).

Diante do exposto, nota-se também que o mesmo já aponta para uma definição do que se pode considerar o início do debate sobre como a intervenção estatal pode acontecer, seus mecanismos, sentidos e modalidades. Deve-se considerar que as políticas públicas nascem de situações sociais problemáticas, a considerar as crises do capitalismo e as lutas encabeçadas pelas trabalhadoras e trabalhadores e pelos movimentos sociais.

Historicamente pode-se considerar que as políticas públicas surgem após a Segunda Guerra Mundial, porém, sabe-se que as mesmas são cíclicas e o contexto no qual os países e cidadãos estiveram inseridos dizem muito sobre o surgimento e caracterização das políticas. São ações que estão cada vez mais presentes no cotidiano das sociedades atuais (DI GIOVANNI, 2009, p. 3).

Para melhor definir o conceito de políticas públicas, Cavalcanti Jr. (2017) irá associá-las à questão dos direitos sociais. Para tanto, deve-se recordar que a Constituição Federal de 1988 expressa quais são os direitos sociais que o Estado deve garantir às brasileiras e brasileiros. Nenhuma política pública deve ser pensada ou executada sem antes ser embasada na CF/88.<sup>31</sup> De acordo com o autor:

[...] pode-se assumir como verdadeira a afirmação de que a Constituição Federal (CF) de 1988 é uma verdadeira matriz para as políticas públicas no ordenamento brasileiro, isso no sentido de que toda e qualquer política governamental que vise a efetivar direitos sociais terá que ser constitucionalmente embasada e lida à luz dos preceitos constitucionais (CAVALCANTI JR., 2017, p. 33).

Isto posto, vale considerar o que o autor relata sobre o conceito de políticas públicas a partir da perspectiva apresentada à luz da constituição brasileira, destaca-se o uso que o mesmo faz sobre o conceito de políticas públicas: “[...] políticas públicas são programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.” (BUCCI, 2006, p. 241 *apud* CAVALCANTI JR., 2017, p. 37). Assim, o autor define que no caso

---

<sup>31</sup> CF/88 será a abreviação para a referência de Constituição Federal de 1988, como já é utilizada em obras e textos consultados para este trabalho.

brasileiro, não se deve pensar em discutir ou formular políticas públicas desvincilhadas da proposta contida na CF/88 que garante a efetivação dos direitos sociais, especialmente no artigo 6º da mesma.

Sobre o conceito de políticas públicas e sua relação com a garantia dos direitos sociais, Sarmiento (2017) citado por Cavalcanti Jr. (2017), afirma que:

[...] alguns elementos são centrais nessa definição: o fato de que a política pública é um *programa*, isto é, um conjunto coordenado de ações; a adjetivação de que se trata de ações *governamentais*, ou seja, levadas a cabo, ao menos prioritariamente, pelo Estado; e, por fim, os objetivos, que devem ser socialmente relevantes. Neste sentido, percebe-se uma nítida conexão entre *políticas públicas* e *direitos fundamentais sociais*, na medida em que as primeiras são um meio para a efetivação dos segundos (SARMENTO, 2017, *apud* CAVALCANTI JR., 2017, p. 37-38).

Desse modo, se assegura a afirmação de que as políticas públicas e os direitos fundamentais sociais garantidos na CF/88 são faces de uma mesma moeda, as políticas públicas cumprem o papel de instrumento para a efetivação de direitos que estão constitucionalmente garantidos. A Constituição vai cumprir, pelas vias jurídicas, uma espécie de grande matriz das políticas públicas no Brasil (CAVALCANTI JR., 2017, p. 38-39), desse modo, há o caráter de participação democrática quanto ao engajamento social em defesa da garantia dos direitos, e quando se trata do Brasil, pode-se sinalizar que o período da redemocratização fora fundamental para analisar a luta anterior a preparação da CF/88.

Cruz (2016) salienta que, para se entender a expressão das políticas públicas, não pode ser dispensada a democracia e as formas de participação social, bem como, entende-las como exercício de poder na dinâmica da sociedade contemporânea.

[...] elas se constituem historicamente com a expressão da classe dominante, mas podem, sob determinadas condições históricas, agir e atuar com autonomia relativa, no sentido de garantir a própria perpetuação do poder dominante da classe dirigente. Contudo, é preciso explicar, ainda, como elas se reorganizam a fim de atender ora ao chamado do capital, ora a demandas mais ampliadas da própria sociedade, identificando o processo de ampliação da política democrática que envolve a participação na esfera da formulação das políticas públicas, reposicionando o conceito de democracia no paradigma liberal a fim de naturalizar essa relação social, incorporando a participação social – movimentos, grupos, organizações e associações – na estrutura estatal (CRUZ, 2016, p. 35).

Isto posto, o autor pondera sobre a finalidade para qual, inicialmente, as políticas públicas foram formuladas. A estrutura estatal formulava iniciativas que, através de ciclos, permitiam que uma determinada parcela da sociedade – a burguesia - se mantivesse no poder, ou seja, uma classe dirigente utilizava este tipo de mecanismo para se manter na posição de

poder, deve-se levar em consideração aqui, a estrutura do Estado capitalista que reforça esse tipo de ação.

Ainda para Cruz (2016), o conceito de políticas públicas é abrangente, mas não é limitado e se estende através da sua complexidade no poder executivo em suas esferas – municipal, estadual e federal –, além de haver o enfoque através dos setores – economia, social, educacional, ambiental, etc.

Em nosso estudo, entendemos que “políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores da atividade do poder público, em consonância com as regras institucionais, normas e procedimentos inclusive para a realização da relação entre os poderes públicos e a sociedade civil, bem como a mediação entre os sujeitos sociais e o Estado (BANDEIRA, 1999). Trata-se de políticas já sistematizadas, explicitadas e formuladas por meio de documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam os processos de desenvolvimento (CRUZ, 2016, p. 51).

Para o autor, existe a necessidade em compreender o ciclo de uma política pública, que vai desde a sua formulação até a avaliação, passando pelo monitoramento, “[...] chegando à permeabilidade da sociedade civil organizada em todo o seu ciclo.” (CRUZ, 2016, p. 51). Cruz afirma ainda que:

De um modo geral, as políticas públicas buscam resolver demandas sociais de grupos e setores à margem do sistema político ou econômico que passam a pautar a agenda política mediante pressão popular ou por interferir nesses sistemas, para garantir, efetivar ou viabilizar os direitos constantes nas cartas constitucionais ou mediante legalização de lutas sociais que buscam o reconhecimento da cidadania (CRUZ, 2016, p. 51).

Diante da afirmação do autor, é válido salientar que as políticas públicas não são “presentes” do Estado para a população de um modo geral, mas as mesmas são idealizadas também pela luta dos movimentos e entidades que encontraram na mobilização social, uma forma de pressionar o Estado no que se refere a reparação das desigualdades sociais, na implementação de políticas educacionais, de saúde pública, de proteção às mulheres, crianças, adolescentes, idosos etc., através da proposição, implantação e monitoramento das políticas públicas. Confirmando o exposto acima, Parada sinaliza ainda:

El concepto de políticas públicas incluye tanto temas de gobierno como de Estado. Estas últimas son, en realidad, políticas de más de un gobierno, lo que plantea una especificidad política. También es posible considerar como políticas de Estado aquellas que involucran al conjunto de los poderes del Estado en su diseño o ejecución (PARADA, 2006, p. 71).

É sabido que, a partir de determinadas mudanças políticas, como ideologias partidárias e troca de gestores públicos, as políticas públicas específicas de determinada agenda política de

um governo sofrem inúmeras interferências, como por exemplo, a sua total exclusão ou mudança de formato, o que leva a alteração de seus objetivos. Outro problema apontado pelo autor diz respeito a forma como os partidos políticos veem o tema das políticas públicas. Segundo Parada (2006), nem mesmo as plataformas ou planos de governo tem espaço suficiente para a implementação das políticas públicas, de modo que, a agenda dos partidos não contempla efetivamente o tema. Assim, sinaliza o autor:

La plataforma o programa de los partidos políticos en general no constituye una guía suficiente para las políticas que se seguirán en el gobierno, si bien en ellos se introducen o eliminan temas y planteamientos novedosos, lo que puede dar origen a modificaciones de agenda y en las orientaciones de políticas (PARADA, 2006, p. 79).

Por serem diferentes, mas por traçarem um caminho juntas, tanto a política, quanto as políticas públicas possuem relação com a perspectiva de poder social, cada uma em sua especificidade, buscando, dentro do sistema político, sentidos sobre o poder em geral – o que se chama de política - e soluções específicas de como tratar os assuntos das agendas públicas – as políticas públicas - (PARADA, 2006, p. 67).

Segundo o Cruz (2016, p. 52), “As políticas públicas têm o objetivo claro de resolução de problemas sociais, mas expressam, na sua formulação e execução, a visão de mundo daqueles que dirigem o aparelho estatal, seja para legitimar seu poder, seja para garantir a capacidade de governança.”. Desse modo, é importante que se conheça a natureza de cada tipo de política pública, sua tipologia e qual a finalidade de cada uma, dito isto, no contexto das políticas públicas, temos o recorte das políticas públicas sociais, conceito que afunilará o tema estudado e que será tratado na seção seguinte.

### **1.3.2 Políticas Sociais**

O conceito de políticas sociais pode ser compreendido a partir de vários entendimentos e perspectivas teóricas. Segundo Cardoso Jr. e Castro (2006, p. 147), a política social pode ser entendida como uma série de ações e programas planejados e executadas pelo Estado e as mesmas têm o objetivo de sanar as necessidades apresentadas pela sociedade; além disso, as políticas públicas sociais devem garantir os direitos sociais básicos de todo cidadão, especialmente, na garantia daquilo que é básico para dar condições fundamentais de vida à população, neste caso, podemos destacar saúde, educação, segurança alimentar e nutricional, trabalho e renda, dentre outras. As necessidades surgem a partir do local no qual as cidadãs

estão inseridas, bem como o processo histórico social no qual a população está arraigada. Cardoso Jr. e Castro, sinalizam que:

Em sentido mais amplo, pode-se dizer que uma política social busca oferecer segurança ao indivíduo em determinadas situações de dependência, dentre as quais se podem citar: a incapacidade de ganhar a vida no mundo do trabalho; diversas posições vulneráveis dentro do ciclo de vida do ser humano (crianças e idosos, por exemplo); ou situações de risco, como em casos de acidentes (invalidez por acidente). Além disso, também objetiva atender a demandas por maior igualdade – seja de oportunidade ou de resultados – entre os indivíduos (CASTRO; CARDOSO JR., 2006, p. 147).

Portanto, as políticas públicas sociais têm papel fundamental em garantir, através das ações e programas do Estado, melhores condições de vida para as cidadãs que se encontram em vulnerabilidade social. De acordo com os próprios autores:

As motivações específicas para o surgimento e desdobramento de cada política social estão relacionadas, em cada caso concreto, a certos riscos coletivos ou situações de vulnerabilidade social que se diferenciam em função de aspectos próprios, pertencentes aos eixos do Trabalho, da Assistência Social, da Cidadania Social-Incondicional e da Infra-estrutura Social (CASTRO; CARDOSO JR., 2006, p. 151).

Fundamental salientar que, diante de tal conceito no caso brasileiro, a política social tem um marco fundamental na CF/88, conhecida como a Constituição Cidadã. A CF/88 estabeleceu em seu artigo 6º que: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 2019, p. 18). Assim, a Carta Magna brasileira irá traçar jurídica e institucionalmente, uma série de diretrizes de políticas que estão diretamente relacionadas e voltadas para a melhoria de vida da população que se encontra desprotegida em um ou vários aspectos.

O conceito de política social deve ser compreendido em sua totalidade. Não há legitimidade em entender a política social deslocada e individualizada, como um fato isolado, pelo contrário, deve ser entendida como um fenômeno que possui essência. Inclusive, o conceito não tem um início específico para que seja compreendido de forma harmônica e estrutural. Segundo Behring e Boschetti:

Não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, pois, como processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal. Sua origem é comumente relacionada aos movimentos de massa social-democratas e ao estabelecimento dos Estado-nação na Europa ocidental do final do século XIX (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 47).

O conceito de política pública se torna mais geral a partir das transformações ocorridas com o capitalismo, após as suas inúmeras variáveis, em especial depois da Segunda Guerra Mundial, considerando que se sinalize aqui o “pós-1945”<sup>32</sup>. Vale ressaltar que o surgimento das políticas sociais dependeu do contexto que os países vivenciavam no momento, bem como devem ser analisados os movimentos das classes dos trabalhadores para uma formação mais contundente do que se conhece como política social, por isso, para cada local, é necessário que se leve em consideração o contexto no qual a mesma surgiu. Ainda citando Behring e Boschetti:

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como período em que o Estado capitalista passa a assumir e realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 47).

É importante considerar que no caso brasileiro a erupção das políticas sociais não se dá ao mesmo tempo que em outros países, especialmente quando se trata da Europa, que tinha centralidade no capitalismo. Foi uma característica brasileira que o surgimento das políticas sociais tenha vindo das classes trabalhadoras, estas que em tempo, através da luta de classes, tenham expressado uma correlação de forças com uma parte importante da elite (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 78-79).

As autoras afirmam que “[...] os direitos sociais, sobretudo trabalhista e previdenciário, são pautas de reivindicação dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 79). Mas salientam ainda que as classes dominantes buscaram se legitimar em ambientes que havia a restrição de direitos políticos e civis, porém, havia também a forte presença das políticas sociais em tempos de ditadura, a exemplo do Estado Novo (1937-1945) com Getúlio Vargas e durante a Ditadura Militar (1965-1985) como dito anteriormente, as políticas sociais foram utilizadas com caráter de tutela e favor, o que extingue as características de melhoria na qualidade de vida e passa a suplantam um modo assistencialista da presença do Estado no cotidiano dos cidadãos. Vale lembrar a figura de Vargas como “pai dos pobres” (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 79), que pautou as ações do seu governo a partir do discurso e perfil assistencialista, além de se aproximar das classes trabalhadoras com sua representação populista.

---

<sup>32</sup> Diz respeito ao período após a Era Vargas, que durou de 1930 a 1945, incluindo o período ditatorial varguista conhecido como Estado Novo.

Castro (2013, p. 167) afirma que, de modo geral, as políticas sociais de cada país resultam da força dos movimentos sociais organizados e da luta política, que tem como objetivo primordial proteger e/ou promover de modo social a população em que estão inseridos os movimentos políticos e sociais. Ainda para o autor, essas políticas são “[...] implementadas por meio de ações do Estado e está constantemente no centro do debate político, entre outros motivos porque responde por uma fração considerável do gasto público, o que a torna alvo de disputas acirradas na divisão dos recursos orçamentários.” (CASTRO, 2013, p. 167). O autor defende que é mais difícil do que aparenta, compreender o conceito de política social, pois, deve-se considerar a complexidade do emaranhado que se constrói ao analisarmos as instituições governamentais, seus locais de atuação e o sistema jurídico que dá sustentação a estrutura requerida pela política social (CASTRO, 2013, p. 168).

Concordando com Castro e Cardoso Jr. (2006), Castro (2013) confirma que existem diversas teorias e entendimentos sobre o que é a política social, não há uma definição exata, são muitas abordagens e interpretações teóricas sobre o tema. Porém, mesmo reconhecendo as dificuldades e limitações, o autor entende a política social composta de:

[...] um conjunto de programas e ações do Estado, que se manifestam em oferta de bens e serviços, transferências de renda e regulação, com o objetivo de atender as necessidades e os direitos sociais que afetam vários dos componentes das condições básicas de vida da população, inclusive aqueles que dizem respeito à pobreza e à desigualdade. Cabe salientar, entretanto, que bens e serviços similares aos oferecidos pelo Estado podem também ser ofertados por entidades privadas, lucrativas ou não (CASTRO, 2013, p. 169).

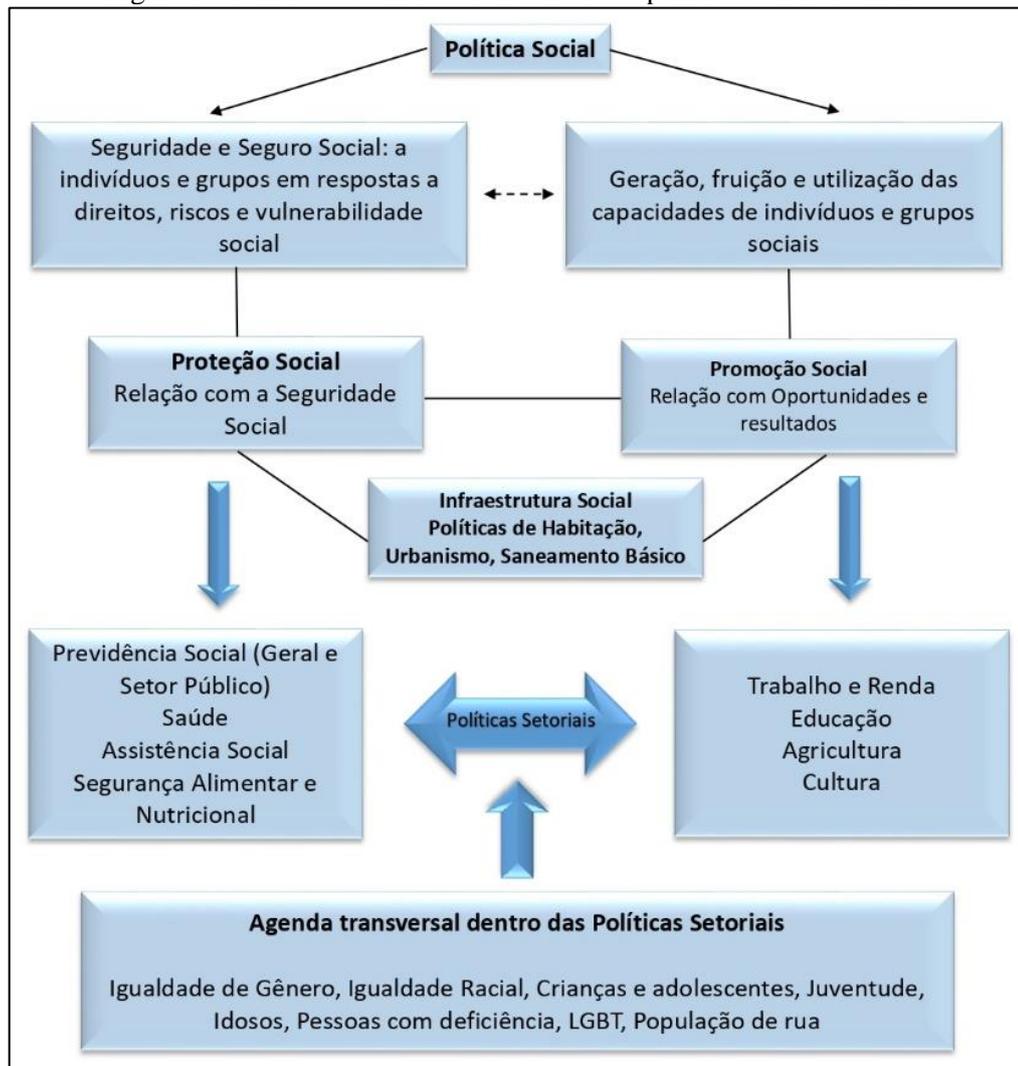
Assim, Castro define que a política social detém o objetivo de atender as necessidades sociais apresentadas pela sociedade de modo geral, seja através do poder público ou através das instituições privadas, ou ainda, as ONG’s, que compõem o que chamamos de Terceiro Setor.<sup>33</sup>

É válido salientar aqui que, no caso do Estado brasileiro, o mesmo desenvolve um conjunto bastante diversificado no que diz respeito às políticas públicas no contexto social, basicamente seguindo duas linhas: proteção e promoção social conforme a figura abaixo apresenta:

---

<sup>33</sup> Terceiro Setor é uma denominação sociológica utilizada para caracterizar as organizações de iniciativa privada, sem fins lucrativos que prestam serviços de caráter público.

Figura 1 - Políticas setoriais e transversais da política social brasileira



Fonte: Elaboração própria (2020). Adptada de CASTRO, 2013, p. 170.

As políticas sociais no Brasil possuem o caráter de proteção social, que diz respeito a políticas agrupadas à Seguridade Social, que pretendem proteger a pessoa que, por motivos relacionados a não capacidade ou oportunidade de trabalhar, e consequentemente, prover o seu próprio sustento e de sua família, seja por velhice, doença, morte ou desemprego. Assim, a política atua na forma de reduzir os riscos à vulnerabilidade social. Na plataforma da proteção social, se encontram “[...] programas e ações da Previdência Social (aposentadorias, pensões e auxílios), tanto geral quanto do setor público, Saúde, Assistência Social e seguro-desemprego.” (CASTRO, 2013, p. 169). Ao executar políticas sociais, desenvolve-se a solidariedade social, que está:

Diretamente relacionada à expansão do sistema de garantia de renda e da garantia da oferta de bens e serviços sociais, que buscam fortalecer a proteção social dos indivíduos, famílias e grupos sociais quando estes se defrontam com uma série de

situações de riscos, contingências e necessidades, que os colocam em dependência e vulnerabilidades (CASTRO, 2013, p. 169).

Desse modo, a proteção social se relaciona diretamente a garantia de que cidadãos e cidadãos não estejam à mercê da vulnerabilidade social. Já as políticas de promoção social, têm a pretensão de garantir a todos oportunidades mais equânimes de acesso aos recursos e também aos benefícios logrados pela sociedade ao longo da história.

Tais políticas compreendem um vasto espectro de ações que abarca desde a formação e desenvolvimento do cidadão – casos da Educação, do acesso à Cultura e das políticas de trabalho e renda que buscam a qualificação profissional e regulação do mercado de trabalho –, até a democratização do acesso a ativos – como as políticas voltadas à agricultura familiar (acesso a crédito, extensão rural, reforma agrária), à economia solidária, à habitação, à mobilidade urbana.

Já a geração de igualdades está relacionada à ideia que a expansão da oferta de bens e serviços sociais, principalmente a escolarização e o acesso à saúde são elementos centrais na promoção e geração de habilidades e capacidades em indivíduos e/ou grupo social. No entanto, apenas isso não é suficiente para garantir a geração de igualdade, sendo necessário também garantir através das políticas públicas, o exercício dessas capacidades, mediante as políticas de inclusão produtiva de diversos tipos e padrões, seja no meio rural ou nas cidades. Esses são elementos primordiais para promoção social, pois permitem a ampliação de oportunidades e a obtenção de melhores resultados pessoais e coletivos. Este pressuposto só vai ser atingido se, em seu processo de universalização, conseguir atingir as populações mais pobres (CASTRO, 2013, p. 169).

Compreender os objetivos que se relacionam com as ações das políticas de proteção e promoção social, se torna fundamental para entender o que de fato se pretende com a implementação de políticas sociais. Tanto a proteção social, quanto a promoção social são fundamentais para assistir aquelas e aqueles que estão em uma situação de maior vulnerabilidade social, portanto, a ação imediata das políticas públicas, pode facilitar ou dar acesso direto aos direitos sociais pautados na CF/88, mas a efetividade da garantia dos direitos sociais apenas será validada quando a sua eficácia chegar aos mais empobrecidos socialmente, ou seja, aos que estão mais vulneráveis socialmente.

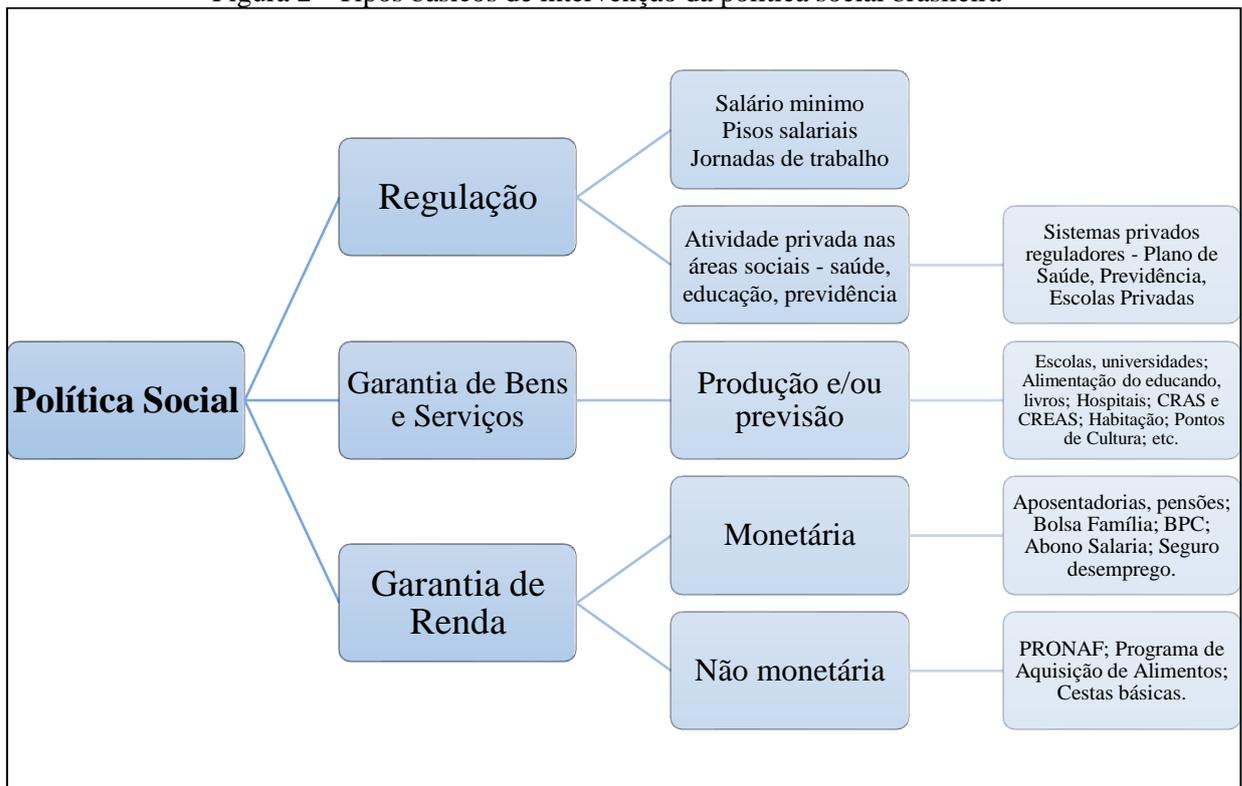
Castro (2013) ainda afirma que, para compreender de forma mais eficaz o conceito de política social no Brasil, é preciso também estabelecer maior entendimento sobre a abrangência da mesma no caso brasileiro. Visualizar a abrangência das políticas, nos permite dimensionar quais são os diferentes tipos de benefícios que são ofertados a milhões de brasileiras que são atingidas por ações e programas implementados pelas mais variadas políticas públicas da área social.

Castro (2013, p. 171) explica que:

Essas políticas circunscrevem-se no interior de organismos estatais que estão preparados para efetuar uma série de ações e programas de três tipos básicos: **(i) garantia de renda; (ii) garantia da oferta de bens e serviços sociais; e (iii) a regulação.** As duas primeiras ocorrem principalmente mediante gastos públicos pelo aparato do Estado e a última envolve poucos gastos e mais recursos de poder para regular o comportamento dos agentes econômicos (Grifos nossos).

A Figura 2 apresenta o detalhamento dos tipos básicos de intervenção da política social brasileira.

Figura 2 - Tipos básicos de intervenção da política social brasileira



Fonte: Elaboração própria (2020). Adaptado de CASTRO, 2013, p. 171.

Podemos compreender que a política social não ocorre apenas através das transferência de renda, mas sim, a partir de diversos tipos de atendimento, que também podem não ser monetários e também agem na garantia de bens e serviços, através da saúde, educação, assistência social, habitação e saneamento básico, entre outros serviços, e sua efetivação se dá a partir do momento que as ações que são requeridas por meio das políticas sociais, sejam colocadas em prática e os resultados possam ser palpáveis para a população que mais necessita das mesmas. Portanto, compreender Política Pública e Política Social em conjunto, é fator importante para o prosseguimento do presente trabalho, que se debruçará, no capítulo seguinte, a apresentar as políticas públicas sociais que são objetos de estudo para o mesmo.

## 2 MOVIMENTOS DE MULHERES EM QUIXABEIRA: UMA REALIDADE

*A você mulher que  
É fulô sertaneja  
Fulô de beleza  
Da mais bonita que há  
É fulô delicadeza  
Esparramando ternura  
Por esse seu caminhar  
É fulô formosura  
Fulô de doçura  
Que me faz sonhar  
Fulô na singeleza  
É fulô guerreira  
É fulô de encantar*

(Agnaldo Rocha)<sup>34</sup>

Neste capítulo, serão apresentados os movimentos de mulheres organizadas do município de Quixabeira – Bahia, bem como, um pouco da sua história, considerando as motivações para que os grupos de mulheres fundassem os mesmos. Inicialmente, salientamos que o conceito de Movimentos Sociais não é único e estático. Existem inúmeros debates sobre o mesmo, mas nos ateremos às discussões sobre este no período da redemocratização do Brasil<sup>35</sup>, devido ao estabelecimento de um leque variado de novas proposições de movimentos sociais.

Mammarella (1993) destaca que os movimentos sociais possuem um caráter transformador, visto que, a emergência desse tipo de movimento condiz com um sistema de práticas vistas como contraditórias, mas que colocam em questão a lógica da ordem social estabelecida. A autora afirma que “[...] os Movimentos Sociais enraízam-se na evolução das contradições que configuram a crise do urbano, enquanto espaço de reprodução da força de trabalho” (MAMMARELLA, 1993, p. 191). É válido sinalizar que, mesmo a autora se referindo aos movimentos sociais urbanos, a referência também engloba os movimentos sociais rurais ou do campo, que do mesmo modo, compõem uma série de processos reivindicatórios e que produzem sua organização social e política, obviamente resguardando seu tempo e espaço.

<sup>34</sup> Agnaldo Rocha, poeta e fotógrafo de Várzea da Roça -BA, escritor do livro “FotoVersando no Sertão” publicado em 2019. Em seu livro, mistura versos e fotografias que apresentam e representam o sertão baiano.

<sup>35</sup> O processo de redemocratização brasileiro ocorreu de forma gradual. Nos últimos anos do regime militar, a legislação mais autoritária fora suprimida, abriu-se espaço para o pluripartidarismo e para a ocorrência das eleições livres para as três instâncias do poder legislativo (municipal, estadual e federal). Aos poucos, a sociedade brasileira reconquistava os direitos democráticos. Desde 1964, a primeira eleição para governador de estado ocorreria em 1982. Foi no período da redemocratização que se deu origem ao movimento popularmente conhecido por “Diretas Já”, organizado por diversos grupos sociais que pediam o fim definitivo da Ditadura Militar e a redemocratização do país, incluindo as eleições diretas para presidente (COTRIN, 2016).

Assim, para a autora, os movimentos sociais são aqueles que questionam uma ordem social já estabelecida, as quais são configuradas nas contradições sociais, ou seja, apresenta as discrepâncias entre o discurso e a ação, especialmente das agências reguladoras da sociedade, neste caso, o próprio Estado. Desse modo, os movimentos sociais se tornam contestadores da lógica social estabelecida.

Há uma discussão sobre os chamados “Novos Movimentos Sociais”, que dizem respeito aqueles surgidos e formados durante o período da redemocratização do país no final dos anos 1970 e no decorrer dos anos 1980. Mammarella nos situa no que se refere ao debate sobre os ditos Novos Movimentos Sociais:

Os chamados Novos Movimentos Sociais são caracterizados como pequenos espaços de participação social ao nível da vivência cotidiana de resistência particularmente das classes populares nos quais são construídas novas identidades coletivas no âmbito de uma cultura crítica, cujos princípios se centram em autonomia, livre organização, autogestão, democracia de base, autogoverno, solidariedade, desalienação, direito à diversidade e respeito à individualidade (MAMMARELLA, 1993, p. 199).

Destaca-se que, as associações que serão aqui estudadas, compõem o cenário que diz respeito ao Novos Movimentos Sociais, visto que são aqueles surgidos ao longo dos últimos 40 ou 50 anos. Nesta discussão sobre a existência dos movimentos sociais ao longo da nossa trajetória, a autora Gohn sinaliza que:

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas que aglutinam pessoas não como força tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais (GOHN, 2011, p. 336).

A autora enfatiza ainda o caráter educativo dos movimentos sociais, salientando que a educação não se faz somente de modo formal, mas acontece na forma de reivindicação, de organização e expressão que se dão a partir da participação da sociedade civil em movimentos de organização coletiva, para Gohn (2011, p. 333), “Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes.”, desse modo, além de grupos organizados pela luta coletiva, esta experiência também perpassa pela conjuntura da formação cidadã de cada pessoa que deles participa.

Algumas das primeiras experiências de movimentos sociais constituídos no Brasil foram apresentadas no primeiro capítulo<sup>36</sup>, e, com o passar do tempo, estes movimentos foram se reinventado e galgando espaços cada vez mais promissores. Sobre isso, Jacobi destaca:

Provavelmente, um dos aspectos mais significativos dos diversos movimentos sociais urbanos que emergiram nos últimos anos é o fato destes terem indicado alguns caminhos em torno da criação de uma noção de cidadania coletiva, onde as propostas concretas de gestão da cidade e o questionamento das práticas existentes têm obtido algum espaço de reflexão no interior das agências de Estado (JACOBI, 1987, p. 22).

Sobre a conjuntura de debates relacionados com o campo de atuação e os sujeitos envolvidos nas demandas apresentadas pelos movimentos sociais, Jacobi sinaliza que:

Tendo como base social uma população proletária ou politizada, estes movimentos têm como horizonte de ação reivindicações vinculadas à melhoria das condições de vida. Na grande maioria, os movimentos sociais urbanos – MSU’s estão relacionados com a deteriorização e a precariedade das condições reprodutivas, em suas dimensões cotidianas (JACOBI, 1993, p. 13).

Jacobi enfatiza que os Movimentos Sociais Urbanos – MSU’s, em sua grande maioria, são os espaços de reivindicação e debate que estão relacionados às melhorias de vida das pessoas que compunham a base social, neste caso, envolvendo principalmente os “[...] setores populares e componentes da classe operária, aglutinados em torno de reivindicações vinculadas ao espaço de moradia.” (JACOBI, 1993, p. 14). Em outro texto, Jacobi reforça o argumento sobre a composição social dos movimentos sociais: “A maioria dos movimentos sociais é composta de uma base nitidamente popular, ou seja, daqueles setores da população que se veem diretamente afetados nas suas condições de vida.” (JACOBI, 1987, p. 13).

A partir do momento em que uma carência era identificada por determinado grupo social, surge, portanto, um momento de reivindicação, principalmente junto aos órgãos do Estado, isso significa que o poder público nem sempre cumpria/cumprir com a sua obrigação de promover condições de vida igualitárias em todas as dimensões da vivência comunitária.

Complementando Jacobi (1987; 1993), Costa afirma que “Os movimentos sociais apresentam perfis organizativos próprios, uma inserção específica na tessitura social e articulações particulares com o arcabouço político-institucional.” (COSTA, 1997, p. 2), o que confirma a predisposição dos movimentos sociais se organizarem a partir de carências

---

<sup>36</sup> Porém, é salutar que se diga que alguns deles foram os movimentos feministas sufragistas e igualitários, movimentos de trabalhadoras e trabalhadores, em sua maioria de operárias e operários, movimentos de organizações de bairros que lutavam contra a carestia dos itens básicos da alimentação, por creches e melhores condições de vida em bairros afastados dos grandes centros, além disso, as lutas camponesas dos anos 1960, se destacam no que diz respeito aos movimentos articulados na área rural e campesina.

identificadas de modo coletivo, e que promovem em seu interior, uma pauta de discussão de cunho político, no sentido de debater a ausência do Estado enquanto instituição que deveria promover bem estar social. Dialogando com Jacobi (1987) e Costa (1997), Gohn demarca o entendimento sobre os movimentos sociais, destacando os objetivos de suas ações:

Desde logo, é preciso demarcar nosso entendimento sobre o que são os movimentos sociais. Nós os encaramos como ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizem formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.) até pressões indiretas (GOHN, 2011, p. 336).

As classes sociais mais vulneráveis socialmente, são aquelas que dão corpo aos movimentos sociais, sobre isso, é importante sinalizar o que salienta Mammarella (1993, p. 202): “Quanto à composição social, os estudos sobre os movimentos populares de caráter reivindicativos frente às necessidades básicas salientam seu caráter classista: seus participantes são identificados como originários das classes baixas”, como também indicou Jacobi (1987). Isto explica o fato de que as classes menos abastadas econômica e socialmente, se mantiveram à frente de uma série de movimentos que buscavam melhorias de vida, sendo os elementos básicos para que qualquer cidadã pudesse viver dignamente e que estão expostos no artigo 6º da CF/88: Educação, Saúde, Trabalho e Renda, Habitação e Saneamento Básico, Alimentação e Segurança Nutricional, entre outros (BRASIL, 2016).

Deve-se lembrar que a ampliação e o fortalecimento democrático a partir das organizações coletivas e civis surgiram ao longo do processo de redemocratização, sua validade têm respaldo tanto no plano sociocultural, quanto na dimensão dos embates político-institucionais (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004, p. 20).

Diante do projeto de redemocratização do Estado e da sociedade, a questão da autonomia dos atores coletivos na sua relação com governos ainda autoritários, por um lado, e a multiplicidade de identidades coletivas (trabalhador, morador, mulheres, etc.) de organizações emergentes, por outro, tornaram-se focos de atenção privilegiada desses atores e de seus analistas (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004, p. 20).

A atuação de organizações coletivas foi fundamental para demonstrar as fragilidades apresentadas pelos grupos menos favorecidos nos aspectos sociais, políticos e econômicos. A partir das organizações que surgiram com as pautas trazidas durante o período de redemocratização do Estado e da sociedade, as mesmas fizeram com que as vozes antes não ouvidas ou silenciadas, passassem a ser escutadas e suas demandas atendidas, após as reivindicações propostas pelos movimentos sociais.

## 2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS EM QUIXABEIRA: BREVE ANÁLISE

[...]  
*E é gente de toda parte  
 Gente de associação  
 De igreja e sindicato  
 A nossa Articulação  
 Semiárido Brasileiro  
 E seu povo inventador  
 Gente cheia de alegria  
 Esperança, fé, amor!*

*Nossos homens e mulheres  
 Em sua sabedoria  
 Esse nosso grande encontro  
 Celebrem com alegria  
 Viva o povo da caatinga  
 Viva o povo do Sertão  
 Viva o nosso Semiárido  
 E nossa Articulação!*

(Agnaldo Rocha)

O município de Quixabeira, situado no centro norte do Estado da Bahia, possui, em uma das suas características, uma forte organização dos movimentos sociais. Anteriormente a sua emancipação política em 13 de junho de 1989<sup>37</sup>, as pessoas que residiam em Quixabeira, tinham suas atividades diretamente ligadas ao município de Serrolândia, ao qual era pertencente como Distrito, porém, tinha suas representações políticas locais, a exemplo do ex-prefeito municipal, Raulindo de Araújo Rios, que à época, esteve com mandato de vereador representando o Distrito de Quixabeira, e foi um dos políticos influentes na luta pela emancipação política quixabeirense, sendo eleito como primeiro prefeito do município recém emancipado nas eleições de novembro de 1989.

Além da organização e representação político-partidária, as agricultoras eram filiadas ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Serrolândia, demonstrando assim organização social frente às questões ligadas às atividades do campo. Levemos em consideração que à época, praticamente a totalidade dos habitantes de Quixabeira tinham suas relações de trabalho voltadas à agricultura.

---

<sup>37</sup>Até a emancipação política, Quixabeira pertenceu como Distrito político e territorial, ao município de Serrolândia, este que faz divisa e fica localizado a cerca de 22 km de distância por vias vicinais.

Em consulta<sup>38</sup> ao Cartório de Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Quixabeira<sup>39</sup>, foram identificadas, no total, 66 (sessenta e seis) associações registradas no referido cartório. Além das organizações sociais de apoio as agricultoras, foram encontradas entidades que tratam sobre o meio ambiente, moradia, comunicação, esportes, cultura, mulheres, pescadoras, sem terras, entre outras finalidades, o que nos leva a considerar a forma que a sociedade civil do município possui ao se organizar em defesa das pautas que cada área revela ser de seu interesse. Além das associações, foram encontradas duas entidades denominadas de Círculo Beneficente de Quixabeira e Sociedade Beneficente de Quixabeira, que por suas denominações, se revelam instituições que zelam pelo bem comunitário<sup>40</sup>.

Não há informações no Cartório de Registro sobre o funcionamento atual ou não das entidades encontradas, pois, o mesmo se limita a tratar sobre a abertura e registro das associações através de Livros de Ata, Regimentos Internos e Estatutos. Porém, na busca por informações sobre as entidades associativas existentes no município, identificamos, além das entidades que são objetos da presente pesquisa, uma entidade denominada “Associação Feminina do Município de Quixabeira”, porém, não temos informações se a mesma tem funcionado ou não nos dias atuais. As informações no Cartório nos revelam que a entidade sinalizada foi fundada em 2005, mas, infelizmente não traz mais detalhes sobre sua atual situação<sup>41</sup>. Conseguimos verificar, através da ata de fundação que se encontra no Cartório, que as pessoas responsáveis por presidir a reunião de fundação e a presidenta eleita no momento da reunião, não residem no município de Quixabeira atualmente, porém não temos informações se a presidência, assim como outros cargos da mesa diretora tenham sido passados para outra diretoria.

O município possui sindicatos de classes, que são entidades organizadas em defesa de suas filiadas. No meio sindicalista rural, o município conta com um influente Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR, que atua no município desde o final da década de 1980, entidade mobilizada e organizada no intuito de auxiliar as trabalhadoras rurais em suas

---

<sup>38</sup> O Cartório de Ofício de Registro foi o único meio pelo qual pude ter acesso à relação de entidades registradas no município de Quixabeira. Não há órgão público que estabeleça um controle ou acompanhamento das atividades realizadas pelas entidades, portanto, para saber o número ou os nomes das mesmas, a única opção de pesquisa se faz junto ao referido cartório.

<sup>39</sup> A consulta ao Cartório de Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Quixabeira se deu no dia 22 de junho de 2020, sendo realizada, pela funcionária do referido cartório, uma busca ao acervo eletrônico do mesmo, pelo qual, foi gerada uma lista contando todos os registros de associações, contendo apenas os nomes de cada uma, sem informações mais detalhadas.

<sup>40</sup> Não há informações quanto a questão da funcionalidade de cada entidade. O cartório não acompanha o funcionamento das mesmas, realiza apenas o registro oficial.

<sup>41</sup> A identidade da pessoa responsável legal no ato do registro da mesma será mantida em sigilo, pois não temos conhecimento sobre a situação atual da mesma e se a representante ainda responde pela entidade.

atividades cotidianas, como orientações para participação de projetos e programas governamentais e não governamentais voltados para o público rural, como os projetos de linha de crédito rural, atendimento técnico para emissão e renovação de DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF<sup>42</sup>, um documento essencial para as agricultoras familiares estarem aptas a participar de uma variada gama de projetos e programas, como o PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural. Além de ofertar serviços de assessoria jurídica, consultas com oftalmologista, descontos em exames e consultas com outras especialidades médicas. Atualmente o sindicato conta com cerca de 1.200 sócias ativas, mas seus registros superam mais de 4.000 associadas ativas e inativas desde a sua fundação.

Além do STTR, o município conta com um sindicato que representa as servidoras municipais, denominado Sindicato dos Servidores Públicos de Quixabeira - SINDSERV, que teve sua abertura na Receita Federal do Brasil<sup>43</sup> no ano de 2004 e hoje conta com 299 servidoras municipais filiadas<sup>44</sup>. E, através deste sindicato, as profissionais se organizam e lutam pela garantia seus direitos já constituídos.

Detalhe importante que deve ser evidenciado, diz respeito a representação legal de cada um dos sindicatos mencionados acima, ambos possuem representação de mulheres em sua mesa diretora. No STTR, temos uma presidenta em seu primeiro mandato, porém, a entidade já passou por outras experiências com presidentas, bem como em sua mesa diretora, dispondo também de uma Secretaria das Mulheres, que trata diretamente de assuntos de interesse das

---

<sup>42</sup> A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas. A DAP é a porta de entrada do agricultor familiar às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. Como uma identidade, o documento tem dados pessoais dos donos da terra, dados territoriais e produtivos do imóvel rural e da renda da família. Para acessar uma linha de crédito do Pronaf, por exemplo, é imprescindível a DAP, pois nela consta informações que darão segurança jurídica para as transações de financiamentos. Além dos agricultores/as familiares, são beneficiários da DAP, pescadores artesanais, aquicultoras, maricultoras, silvicultores, extrativistas, quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap>. Acesso em 24 de jul. 2020.

<sup>43</sup> A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil é um órgão específico, singular, subordinado ao Ministério da Economia, exercendo funções essenciais para que o Estado possa cumprir seus objetivos. É responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários, e aqueles incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Também subsidia o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, previne e combate a sonegação fiscal, o contrabando, a descaminho, a contrafação, a pirataria, o tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, o tráfico internacional de armas de fogo e munições, a lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e outros ilícitos aduaneiros. Para saber mais: <<https://receita.economia.gov.br/sobre/institucional>>. Acesso em: 19 de set. 2020.

<sup>44</sup> O SINDSERV engloba as mais variadas áreas de profissionais públicos, que são profissionais de serviços gerais (zeladoras/es, merendeiras/os, porteiras/os, recepcionistas, pedreiros, jardineiros, etc.), professoras e professores, guardas civis, motoristas, garis, trabalhadoras e trabalhadores da saúde (técnicas/os e auxiliares de enfermagem, enfermeiras/os, agentes de endemias e agentes de saúde), entre outras e outros profissionais que dedicam seu tempo ao serviço público municipal.

mulheres, a exemplo da organização de eventos que promovem as lutas pautadas no 8 de março de cada ano. No SINDSERV também temos experiências de mulheres no comando da entidade ou compondo a mesa diretora. Atualmente, a instituição conta com uma mulher na vice-presidência,<sup>45</sup> mas já contou com uma mulher presidenta em mandatos anteriores.

É válido ressaltar mais uma vez, a importância das mulheres na representação de entidades organizadas, demonstrando que os espaços ditos de poder e decisão também podem e devem ser ocupados por mulheres que, a cada dia, ressignificam a trajetória das mulheres na disputa por mais participação social e política. Os movimentos sociais e sindicais em Quixabeira são plataformas importantes para a atuação da sociedade civil, com destaque importante para as mulheres nestes núcleos que se fortalecem na luta pelos direitos sociais e sua garantia. Historicamente, é sabido que os movimentos sociais foram e são importantes no que se refere as conquistas e promoção dos direitos sociais, e no cenário quixabeirense, os movimentos organizados pela sociedade civil compõem essa história de luta. Na seção seguinte, conheceremos a trajetória dos movimentos de mulheres no município estudados nesta pesquisa.

### **2.1.1 Associação de Mulheres Trabalhadoras do Município de Quixabeira – AMTQ**

*“Quando uma mulher avança, nenhum homem retrocede. Quando uma mulher avança, nenhum homem retrocede!”<sup>46</sup>*

A Associação de Mulheres Trabalhadoras de Quixabeira – AMTQ iniciou suas atividades em 14 de junho de 2008, e seu objetivo principal é contribuir no processo de organização social das mulheres trabalhadoras para que estas possam participar da construção e do desenvolvimento sustentável do local onde vivem. Também é missão da AMTQ representar política e juridicamente os interesses das mulheres trabalhadoras do município, estabelecendo parcerias com organizações públicas e privadas no sentido de inseri-las em processos sociais de promoção da geração de renda para sustentação das famílias. Neste contexto, a entidade vem desenvolvendo várias ações que visam sanar ou diminuir algumas necessidades apresentadas pelo grupo que representa. Neste caso, algumas destas ações são: acompanhamento, organização e incentivo aos grupos de produção de alimentos para alimentação escolar; projetos de melhorias da infraestrutura dos grupos de produção; cursos de

---

<sup>45</sup> O atual presidente do SINSERV, se afastou das suas funções para concorrer ao cargo de prefeito do município nas eleições municipais de 2020, desse modo, a vice-presidente assumiu temporariamente as funções do cargo de presidenta da entidade.

<sup>46</sup> Grito de resistência entoado nos encontros de mulheres promovidos pela entidade aqui pesquisada.

formação de culinária, artesanatos, pinturas, entre outros; incentivo e acompanhamento aos projetos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF<sup>47</sup>, dentre outros. Atualmente a entidade é representada pela Coordenadora Executiva Hilda Rios dos Santos e possui 46 (quarenta e seis) associadas<sup>48</sup>.

Para compreender melhor como se deu a formação e a fundação das entidades, foram entrevistadas suas representantes legais e algumas associadas que são também fundadoras das entidades, acompanhando o processo desde o início. Nas falas das associadas da AMTQ, fica evidente que a criação da associação foi uma necessidade que um grupo de mulheres percebeu existir, não somente no sentido de se encontrarem para dialogar sobre o cotidiano das mulheres quixabeirenses, mas também para apoiar umas às outras nos mais variados sentidos. Vejamos:

[...] a AMTQ ela nasceu da necessidade de as mulheres, independente de cor, raça, religião, partido político, situação financeira, ela nasceu para que as mulheres do município de Quixabeira tivessem ou que tenham um espaço onde elas possam falar delas mesmas [...] da situação da convivência a partir [...] da situação pessoal delas, da sua saúde, das suas, das suas, [...] dos seus momentos de dificuldade, das suas conquistas, dos seus sonhos, e.. e também, pra apoiar na questão [...] financeira, assim, de possibilitar que elas possam empreender, que elas possam valorizar, aquilo que elas já fazem em casa [*sic*] (Maria José, Sócia Fundadora, AMTQ).<sup>49</sup>

Edisônia Lima, uma das sócias fundadoras, relata que, para além de ser um grupo de mulheres para partilhar experiências e demandas próprias, viu-se a necessidade de preparar essas mulheres para discussões de cunho político, além de debater sobre a importância da implantação de políticas públicas voltadas para as mulheres no município, agregando também as discussões e propostas de cidades da mesma região.

[...] na verdade tudo começou a partir de um projeto de formação de políticas públicas para as mulheres [...] que a gente começou a participar junto com o MOC que é o Movimento Organização Comunitária que tem a sede em Feira de Santana, e aí, [...] algumas jovens lideranças passaram por esse processo de formação e começaram a formar o coletivo de mulheres pra discutir sobre a necessidade de políticas públicas voltadas para as mulheres no município, daí esse grupo foi crescendo, foi reunindo nas comunidades pra discutir, outras mulheres foram aderindo a esta ideia e nós chegamos a organizar toda a documentação de estatuto, né.. tudo o que é necessário para fundar a associação de mulheres pra que assim a gente pudesse ter uma representação digamos que formal né, legal pra ta buscando as ações e projetos para

<sup>47</sup> PRONAF: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. É um programa do Governo Federal executado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDS, que tem como objetivo financiar a implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou ainda em áreas próximas ao domicílio rural, visando à melhoria da geração de renda, além de garantir a valorização da mão de obra familiar. Para saber mais detalhes sobre outros subprogramas do PRONAF acessar: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>.

<sup>48</sup> Informações colhidas com a atual presidenta da AMTQ.

<sup>49</sup> Entrevista realizada em 11 de novembro de 2020.

a melhoria e a qualidade de vida das mulheres no município *[sic]* (Edisônia Lima, Sócia Fundadora, AMTQ).<sup>50</sup>

Hilda Rios, atual Coordenadora Executiva e representante legal da entidade, reafirma que algumas mulheres ligadas ao sindicalismo rural participavam de movimentos realizados pelo Movimento de Organização Comunitária – MOC<sup>51</sup>, em cidades como Feira de Santana e Valente na Bahia, com o intuito de se inteirar às discussões ligadas as questões de gênero, enfrentamento à violência contra mulher, formação para convivência com o semiárido, dentre outros temas de debate. Assim, nasce em 2008 o MMTQ – Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Quixabeira<sup>52</sup>, denominação que permaneceu até meados de 2012, ano em que houve a necessidade de mudança legal para Associação.

[...] a partir de 2012 já começou sendo associação pra gente pegar, não só formação, [mas também] projeto, tá acessando projeto do governo, e também de outros órgão público que oferecesse esses projeto que as associação seja contemplada, então, foi essa necessidade de nós tá mesmo buscando um movimento pra dentro de Quixabeira, na formação de qualificação de gênero, questão da mulher ter direito, ela ficar mais na questão informada e também a autoestima da mulher, que foi isso também que nos estimulou a criar esse movimento aqui em Quixabeira [...] *[sic]* (Hilda Rios, Coordenadora Executiva, AMTQ).<sup>53</sup>

A importância de existir uma organização social como a AMTQ para atender e agregar as demandas das mulheres, nas palavras da associada Edenilza Melo, extrapolam a questão a capacitação sobre as questões financeiras, não é somente sobre a organização das mulheres em um movimento social para fins de captação recursos ou de implementação de políticas públicas, a importância do movimento está na união, na resistência e na sororidade.

[...] a importância pra mim, é.. é tudo isso, na questão da força, da gente ter mais força, de lutar juntas, né.. de buscar os nossos objetivos... então pra mim é muito importante, se organizar [...] [ter] união, a parceria, né, de uma ajudar a outra, isso é muito importante, né.. e a solidariedade, isso no momento que estamos juntas, ali partilhamos as nossas alegrias, as nossas tristezas, nossas dores, então assim, é muito importante, pra nós, essa organização, de estarmos juntas, unidas *[sic]* (Edenilza Melo, Associada, AMTQ).<sup>54</sup>

<sup>50</sup> Entrevista realizada em 16 de novembro de 2020.

<sup>51</sup> O Movimento de Organização Comunitária - MOC em funcionamento desde outubro de 1967, é uma entidade civil, de direito privado, para fins filantrópicos e não econômicos, de caráter beneficente, educacional, voltado para o desenvolvimento sustentável da sociedade humana. A entidade prioriza ações no campo da incidência em políticas públicas, participação social, convivência com o Semiárido, agroecologia, relações sociais de gênero, economia solidária, educação do campo contextualizada, soberania e segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento sustentável, direito à comunicação, entre outros. Para saber mais: <https://www.moc.org.br/inicial>. Acesso em 05 de jan. 2020.

<sup>52</sup> Inicialmente a entidade não era caracterizada como associação e sim como movimento, a mudança veio com o intuito de legalmente, a entidade poder ter acesso a editais e financiamentos públicos.

<sup>53</sup> Entrevista realizada em 11 de novembro de 2020.

<sup>54</sup> Entrevista realizada em 11 de novembro de 2020.

Perguntada sobre a importância da participação na entidade, a associada Solange Rios relata: “[...] é importante porque, a gente tem muitos conhecimentos, tipo assim, a gente aprende umas com as outras [...] se sente mais valorizada, é... se sente, se tem mais coragem, [...] você se sente, não se sente tão inferior, se sente superior” (Solange Rios, Associada, AMTQ).<sup>55</sup>

### **2.1.2 Associação Mulheres em Ação – AMA**

A Associação Mulheres em Ação – AMA, foi fundada no dia 08 de março de 2006 na cidade de Quixabeira – BA. Dentre seus objetivos estão os seguintes: promover atividades sociais, culturais, educacionais e desportivas; representar a comunidade de Quixabeira junto aos poderes constituídos; promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e de bem-estar da comunidade; receber e administrar recursos de qualquer espécie e de qualquer natureza; desenvolver empreendimentos de geração de emprego e renda na elevação de renda familiar de seus membros; aprofundar as relações com as diversas esferas de governos, participando das instâncias de controle social, apresentando as propostas das mulheres carentes do município de Quixabeira, negociando alternativas e programas de atendimento que possam atender as demandas da comunidade de Quixabeira.

Sua missão consiste em promover a cidadania, através de parcerias de diversos segmentos, incentivando a participação dos seus associados nas manifestações, expressões culturais e difusão de conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento, social comunitário de todas. Está em desenvolvimento o projeto "Portas Abertas para a Cidadania"<sup>56</sup> com a distribuição de cestas básicas, enxovais de bebês, roupas, calçados, móveis e utensílios domésticos para famílias carentes, com a colaboração do comércio local e regional e de toda comunidade.<sup>57</sup> A entidade desenvolve o projeto de reciclagem "Reciclagem Participativa", um empreendimento que agrega mais de 35 (trinta e cinco) famílias, as quais trabalham juntas e retiram seu sustento com dignidade através da parceria que existe com a empresa Jacobina Reciclagem, além disso, a associação dispõe de uma mini fábrica de derivados do Ouricuri<sup>58</sup>,

---

<sup>55</sup> Entrevista realizada em 11 de novembro de 2020.

<sup>56</sup> O Projeto “Portas Abertas para a Cidadania”, segundo relatado pelas entrevistadas, tem o objetivo, através de parcerias com a comunidade e o comércio local, distribuir itens de primeira necessidade, como alimentos e vestuários, para famílias em situação de vulnerabilidade social.

<sup>57</sup> Importante esclarecer que, este projeto desenvolvido pela entidade, não será foco desta pesquisa, mas é pertinente, ao apresentar os movimentos de mulheres, que se esclareça os trabalhos e atividades desenvolvidos pelas mesmas. Analisaremos para este trabalho, as políticas públicas sociais do Programa Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida e o Programa 2ª Água.

<sup>58</sup> Palmeira nativa da região a qual a cidade está localizada. A mesma produz um fruto, que depois de seco dá origem ao coquinho, do qual se extrai a polpa, dela se produzem diversos alimentos como biscoitos, doces e óleos, além de ser aproveitado para variados fins, como para a fabricação de produtos de cosméticos. Da palmeira também

na qual se produz alguns itens que são destinados para a venda no comércio local e para a merenda das escolas do município. Atualmente a entidade possui 46 (quarenta e seis) associadas a conta com a presidência da senhora Marinalva Sousa Lima como sua representante legal.<sup>59</sup>

Algumas associadas da AMA também foram entrevistadas ao longo desta pesquisa, e sobre a fundação da entidade, Gilvanda Mendes, uma das sócias fundadoras, menciona, assim como as representantes da AMTQ, que a iniciativa de fundação da associação se deu no intuito de reunir forças para buscar melhorias para a vida das mulheres quixabeirenses.

[...] na verdade, quando a gente fundou, a gente pensou em lutar por alguns meios que pudesse melhorar a vida de um grupo de mulheres, né, aqui da cidade de Quixabeira, então, o objetivo central, foi esse né, a gente se organizar pra cobrar algumas coisas, buscar também meios que pudessem melhorar a vida das mulheres *[sic]* (Gilvanda Mendes, Sócia Fundadora, AMA).<sup>60</sup>

Nesse sentido, Abiran Silva, atual Conselheira Fiscal da entidade e também uma das sócias fundadoras, salienta que o principal objetivo das mulheres ao fundar a entidade, se deu no intuito de apoio às famílias mais vulneráveis social e economicamente. A formalização da associação serviu para que a mesma dispensasse serviços mais eficientes para a população, visto que um grupo de mulheres já se organizava de modo voluntário e não formal, assim, com a documentação devidamente legalizada, o grupo de mulheres poderia angariar recursos e buscar mais parcerias.

A associação foi fundada em 2005 [...] a gente tinha necessidade de se reunir, nós mulheres, de se reunir pra alguns eventos e aí não tinha formalmente elaborado, então, a partir daí decidimos criar a associação de mulheres até pra se ajudar mutuamente, quando a gente sabia que tinha alguém necessitando de alguma coisa, a gente, um grupo de amigas se organizava pra providenciar e suprir a necessidade [...] normalmente era de alguma família carente, que precisava de algum auxílio e aí a gente recorria às amigas pra tá auxiliando essa pessoa ou essa família, a partir daí, despertou então, a vontade de criar uma associação e formalizar pra que a gente viesse atender, né, com mais qualidade às pessoas ou próprios interesses depois da associação *[sic]* (Abiran Silva, Conselheira Fiscal, AMA).<sup>61</sup>

A sócia fundadora Evânia Lima<sup>62</sup>, também ressalta que o principal objetivo ao fundarem a AMA, foi no sentido de contribuir socialmente para a melhoria de vida das famílias mais vulneráveis do município. Desconsiderando qualquer tipo de benefício próprio, as mulheres da entidade se organizaram para prestar apoio social em amplo sentido, desde os populares

---

se aproveita as folhas que são destinadas para consumo animal, confecção de vassouras e coberturas de casas, além de ser utilizadas também para artesanatos. Seu coquinho é popularmente conhecido por Licurí.

<sup>59</sup> Informações colhidas com a atual secretária executiva da AMA.

<sup>60</sup> Entrevista realizada em 30 de novembro de 2020.

<sup>61</sup> Entrevista realizada em 03 de dezembro de 2020.

<sup>62</sup> Entrevista realizada em 26 de novembro de 2020.

adjutórios<sup>63</sup> para auxiliar na construção de casas, doação de alimentos, roupas, enxovais para gestantes, entre outras atividades relatadas pelas entrevistadas. Com o passar do tempo, as organizadoras sentiram a necessidade de legalizar a entidade afim de oportunizar para as associadas e para as suas famílias, mais serviços e possibilidades de melhoramento socioeconômico.

## 2.2 TIPOLOGIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas no Brasil tomaram um formato diferente a partir da luta de grupos e movimentos coletivos organizados. Especialmente após a conquista social da Constituição Federal de 1988, na qual foram estabelecidos, no artigo 6º, os Direitos Sociais. Para tanto, as mobilizações sociais foram fundamentais para tais conquistas. Gohn (2011, p. 342), nos diz o seguinte: “O fato inegável é que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988.”. Portanto, os movimentos de pressão popular durante a constituinte, foram fundamentais para a proposição das políticas públicas. E mais, “[...] os movimentos sociais importam para as políticas públicas e que as políticas públicas, por sua vez, impactam a emergência, o desenvolvimento e o sucesso dos movimentos.”, nos diz Abers et al. (2018, p. 16) citando Lavallo et al. (2018), demonstrando assim, a importância dos movimentos sociais no debate acerca das políticas públicas.

Para melhor compreendermos a forma como as políticas públicas e sociais são instituídas e postas em prática, é necessário que haja a apresentação das suas tipologias e como se dão as suas funcionalidades. Para Cruz (2016) o conceito de políticas públicas é abrangente, porém não é ilimitado, “[...] ele estende-se a toda a complexidade nas esferas do poder político (municipal, estadual e federal) e também de enfoque setorial (política econômica, social, etc.)” (p. 51). Ao analisar as políticas públicas, percebemos que existe um jogo de interesses, podemos assim dizer, pelo qual perpassa também as ânsias que fazem parte de um conjunto de fatores que envolvem a governança política, neste caso, envolvendo tanto a:

[...] delegação, quanto a distribuição e redistribuição de poder político. Em jogo estão as condicionantes do custo decisório, repartição de riscos e custos políticos e dos benefícios sociais propriamente ditos. A relação de poder, como uma relação social, pressupõe, no processo de execução de políticas públicas, a mediação de interesses e

---

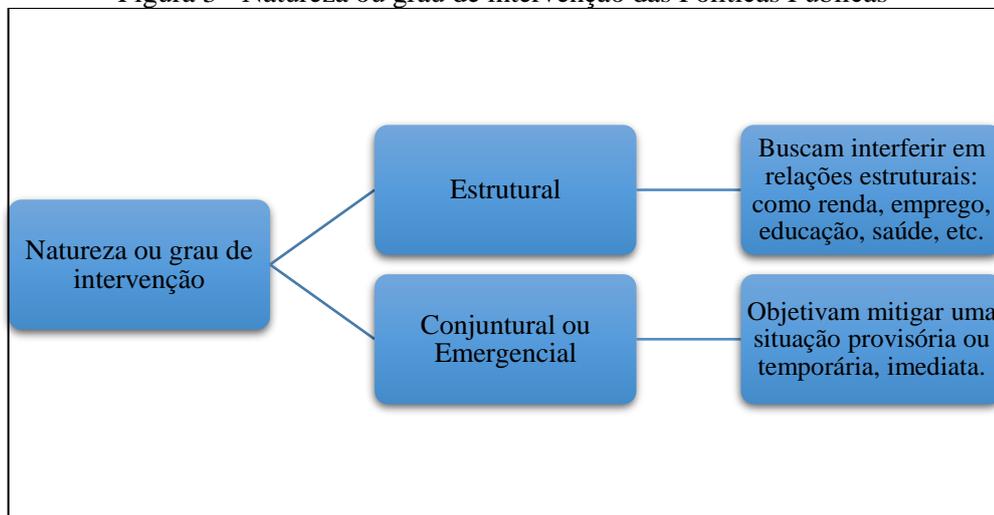
<sup>63</sup> Em nossa região os “dijuntórios” são encontros de amigos que se mobilizam para prestar auxílio a outrem, no sentido de limpeza de um terreno, construção de casas, igrejas, entre outros serviços comunitários.

propostas distintas e, em alguns casos, antagônicas, sendo necessária para legitimação e garantia de eficácia na execução da política (CRUZ, 2016, p. 51).

Mesmo diante dos obstáculos de mudanças no perfil governamental, ou de interesse público, sabe-se que as políticas públicas buscam resolver as demandas levantadas por grupos e setores da sociedade que estão à margem do sistema econômico, político e social, e fazem com que as suas reivindicações alcancem as pautas da agenda política do Estado (CRUZ, 2016). As políticas públicas dizem respeito às demandas vindas da pressão popular, que tem o intuito de interferir nos sistemas para “[...] garantir, efetivar ou viabilizar os direitos constantes nas cartas constitucionais ou mediante a legalização das lutas sociais que buscam o reconhecimento da cidadania.” (CRUZ, 2016, p. 51).

Cruz afirma ainda que, “[...] Também existem políticas para regular conflitos ou viabilizar processos econômicos, ou políticas mais gerais que objetivam a criação de alternativas ao desenvolvimento nacional, estadual ou municipal.” (2006, p. 51-52), que possuem o claro objetivo de resolver problemas sociais. Diante do exposto, devemos analisar a tipologia das políticas públicas, para assim, compreendê-las em sua totalidade. A figura abaixo exemplifica qual a natureza ou o grau de intervenção das políticas públicas.

Figura 3 - Natureza ou grau de intervenção das Políticas Públicas



Fonte: Elaboração própria (2020). Adaptada de CRUZ, 2016, p. 52.

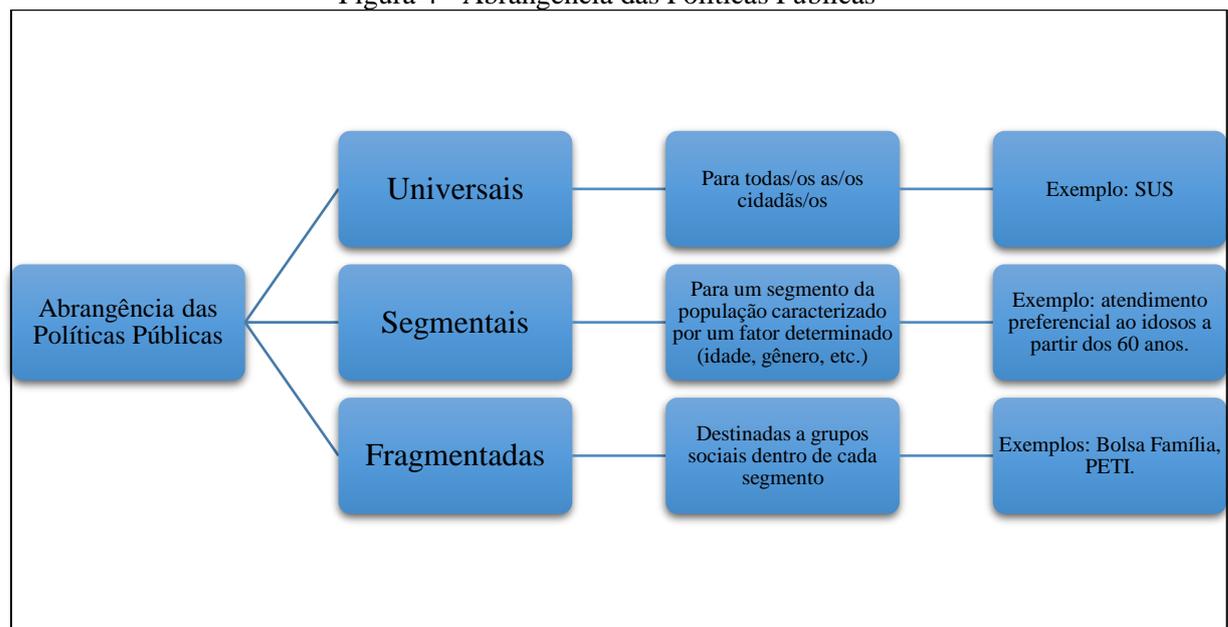
Sobre a natureza e o grau de intervenção Cruz (2016, p. 52) estabelece as seguintes explicações: primeiro, em se tratando das políticas públicas de caráter estrutural, as mesmas “[...] tendem a mobilizar recursos que se articulam com a resolução de situações-problema com alcance de médio e longo prazo. Atuam, desse modo, na resolução de questões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais que dão resposta a projetos de desenvolvimento

ou projetos políticos de longo prazo.” Já sobre as políticas de caráter conjunturais ou emergenciais, o autor sinaliza que as mesmas “[...] correspondem àquelas de alcance imediato, resolvendo problemas sociais, políticos, ambientais ou econômicos de rápido impacto no público beneficiado.” (CRUZ, 2016, p. 52).

Estabelecem-se as diferenças no que se refere a sua natureza em sua resolução de problemáticas sociais, algumas visam sua implementação à longo prazo, e com isso, buscam mudanças estruturais, por outro lado, temos as políticas que buscam solucionar obstáculos de caráter emergencial, a curto prazo, sem interferir momentaneamente em sua estrutura, desenvolvendo um trabalho que resolva determinado problema rapidamente.

Devemos também fazer uma análise sobre a abrangência das políticas públicas, como demonstra a Figura 4.

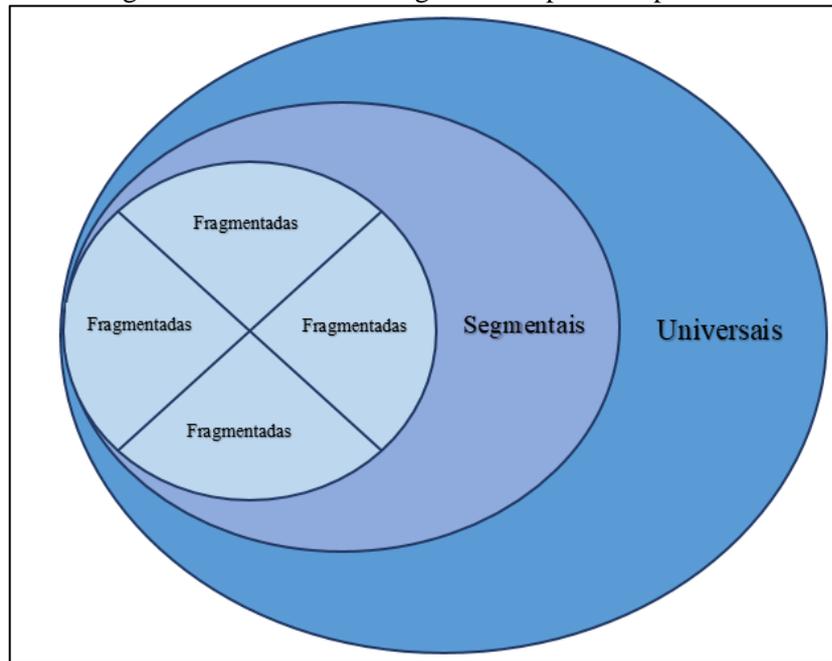
Figura 4 - Abrangência das Políticas Públicas



Fonte: Elaboração própria (2020). Adaptada de CRUZ, 2016, p. 52-53.

A Figura 5 demonstra, de forma mais sintetizada, a abrangência das políticas públicas.

Figura 5 - Síntese da abrangência das políticas públicas



Fonte: Elaboração própria (2020). Adaptada de CRUZ, 2016, p. 53.

A partir da visualização das Figuras 4 e 5, percebemos que, mesmo ocupando setores diferentes e beneficiando esferas distintas da sociedade, as políticas públicas fazem parte de um conglomerado de ações e que possuem uma relação entre si, direta ou indiretamente. Por fim, trazemos agora a discussão sobre os impactos e/ou o papel das políticas públicas nas relações sociais.

Figura 6 - Impacto e/ou papel das políticas públicas nas relações sociais

<b>Distributivas</b>	<b>Redistributivas</b>	<b>Regulatória</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>•Objetivam distribuir benefícios individuais; costumam ser instrumentalizadas por relações clientelistas ou patrimoniais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Objetivam redistribuir recursos entre os grupos sociais, ou seja, retiram de um determinado grupo e redistribui para outro (em condições sociais, políticas ou econômicas desfavoráveis). A perspectiva é que de que se criem condições equânimes ou alcançar a equidade através das políticas de redistribuição.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Objetivam definir regras e procedimentos que regulem o comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade. Seus resultados não teriam como objetivo claro beneficiar nenhum grupo específico, mas sim, atender a interesses do próprio Estado e da burocracia.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria, (2020). Adaptada de CRUZ, 2016, p. 53.

Existem variadas discussões acerca da estruturação das políticas públicas no Brasil, especialmente no que se refere às transformações ocorridas após as ações no neoliberalismo na década de 1990, mas não trataremos desse ponto, pois o propósito desta discussão, foi compreender como são idealizadas e organizadas as políticas públicas, além de evidenciar sua tipologia e quais são os propósitos de cada uma delas, identificando ainda, qual o público que as mesmas devem atingir e com quais objetivos.

### 2.2.1 Programa Bolsa Família

*Sou das terras da Bahia  
Lá do Sertão da Poesia  
Seu João e Dona Maria  
Pediram pra lhe avisar  
Que hoje lá tem fartura  
Tem alegria e ternura  
Graças a grande labuta  
Do povo do meu lugar.*

*Lá tem quintal produzindo  
Bichinho se alimentando  
Tem água sendo juntada,  
Tem gente gerenciando  
Cuidando de cada gota  
Desse líquido precioso  
Plantando organicamente  
Pra gente comer gostoso.  
[...]*

(Agnado Rocha)

Um dos programas sociais mais conhecidos no Brasil e também a nível internacional, é o Programa Bolsa Família - PBF. O PBF foi instituído através da Lei nº 10.836 em 09 de janeiro de 2004, oriundo da Medida Provisória de nº 132/2003. A Lei foi sancionada pelo então presidente da república Luís Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato<sup>64</sup>. A Lei regulamentou a concessão dos benefícios, que os caracterizava como transferência direta de renda de caráter temporário. Atualmente, o programa beneficia cerca de 13,9 milhões de famílias no Brasil de acordo com os dados da Caixa Econômica Federal<sup>65</sup>. O PBF se enquadra na tipologia das políticas sociais de natureza emergencial e que age de modo fragmentado, isto é, trabalha para sanar um problema que se apresenta de modo eventual e que não atende a

<sup>64</sup> Primeiro mandato: 2003-2006; Segundo mandato: 2006-2010.

<sup>65</sup> Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em 27 de jul. 2020.

população de modo universal, pelo contrário, assiste de forma fragmentada através da necessidade de atendimento ao público de determinado segmento e situação de vulnerabilidade.

Antes de adentrarmos à discussão acerca do PBF, é imprescindível sinalizar a importância do Fome Zero, como programa pioneiro no combate à fome no Brasil. Neste sentido, traçaremos uma breve contextualização sobre o mesmo, buscando, dessa forma, compreendê-lo como um importante conjunto de ações e posteriores programas sendo estes utilizados para atingir os objetivos do governo federal como mecanismos para que as cidadãs e suas famílias pudessem alcançar o patamar de uma renda mínima considerando os cálculos sobre a pobreza e extrema pobreza no país.

Sobre isso, lembramos Fonseca et al., que nos diz:

A despeito das inúmeras críticas, o pioneiro programa Fome Zero teve o mérito de reintroduzir o direito à alimentação na arena pública, fazendo com que segmentos menosprezados, como a agricultura familiar, ganhassem visibilidade e multiplicassem sua capacidade de influência, exigindo novos instrumentos e políticas de apoio. O Fome Zero representou a estreia de novas temáticas no debate político sobre a pobreza, para além dos determinantes econômicos que prevaleceram sob a agenda neoliberal (*superávit* primário, câmbio flutuante, metas de inflação). Assim, ele abriu perspectivas e criou condições institucionais e organizacionais para uma nova fase da política social. Conquistas como a entronização da segurança alimentar e nutricional no campo dos direitos constitucionais evidenciam o novo patamar atingido no debate público, reafirmando uma agenda de direitos também voltada ao enfrentamento da pobreza (FONSECA, et al., 2013, p. 307).

Assim, O Programa Fome Zero foi o grande percussor dos programas sociais do novo governo no que tange à transferência direta de renda, sendo também o grande representante da nova proposta social do governo recém implantado no ano de 2003. Após a eleição do presidente Lula, ainda no período de transição de governos, houve um amplo debate sobre o fortalecimento do Cadastro Único – CADÚNICO<sup>66</sup> e também, sobre a unificação das diversas transferências de renda condicionadas. Portanto, em outubro de 2003 surge o Programa Bolsa Família, articulado entre inúmeros ministérios e secretarias, seguindo uma intensa articulação federativa, nasce então uma bem-sucedida iniciativa do presidente Lula no que diz respeito ao combate à fome e à extrema pobreza (FONSECA, et al., 2013, p. 310).

Ainda de acordo com os autores, “[...] o PBF consubstanciava a ideia de combater a pobreza sob uma perspectiva transversal” (p. 311), isto quer dizer que, o propósito do governo federal era atingir e trabalhar em conjunto com outras áreas além do desenvolvimento social,

---

<sup>66</sup> Sistema de cadastro único de programas sociais do governo federal. Reúne uma série de informações sobre as famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza. Podem estar cadastradas no CADÚNICO as famílias de baixa renda que ganham até meio salário mínimo por pessoa ou que ganham até três salários mínimos de renda mensal total. Para saber mais: <https://www.caixa.gov.br/cadastros/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>.

como a saúde e a educação, de modo intersetorial, no intuito de transformar a estrutura social na qual a pessoa ou a família beneficiária do PBF estava inserida, e dessa forma, pudesse a ter acesso a outros serviços públicos, e, conseqüentemente, a melhores condições de vida e bem-estar social.

Importante salientar que, a constituição do Sistema Único de Assistência Social – SUAS,<sup>67</sup> foi um importante passo para a implantação de programas sociais que chegassem de fato para as pessoas que mais precisam, portanto,

A construção do SUAS ocorreu, assim, com a consolidação do PBF, favorecendo a integração dos esforços de operar, com ofertas de serviços, benefícios monetários e acompanhamento, junto às famílias mais marcadas pela vulnerabilidade social, incluindo a pobreza de renda (FONSECA, et al., 2013, p. 311).

É preciso perceber que as pessoas mais vulneráveis não necessitam apenas de aporte financeiro, mas requerem a dispensação de variados e inúmeros serviços que dizem respeito, acima de tudo, ao bem-estar social. Por isso, a importância em tratar sobre o PBF, que foi, aliado à política do SUAS:

Consolidando seu desenho institucional e alargando progressivamente o diálogo e integração com as demais políticas, o PBF se afirmou como parte integrante da proteção social brasileira. Ao longo dos anos, não apenas teve impactos relevantes na redução da pobreza monetária e da desigualdade de renda como operou melhorias nas condições de alimentação e nutrição, de saúde e de educação das famílias e crianças beneficiadas (FONSECA, et al., 2013, p. 312).

Respalhada no embalo e nos méritos do PBF, em 2011 a então presidenta Dilma Rousseff lança o Programa Brasil Sem Miséria – BSM, elaborado com o intuito de ampliar as ações dos entes públicos com a população vulnerável. O objetivo do programa compreende que, o bem-estar social não decorre naturalmente da garantia de renda, ela é essencial para a estratégia de desenvolvimento humano, porém, não é o único fator de uma melhor condição de vida. Fonseca et. al. (2013, p. 313) nos dizem que:

O ponto de partida do BSM é o reconhecimento de que a pobreza não se restringe à insuficiência de renda. Ela abarca situações de insegurança alimentar e nutricional e acesso precário à água; insuficiência no acesso e permanência em políticas sociais, como saúde e educação; baixo atendimento de serviços de energia elétrica, moradia e saneamento básico; formas precárias de inserção no mundo do trabalho, entre outros.

---

<sup>67</sup> O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e os recursos dos três níveis de governo, isto é, municípios, estados e a União, para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Para saber mais: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>>.

Isto posto, sinalizam que a questão da pobreza deve ser discutida de modo multidimensional, abarcando todas as áreas que dizem respeito ao bem-estar social das cidadãs. Diante disso, para além do PBF, foram introduzidas políticas sociais em eixos como a geração de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos, que somadas, geraram mais de 70 (setenta) ações que foram implantadas de modo intersetorial por vários ministérios.

No eixo transferência de renda monetária, destacam-se o Programa Bolsa Família, com suas condicionalidades vinculadas à educação, saúde e favorecendo a garantia do direito à alimentação, e o Benefício de Prestação Continuada - BPC, que igualmente assegura uma renda mínima aos idosos e portadores de deficiência vivendo na extrema pobreza (FONSECA, et al., 2013, p. 316).

Mesmo diante das mudanças trazidas pelo Programa Brasil Sem Miséria, o Programa Bolsa Família continuou sendo o “carro-chefe” no que se refere a transferência de renda direta, evidenciando assim, a importância que o programa adquiriu com o passar dos anos. Mesmo com todos os avanços decorrentes desde a implantação do PBF, a pobreza e a pobreza extrema eram muito presentes no Brasil. Como mais uma tentativa de transformação deste cenário, foram lançadas, com a implantação do BSM, uma série de pagamentos variáveis para as famílias que, mesmo assistidas pelos programas sociais, não conseguiam chegar à renda mínima *per capita* de R\$ 70,00,<sup>68</sup> linha de extrema pobreza adotada pelo governo federal após várias análises e consultas a especialistas. Assim, as novas demandas do BSM, a partir do pagamento de benefícios variáveis, tinham como principal objetivo, manter a renda acima dos R\$ 70,00 mesmo para as pessoas ou famílias já beneficiárias do PBF.

Em resumo, conforme nos esclarece Fonseca, ao final de 2013, o PBF executou os seguintes pagamentos variáveis:

(a) benefício básico no valor de setenta reais às famílias em situação de extrema pobreza; (b) benefício variável (limitados a cinco) no valor de trinta e dois reais para as famílias pobres e extremamente pobres com filhos/as de 0 a 15 anos, limitados a cinco por família; (c) benefício variável à gestante no valor de trinta e dois reais (concedido em nove parcelas consecutivas); (d) benefício variável à nutriz no valor trinta e dois reais (concedido às famílias com crianças entre 0 e 6 meses de vida em seis parcelas consecutivas); (e) benefício variável vinculado ao adolescente (16 e 17 anos) no valor de trinta e oito reais e limitado a dois por família; (f) benefício para a superação da extrema pobreza – calculado caso a caso – destinado às famílias que, mesmo com as transferências acima descritas, não superavam a linha de extrema pobreza (FONSECA, et al., 2013, p. 320).

Portanto, com estas alterações, o objetivo preterido pelo governo federal, era o de que todas as cidadãs e todas as famílias pudessem chegar ao patamar da renda mínima acima da

---

<sup>68</sup> Referente ao recorte temporal da pesquisa.

linha de extrema pobreza, e o resumo acima deixa claro que foram consideradas muitas variáveis para que as pessoas e suas famílias alcançassem o nível de renda mínimo considerado adequado para suprir suas necessidades com relação, principalmente a alimentação, bem como, para atingir o bem-estar social, que está para muito além da renda monetária.

É válido também destacar aqui o quesito das condicionalidades, que Bartholo (2016, p. 1) esclarece:

As condicionalidades abrangem as áreas de saúde e educação. Na saúde, gestantes devem realizar o pré-natal; nutrízes, fazer o acompanhamento de saúde da mãe e do bebê; e crianças de até 6 anos, cumprir o calendário de vacinação. Na educação, pessoas de até 15 anos devem frequentar 85 por cento das aulas e aquelas entre 16 e 17 anos, 75 por cento do calendário letivo. Já a terceira dimensão, de articulação com outras políticas públicas, não é realizada no âmbito do PBF, mas a partir dele. Esse fato implica que seus beneficiários sejam atendidos por outras políticas e programas sociais, de forma a majorar suas possibilidades de melhoria de vida. Essa situação realiza-se por meio do Cadastro Único, que conta com 40 por cento da população brasileira cadastrada (a parcela mais vulnerável) e desde 2011 se afirmou como eixo das políticas públicas voltadas aos mais pobres, sendo utilizado por mais de 20 programas federais.

Vale considerar que, preferencialmente, a titularidade do PBF deve estar em nome das mulheres, para que deste modo, a utilização da transferência monetária seja utilizada em prol de toda a família. O presente trabalho não pretende entrar no debate acerca da feminilização do enfoque dos programas sociais, porém, é sabido também, que na maioria dos casos, a mulher, por toda construção histórica dos papéis e tarefas sociais serem divididos a partir do gênero, o ato de cuidar e zelar pela família acaba recaindo sobre as mulheres. Para o município em que a pesquisa ocorre, através de dados colhidos e que serão analisados posteriormente, mas já traçando um paralelo com esta questão da titularidade feminina no PBF, no período pesquisado, percebeu-se que mais de 85% da titularidade dos cadastros do PBF são de mulheres chefes de família, informação que corrobora com o apresentado por Bartholo (2016).

O BSM traz um enfoque também em outras áreas de acesso ao serviço público em campos específicos, para a população do campo – através de acesso à água e a energia,<sup>69</sup> Bolsa Verde,<sup>70</sup> entre outros serviços -; para a população urbana – acesso a cursos através da criação

---

<sup>69</sup> Programas Sociais como o Programa Luz Para Todos – eletrificação rural e Programa Cisternas – programa de atendimento as populações que possuem dificuldade de acesso à água para consumo humano, plantio e criação de animais de pequeno porte.

<sup>70</sup> O Programa de Apoio à Conservação Ambiental, conhecido como Bolsa Verde, é um programa de transferência de renda do Governo Federal, instituído pela Lei 12.512 de 14 de outubro de 2011 e regulamentado pelo Decreto nº. 7.572, de 28 de setembro de 2011. Para saber mais: <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-verde/Paginas/default.aspx>.

do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC<sup>71</sup>, aumentando o volume de recursos, oferta, alcance e qualidade neste tipo de ensino -; na saúde, com a intensificação do acesso ao Programa Estratégia Saúde da Família - ESF<sup>72</sup>, além do Rede Cegonha<sup>73</sup> em atendimento às gestantes, entre outros serviços de saúde que atendem as pessoas e famílias mais vulneráveis.

### 2.2.2 Minha Casa Minha Vida – Rural e Urbano

*Casa velha e abandonada hoje és tão solitária.  
Outrora era cheia de alegria, agora só traz nostalgia.  
Templo de encantamento, recanto de muita alegria.  
Risos de crianças, grandes estripulias.  
Casa velha e habitada, sempre limpa e arejada,  
suas janelas escancaradas,  
portas abertas para entrar, era só se chegar.  
[...]  
Da cozinha o cheiro de café preparado na hora  
e a brisa fresquinha nos convidando a brincar lá  
fora.  
O terreiro gigante de aventuras constantes.  
Um pedacinho de chão que aos pequenos olhos  
pareciam uma imensidão.  
[...]*

(Emicleia Brito)

No Brasil, a deficiência de habitações em condições mínimas de viver/morar, constitui-se em um histórico problema e a este nem sempre foi dada a prioridade necessária em se tratando do Estado. Mesmo com muitos avanços na área social, nosso país conforma forte desigualdade e por isso, a política pública se constitui como principal setor de promoção de equidade e, também, como garantidora de bem-estar social a partir dos direitos sociais previstos na Constituição de 1988.

<sup>71</sup> O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Mais detalhes do programa disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>.

<sup>72</sup> “A Estratégia Saúde da Família (ESF) busca promover a qualidade de vida da população brasileira e intervir nos fatores que colocam a saúde em risco, como falta de atividade física, má alimentação, uso de tabaco, dentre outros. Com atenção integral, equânime e contínua, a ESF se fortalece como a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS)”. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/saude-da-familia/sobre-o-programa>.

<sup>73</sup> Programa do Governo Federal que tem a finalidade de assistir as mulheres desde o planejamento reprodutivo ao puerpério, bem como assegurar o nascimento seguro e o desenvolvimento saudável para todas as crianças. O programa tem sido implantado de forma gradativa em todo o território nacional e faz parte do Sistema Único de Saúde – SUS.

Para discutir a questão habitacional brasileira, é necessário que façamos uma análise da deficiência do processo de urbanização, pois em meados do século XIX, o país viveu um processo de higienização dos grandes centros, empurrando a população desfavorecida economicamente para as periferias urbanas e rurais, como ocorreu na Capital Federal, o Rio de Janeiro, quando o prefeito da época adotou medidas eugênicas para modernizar a cidade, conseqüentemente, houve uma limpeza urbana promovida pelo poder público municipal, o que levou centenas de famílias a ocuparem os pés dos morros originando as populares favelas (COTRIN, 2016).

Outro momento importante no quesito urbanização/habitação, foi o processo de industrialização brasileiro, principalmente com o governo Juscelino Kubitschek, que durante seu mandato, incentivou o desenvolvimento industrial, e como consequência, o índice de urbanização sofreu forte impacto. Obviamente, este momento trouxe conseqüências positivas e negativas. Do lado positivo, pode-se destacar o crescimento da oferta de bens de consumo e serviços, que refletiram diretamente nos empregos, na renda dos operários e trabalhadores de modo geral, além do crescimento sindical e também no aumento das influências artísticas. Por outro lado, somou-se a este período os pontos negativos, como o crescimento urbano desordenado e um intenso êxodo rural, que agravou ainda mais a situação da dificuldade em gerir políticas de habitação e desenvolvimento urbano de qualidade.

Mais tarde, durante os anos do conhecido “Milagre Econômico”<sup>74</sup> na década de 1970, houve novamente um pesado processo de industrialização, que provocou outras mudanças econômicas no país, porém, promoveu um acúmulo maior de capital para aqueles que já tinham privilégios econômicos, inclusive no que se refere ao quesito habitação. O financiamento de imóveis ficou relegado aos que já poderiam adquirir seus bens de outras formas, que não aquelas ligadas aos financiamentos bancários de imóveis populares, estes que deveriam beneficiar a parcela da sociedade brasileira que compunha a base da pirâmide social.

Durante este período, há um destaque especial para a estruturação do Sistema Financeiro de Habitação – SFH e do Banco Nacional de Habitação – BNH, os mesmos foram criados durante a reforma do sistema financeiro nacional, atuando no quesito habitação. De acordo com Eloy et. al. (2013), o BNH foi um banco estatal que tinha como principais funções a

---

<sup>74</sup> Ou “Milagre Brasileiro”, período no início anos de 1970, ainda nos Governos Militares, em que o país passou por um considerável crescimento do PIB – Produto Interno Bruto, destacado por grandes projetos de integração nacional, como a construção da Rodovia Transamazônica e de crescimento econômico, com destaque para a indústria automobilística, crescimento da geração de energia elétrica e das exportações. Porém, culminou em um aprofundamento nas disparidades sociais enfrentadas pelos brasileiros, enquanto as populações empobrecidas enfrentavam duras crises econômicas.

regulamentação, fiscalização e liquidez do sistema financeiro, centrando suas ações no setor habitacional. O mesmo foi extinto em meados da década de 1980.

Entre o final da década de 1980 e meados da década de 1990, o país passou por uma série de planos econômicos diferentes, porém com a criação do Plano Real<sup>75</sup>, e após a sua solidificação até o começo dos anos 2000, as questões da habitação ainda eram bastante instáveis e passavam por muitas transformações como nos aponta Eloy et. al. (2013) ao analisar os períodos<sup>76</sup> e como o país tratou a questão da habitação, em especial, em busca de alternativas para reduzir ou sanar o déficit habitacional para as famílias mais vulneráveis.

O cenário habitacional brasileiro terá uma reviravolta a partir do início dos anos 2000 nos governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, quando em 7 de julho de 2009 foi instituída a Lei Federal de nº 11.977 que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV. O programa teve seu início durante os governos Lula, se estendeu e ganhou ainda mais notoriedade nos governos da presidente Dilma Rousseff. Segundo a já citada Lei nº 11.977, em seu artigo 1º:

O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e compreende os seguintes subprogramas: I - o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU); II - o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) (BRASIL, 2009).

Tanto o Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU e o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, foram extremamente importantes para o quesito urbanização e oferecimento de habitações de qualidade para as populações mais vulneráveis economicamente. Além de atender ao artigo 6º da Constituição Federal, a política de habitação se enquadra no conceito de políticas públicas, mais precisamente, uma política social de universalização como garantia de direitos sociais (KERSTENETZKY, 2006, p. 564), dialogando inteiramente com o que salienta o artigo da CF/88 mencionado acima, especialmente após a Emenda Constitucional 26/2000, que de acordo com Eloy et al. (2013, p. 351), “[...] incluiu a habitação entre os direitos sociais. A condição de direito social reforçou o papel fundamental da União na provisão de

---

<sup>75</sup> Plano de estabilização econômica criado por Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda em 1993, com o objetivo de controlar a hiperinflação brasileira. O Plano Real passou a vigorar no país em 1º de julho de 1994 com uma nova moeda: o real, por isso o plano ficou popularmente conhecido como o Plano Real.

<sup>76</sup> Primeiro período 1964-1986; Segundo período 1987-1995; Terceiro Período 1995-2003; Quarto período 2003-2012.

moradias para as famílias mais pobres, embora não obrigue, efetivamente, ao Estado prover casas para todos.”.

Loureiro et al. (2013), sinaliza que, a criação do Ministério das Cidades no primeiro governo Lula foi fundamental para o refinamento da discussão sobre a questão da habitação. A criação deste ministério integrou a política de habitação às áreas de desenvolvimento urbano, políticas de saneamento, transportes e planejamento territorial.

Além da criação do Ministério das Cidades, o governo Lula trouxe outras importantes inovações institucionais na área, concretizadas na Lei no 11.124, de 2005, que cria o Conselho Nacional das Cidades, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) (incluindo o fundo de financiamento) e estabelece as bases para a formulação do Plano Nacional de Habitação (PlanHab) que, como se indicará a seguir, teve grande impacto na formatação do PMCMV (LOUREIRO et al., 2013, p. 14).

Isto significa afirmar que, o trabalho para reformulação da política habitacional, se valeu também da escuta de agentes públicos e sociais externos ao governo e que foram importantes para esta redefinição e integração de outros ministérios e secretarias.

Ainda em se tratando da legislação sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, a Portaria Interministerial nº 484 de 28 de setembro de 2009, estabeleceu condições para que municípios de até 50.000 habitantes recebessem o programa, além de apresentar as finalidades do programa, as diretrizes da Portaria destacam, por exemplo, que a construção das unidades habitacionais devem dialogar com outras intervenções ou programas do governo, além de promover a inclusão social das beneficiárias, atendendo, em uma porcentagem obrigatória, idosos e deficientes, tanto na zona urbana quanto na zona rural do país. Além da Lei nº 11.977, o Decreto nº 7.499 de 16 de junho de 2011, assinado pela presidente Dilma Rousseff, veio reforçar o caráter social do programa, elevando a renda máxima dos beneficiários agora para R\$ 5.000,00, passando a atender uma faixa maior de famílias.

É necessário salientar que os programas habitacionais não se fazem importantes isoladamente. Os mesmos têm a capacidade de também mudar a perspectiva econômica das famílias beneficiárias, pois promovem abertura de postos de trabalho na construção civil, gerando renda e empregos direta e indiretamente, bem como aquece os setores lojistas de material de construção, e ainda, o comércio local de móveis e eletrodomésticos. A partir do momento que uma família deixa de pagar aluguel, passa a ter mais recursos financeiros para serem gastos em outras áreas como saúde, alimentação, educação e lazer.

As concessões de benefícios pelo PMCMV são realizadas através da faixa de renda das famílias mensalmente.

Quadro 1 - Renda familiar mensal e faixas do PMCMV

RENDA FAMILIAR MENSAL	FAIXA DO MCMV	CARACTERÍSTICA
Até R\$ 1.800,00	FAIXA 1	Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270,00, sem juros.
Até R\$ 2.600,00	FAIXA 1,5	Até R\$ 47.500,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano.
Até R\$ 4.000,00	FAIXA 2	Até R\$ 29.000,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano.
Até R\$ 9.000,00	FAIXA 3	8,16% de juros ao ano

Fonte: Elaboração própria (2020). Adaptado do Ministério do Desenvolvimento Regional (2020).

Diante dos dados apresentados no quadro acima, torna-se evidente que o programa atende as famílias das mais variadas rendas, sendo que existem também as modalidades que os beneficiários podem se enquadrar.

Quadro 2 - Modalidades do MCMV

MODALIDADE	CARACTERÍSTICAS
Minha Casa, Minha Vida Urbano	- Destinado aos moradores de centros urbanos, de acordo com as faixas de renda bruta mensal das famílias, agrupados nas seguintes formas de atendimento: Renda até R\$ 1.800,00 - Podem ser atendidas pelas modalidades da FAIXA 1: MCMV Faixa 1*, MCMV Entidades**, ou MCMV Financiamento; Renda até R\$ 6.500,00 - Podem ser atendidas apenas pela modalidade MCMV Financiamento, dividida em FAIXA 1,5, FAIXA 2 ou FAIXA 3.
MCMV Entidades**	- Esta modalidade da FAIXA 1 permite que famílias organizadas de forma associativa, por uma Entidade Organizadora – EO (Associações, Cooperativas e outros) habilitada, produzam suas unidades habitacionais. - Minha Casa, Minha Vida Rural: Voltado aos agricultores familiares, trabalhadores rurais ou de comunidades tradicionais (como quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e indígenas). Esta modalidade possui três grupos de renda, que variam até R\$ 78.000,00 por ano. O atendimento permite tanto construção de novas casas quanto reforma de unidades já existentes.
FAIXA 1*	- Para aqueles que têm o perfil da FAIXA 1, pode se cadastrar na sua cidade e, se atender os critérios, aguardar o próximo sorteio para um empreendimento. Em breve, poderá consultar neste portal os endereços ou sítios eletrônicos dos órgãos responsáveis pelas inscrições em todo o Brasil. Também estarão disponíveis consultas para verificar se está cadastrado para participar de sorteios ou se foi sorteado. - Também pode ser atendido com o MCMV Financiamento e, neste caso, deve fazer uma simulação para saber o valor do subsídio a que tem direito e ir diretamente à CAIXA ou ao Banco do Brasil para pedir um financiamento. O subsídio para financiamento é o valor que o Minha Casa, Minha Vida oferece para reduzir o valor da prestação de financiamento da casa própria.
FAIXA 1,5, FAIXA 2 ou FAIXA 3	- Se sua renda está em uma dessas faixas, pode fazer diretamente uma simulação para saber o valor do subsídio que o programa te oferece e ir diretamente ao Banco do Brasil ou à CAIXA para pedir um financiamento. É importante lembrar que se trata apenas de uma simulação, e que para obter o financiamento e ter direito ao subsídio, passará por uma análise de crédito na instituição financiadora.

Fonte: Elaboração própria (2020). Adaptado do Ministério do Desenvolvimento Regional (2020).

As informações elencadas nos Quadros 1 e 2 são relevantes para compreender exatamente o público alvo que se deseja alcançar. Sabe-se que pelo quesito renda, o público alvo mais atingido é o da Faixa 1, cuja quantidade de famílias que possuem renda até cerca de 2 (dois) salários mínimos compõem a grande maioria da população brasileira e dá sustentação econômica a toda a pirâmide social, pois se configura como a base da mesma.

O público mais atingido pelo PMCMV diz respeito justamente ao público mais desfavorecido economicamente, e principalmente, aqueles que fazem parte da modalidade do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, contratado sobretudo por entidades da sociedade civil no campo e nas cidades através do poder público estadual e municipal, ONGs, associações de moradores, etc.

O ano de 2015 marcou o ápice de investimentos na política habitacional, foi nesse ano que se registrou o mais alto patamar dos gastos públicos federais com habitação. Segundo o texto Brasil Debate (2018), em 2015 esses gastos representaram um total de 0,15% do PIB nacional. Ainda que se apresente como um percentual baixo em relação ao orçamento da União, esses gastos fizeram com que o PAC e o Programa MCMV, marcassem história no desenvolvimento habitacional e de infraestrutura em nosso país.

Para a discussão sobre o Programa MCMV como experiências exitosas no município de Quixabeira, me permito falar em primeira pessoa neste momento, dada a experiência próxima que tive com a execução de dois projetos encabeçados pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES no referido município e que, posteriormente, serão melhor analisados nesta pesquisa. Contudo, pela minha própria experiência nos dois projetos, um de caráter rural, sendo este o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR<sup>77</sup> e um de caráter urbano, o Programa Minha Casa Minha Vida Urbano - PNHU, que no total, atenderam a quase 90 (noventa) famílias quixabeirenses, e que tiveram sua realidade social transformada de forma substancial, tanto de renda, pois muitas famílias puderam sair do aluguel, quanto de bem-estar, pois, conquistaram um lugar melhor para viver e ver suas filhas crescerem com mais dignidade.

O quadro abaixo, representa a metodologia adotada pelos municípios proponentes de empreendimentos para cidades com menos de 50 mil habitantes, o caso do município de Quixabeira.<sup>78</sup> No mesmo quadro, trago referência tanto do PNHR quanto ao PNHU, pois a

---

<sup>77</sup> Na época em que o projeto foi aprovado na Gerência de Desenvolvimento Urbano – GIDUR (setor da Caixa Econômica Federal que trata de assuntos como o Programa Minha Casa Minha Vida), tivemos a notícia que Quixabeira foi o primeiro município do estado da Bahia a assinar o convênio com a Caixa para aquele tipo de empreendimento habitacional de interesse social. A assinatura do convênio se deu no segundo semestre de 2012.

<sup>78</sup> As figuras representam a metodologia adotada pelo poder público à época do recorte temporal da pesquisa.

forma de acessar os convênios através da CAIXA<sup>79</sup> foram semelhantes. Pela cronologia, o PNHR teve seu Termo de Adesão assinado antes do empreendimento urbano, sendo o poder público o proponente.<sup>80</sup>

Quadro 3 - Metodologia para contratação do MCMV – PNHR/PNHU – Quixabeira

PROPONENTE	SECRETARIAS ENVOLVIDAS	ATIVIDADES E DEMANDAS DE CADA SECRETARIA DURANTE O PROCESSO
PREFEITURA MUNICIPAL	SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania	Cadastramento de famílias de baixa renda para aquisição de unidades habitacionais através do programa MCMV.
		Averiguação cadastral das famílias a partir dos critérios estabelecidos pelas diretrizes do programa – consulta ao CADÚNICO, Receita Federal, entre outros órgãos.
		Construção do Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTS.
		1 Preenchimentos de formulários da CAIXA contemplando as informações sobre as famílias beneficiárias. 2 Recolhimento de cópias dos documentos para preparação da proposta.
		Preparação de proposta social para apresentação à CAIXA
		1 Formulários e documentos das famílias beneficiárias 2 Formulários e documentos do PTTS 3 Formulários e documentos do projeto de engenharia
	<b>Observação:</b> as atividades realizadas pelas SEDES, tiveram a participação de duas equipes: 1 equipe técnica operacional 1 equipe técnica social Ambas trabalhavam em conjunto, mas houve etapas em que as atividades eram realizadas separadamente.	
	SEGOV – Secretaria de Governos e Planejamento	Apresentação de proposta para empreendimento junto à CAIXA juntamente com a SEDES.
		Assinatura de Termo de Adesão pelo proponente.
		Assinatura de contrato/convênio após aprovação da proposição junto à CAIXA.
<b>Observação:</b> No caso do PNHU, a SEGOV ficou responsável pela aquisição do terreno onde		

<sup>79</sup> De acordo com Loureiro et. al. (2013, p. 24): No que se refere aos governos municipais e estaduais, estes e seus respectivos órgãos da administração direta ou indireta participam da implantação do PMCMV por meio de assinatura de termo de adesão com a CAIXA. Esse acordo visa assegurar a colaboração daqueles governos em ações que facilitem a execução dos projetos, tais como indicação das famílias a serem beneficiadas, de áreas disponíveis ou priorizadas para a implantação, isenção de tributos e ainda a execução do “trabalho técnico social” junto aos beneficiários dos empreendimentos implantados. É só a partir da assinatura desse termo de adesão que a CAIXA passa a receber propostas de aquisição de terreno e produção ou requalificação de empreendimentos para análise.

<sup>80</sup> Para os mesmos tipos de empreendimentos, tanto rural quanto urbano, podem ser proponentes outras entidades, como: associações, cooperativas, ONG’s, etc., obedecendo regulamentação própria, diferentemente do poder público, que por exemplo, no caso de contratação de construtora civil, deve haver o processo de licitação conforme a Lei nº 8.666/93.

		o empreendimento foi construído, diferente do PNHR, no qual as unidades habitacionais são construídas na propriedade de uso da/o beneficiária/o
	Secretaria de Finanças	Contratação de equipe técnica de engenharia e arquitetura para preparação do projeto técnico a ser apresentado a CAIXA. Após a aprovação do projeto pela CAIXA, realização do processo licitatório para contratação de empresa para executar o empreendimento, tanto no PNHR quanto no PNHU.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Não será foco deste trabalho explorar a parte operacional dos dois empreendimentos, o destaque para o quadro recai sobre a necessidade de melhores esclarecimentos sobre o procedimento acerca do trabalho inicial, desde os encaminhamentos até o momento da contratação pela Caixa Econômica Federal. O período de captação de dados das famílias beneficiárias foi muito importante e especial para as equipes técnicas (operacional e social). Fiz parte das duas equipes, porém, meu trabalho com as famílias foi maior como técnica operacional dos programas e inicialmente estive em contato direto com todas as famílias por mais tempo que a equipe social ou de engenharia. Trago aqui, através das minhas memórias e registros fotográficos do período de trabalho com o programa, o relato de uma beneficiária do PNHR, que exemplifica como uma moradia digna pode transformar a vida de uma família:

*Lembro-me que, em uma das visitas da equipe técnica da SEDES para registro fotográfico e de coordenadas geográficas solicitadas pela equipe de engenharia da CAIXA em cada conjunto de documentos das/os beneficiárias/os, a beneficiária J.A.S.<sup>81</sup>, nos fez uma pergunta e uma declaração ao mesmo tempo: “O projeto vai dar certo? É que meu filho tem um sonho, o sonho de ter uma cama. A gente mora ali (e apontou para a construção onde a família residia, um único cômodo que servia de quarto/sala/cozinha) e não tem espaço pra colocar uma cama pra ele, ele dorme no chão, quando chove, molha tudo, aí a gente tira ele do chão e coloca na nossa cama (dela e do companheiro), tenho pena. Se der certo, vou fazer de tudo e comprar uma cama pra ele (Memórias da pesquisadora).*

<sup>81</sup> O nome da beneficiária foi preservado.

Figura 7 – Antiga residência da beneficiária<sup>82</sup>

Fonte: Arquivo pessoal (2012).

A Figura 8 apresenta a planta baixa<sup>83</sup> da unidade habitacional, demonstrando os tamanhos e divisões das áreas a serem construídas. No total, a UH possui área construída de 45,45 m<sup>2</sup>, o que representa um espaço bem mais amplo se comparado ao da residência da beneficiária apresentada na figura acima, que dispunha de apenas um cômodo utilizado por toda família. As novas unidades habitacionais possuem: 02 (dois) quartos, 01 (uma) sala, 01 (uma) cozinha com pia, 01 (um) banheiro completo (chuveiro, sanitário, lavatório, revestimento cerâmico) no interior da residência, além disso, possui também externamente, área coberta na parte da frente e área de serviço com tanque. Toda a unidade habitacional possui piso cerâmico (áreas externas e internas) e forro de PVC<sup>84</sup>. Estas características são importantes para analisarmos a importância que uma moradia digna pode ter para uma família, possibilitando que as pessoas que irão desfrutar do imóvel, possa ter uma condição habitacional mais confortável e saudável.

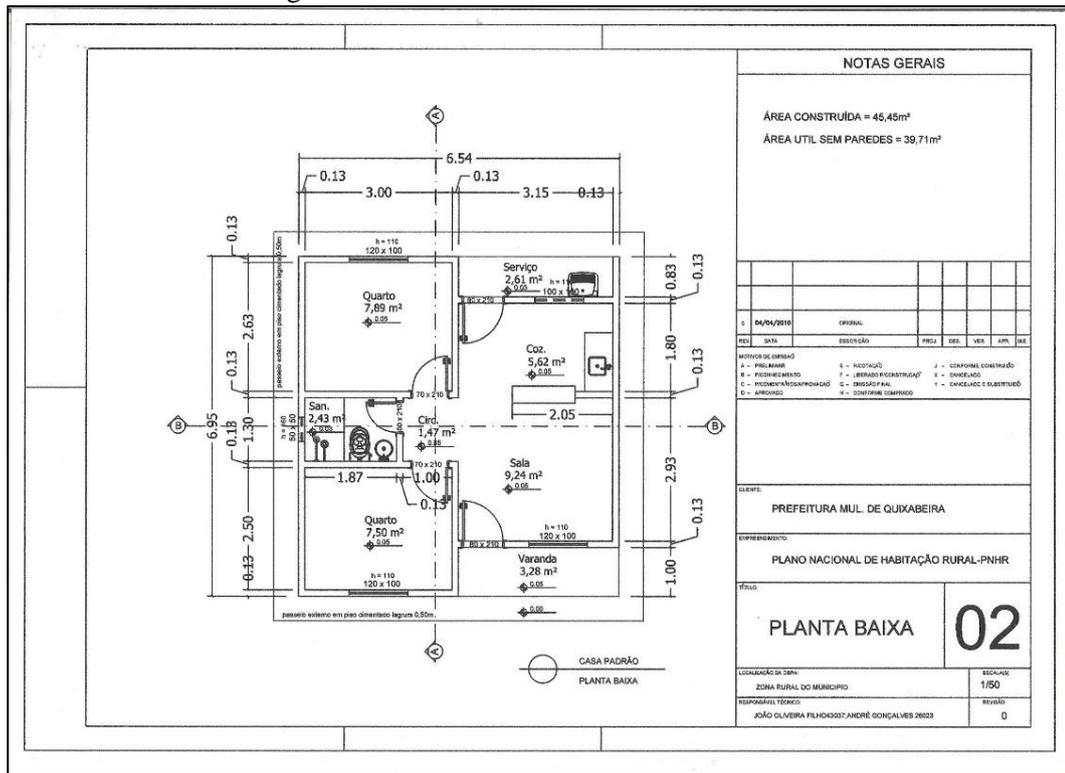
---

<sup>82</sup> Registro da moradia da família da beneficiária citada em minhas memórias. A fotografia faz parte do meu arquivo pessoal do trabalho de campo desenvolvido na época da execução do projeto. A mesma foi utilizada para composição do relatório fotográfico exigido pelas normativas do programa para o cadastro da família beneficiária.

<sup>83</sup> Desenho de uma construção que especifica o tamanho e o tamanho de cada ambiente em uma área em m<sup>2</sup>.

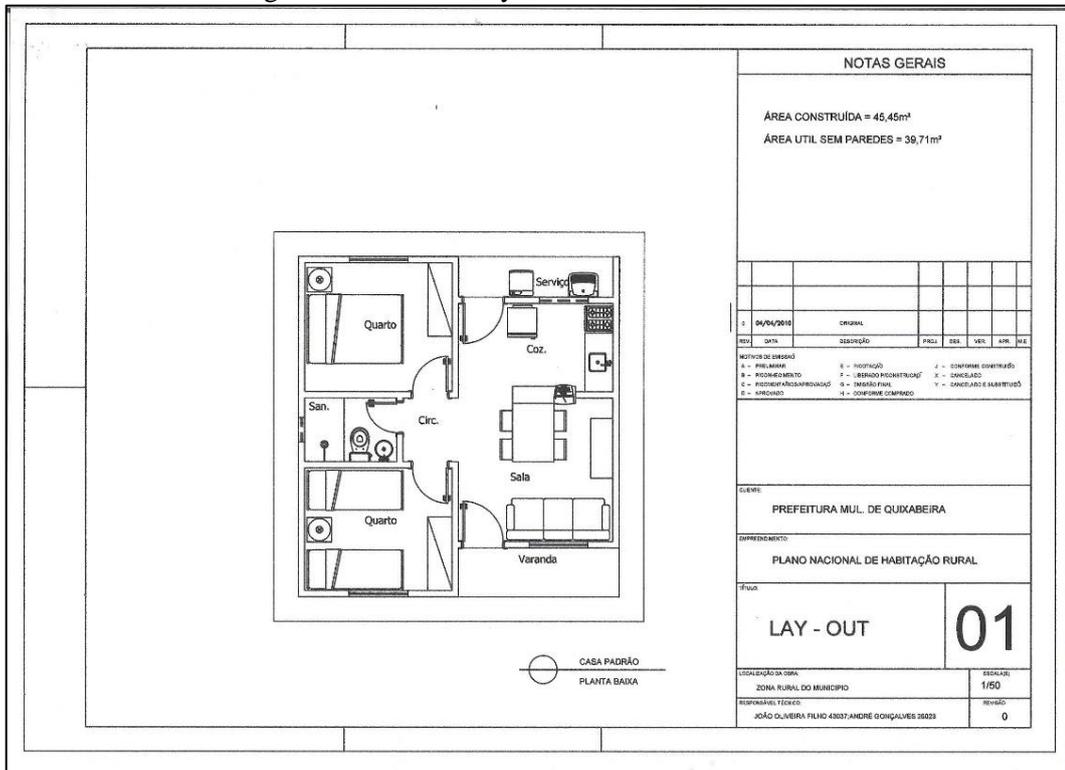
<sup>84</sup> O forro PVC (Policloreto de Vinil ou Cloreto de Vinila) é um revestimento que atua como isolante térmico, assim como acústico. Produto durável, possibilita isolamento térmico, acústico, elétrico e é resistente a pragas como cupins, bactérias e mofos.

Figura 8 - Planta baixa da unidade habitacional



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

Figura 9 - Planta de layout da unidade habitacional



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

Figura 10 - Unidade habitacional em fase de construção 1



Fonte: Arquivo pessoal (2013).

Figura 11 - Unidade habitacional em fase de construção 2



Fonte: Arquivo pessoal (2013).

Figura 12 - Unidade habitacional pronta para entrega



Fonte: Leide Rios – arquivo pessoal (2013).

O relato mencionado anteriormente é um dos muitos que acompanharam nossas visitas e reuniões com as famílias beneficiárias durante todo o percurso dos projetos, tanto o rural, quanto o urbano, demonstrando a importância que o direcionamento eficaz das políticas públicas sociais pode transformar socialmente a vida de uma família. E aqui destacamos a positividade do trabalho intersectorial na questão da habitação com o fortalecimento do CADÚNICO, pois, a partir do cruzamento de dados, informação e controle social, diminui-se a possibilidade de uma mesma família ser beneficiária do mesmo programa habitacional mais de uma vez e destacamos ainda, a “Atenção às condições de fragilidade social: entre as famílias de baixa renda, prioriza-se as que têm deficientes físicos e as que têm mulheres como arrimo de família.” (ELOY et. al., 2013, p. 359), o que traz a evidência da luta das mulheres por melhores condições de vida para si e suas famílias.

Figura 13 - Trabalho de campo PNHR



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

O trabalho de campo realizado para o PNHR foi muito gratificante e uma experiência profissional singular. Nas primeiras visitas às famílias beneficiárias, fazíamos a parte operacional exigida pelo programa, fotografar as casas ou terrenos e captar as coordenadas geográficas<sup>85</sup> do local onde seria construída a nova unidade habitacional. Além dessa etapa considerada mais técnica, ouvíamos muitos relatos das famílias, o que me ajudava muito a compreender a importância das nossas ações para a melhoria do bem-estar daquelas pessoas e conseguir desenvolver o trabalho operacional que era demandado naquele momento.

<sup>85</sup> Coordenadas geográficas são linhas imaginárias que cortam o planeta Terra horizontal e verticalmente, servindo para a localização de qualquer ponto na superfície terrestre e a distância entre as coordenadas são medidas em graus, minutos e segundos.

### 2.2.3 Programa Cisternas

*No Sertão não tem mistério, é aprender conviver  
É juntar todas as coisas que a natureza nos dá  
Ajuntamento de água na Cisterna Calçada  
É ajuntar as sementes, as sementes da paixão  
É ajuntar de alimentos pra manter a criação  
É ajuntar de esperanças para aquecer o coração*

(Agnaldo Rocha)

A água é um bem inestimável para a humanidade e indispensável à vida. Nas localidades e regiões onde há escassez de água, viver se torna um verdadeiro desafio. O Nordeste brasileiro, especialmente o Semiárido, sempre sofreu com os longos períodos de estiagem, a ausência das chuvas provoca uma série de problemáticas para as pessoas que dependem principalmente da produção do campo para sobreviver, sobretudo as famílias que fazem parte da agricultura familiar. Por muito tempo o Nordeste vivenciou a ausência de políticas públicas referentes ao acesso à água, condição que trouxe ainda mais dificuldade para quem tinha que lidar com a ausência do Estado em outras demandas por serviços públicos que não chegavam à população nordestina, como acesso à saúde e à educação de qualidade.

Desde o Brasil Império (século XIX) até o fim dos governos militares (1985) havia uma mentalidade de se combater os efeitos da seca. Isso era feito com a construção de grandes açudes, barragens, poços, cacimbas, entre outros, que foram concentrados em propriedades privadas, nos latifúndios dos detentores dos poderes políticos e econômicos da região (SCHROEDER; ALVES; MAZZINI, 2014, p. 30).

De acordo com Leal et. al. (2016, p. 1269), o poder público agia:

[...] por meio das crenças infundadas de que não era possível desenvolver a região Semiárida, executou praticamente apenas políticas emergenciais nas épocas de grave estiagem no semiárido, tais como carros-pipa, sementes e alimentos doados pelo poder público. Assim, há várias décadas, os mais significativos investimentos eram basicamente destinados ao Sul e Sudeste do Brasil, mantendo-se a crença de que o Nordeste, em especial o Semiárido, era incapaz de receber tais empreendimentos devido às suas características edafoclimáticas.

No tocante ao Semiárido, as políticas públicas destinadas à região eram conhecidas como “de combate à seca”, demonstrando grave erro, uma vez que não é possível combater os fatores naturais, ao contrário, é preciso encontrar meios e métodos para que seja possível viver com qualidade de vida no semiárido.

O Nordeste não era visto com potencial de produtor, por isso, as ações do poder público eram esporádicas e tinham foco muito emergencial, ou seja, atender à população nordestina apenas quando havia estiagem, sem atentar para o fato de que, na verdade, essa população tinha

a necessidade de aprender a conviver com o semiárido e fazer dele, um lugar de produção ainda que em momentos emergenciais, como os períodos de seca.

Compreender a importância de uma tecnologia hídrica de captação de águas pluviais, como as cisternas em regiões semiáridas, perpassa pelo entendimento do que é essa região.

O Semiárido brasileiro é uma vasta região que possui fatores edafoclimáticos peculiares como chuvas irregulares e escassas, solos rasos e pedregosos e altas temperaturas, características essas que fazem necessário um adequado manejo do solo e da água para que seja promovida uma boa convivência com o Semiárido. O bioma pertencente ao Semiárido é a caatinga, sendo este rico em grande variedade de espécies de flora e fauna (LEAL et. al., 2016, p. 1268).

O Semiárido brasileiro ocupa uma área de aproximadamente 980.000 km<sup>2</sup> e sua densidade populacional correspondia, em 2016, a mais de 12,2% da população brasileira (LEAL et. al., 2016), a área corresponde a mais de 18% do território brasileiro, sendo que 58% de sua extensão territorial está na região Nordeste, seu alcance territorial alcança mais de 1.100 municípios (BATISTA; CAMPOS, 2014, p. 47). Conforme Batista e Campos (2014, p. 47),

Semiárido indica que se trata de uma região com características que se aproximam da aridez. As razões para isso são várias, especialmente os modos humanos de explorar a terra que a tornaram semiárida, aliados à escassez de chuva e ao limitado sistema de armazenamento de água da chuva.

Necessitamos compreender que o Semiárido também é impactado, assim como outras regiões, pelas ações humanas, que passa a se transformar a partir da mudança de percepção e de conscientização das pessoas que vivem a realidade do semiárido e precisam modificar suas ações e passar a conviver com as suas características próprias. Traçando um comparativo com outros semiáridos existentes no mundo, o brasileiro é considerado como o mais chuvoso, mas duas questões assolam a realidade do nosso semiárido: uma é o alto índice de evaporação de água, ou seja, nossa quantidade de águas pluviais é menor que a taxa de evaporação. Segunda questão: a escassez de água no semiárido brasileiro se dá também pela forma desigual de acesso a mesma, o que prejudica ainda mais as populações mais vulneráveis social e economicamente (LEAL et. al., 2016, p. 1268-1269). Por isso, a necessidade de investimentos em políticas públicas que atendam às demandas da convivência com o Semiárido e, não tão somente, iniciativas emergenciais com fins eleitoreiros, em momentos de estiagem.



Com o conjunto de organizações que pautavam sua atuação no Semiárido, é fundamental sinalizar o surgimento da Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA, que é uma entidade articuladora, dentre outras existentes neste cenário, e em sua rede existem aproximadamente

[...] mil organizações da sociedade civil, cuja missão é fortalecer a população na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com os Semiáridos referenciados em valores culturais e de justiça social. Como se avaliava que existia um milhão de famílias no Semiárido precisando de água para beber, a proposta da ASA foi a construção de um milhão de cisternas (SCHROEDER; ALVES; MAZZINI, 2014, p. 32-33).

O surgimento da ASA é muito importante no que se refere às políticas públicas voltadas para as tecnologias hídras sociais para a descentralização do abastecimento de água no Semiárido brasileiro e também para o fortalecimento de iniciativas para a convivência com o Semiárido.

O surgimento da ASA está diretamente relacionado ao processo de mobilização e fortalecimento da sociedade civil no início da década de 1990. Um dos mais marcantes foi a ocupação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1993, com o objetivo de pautar a convivência com o Semiárido em contraposição à política governamental vigente na época.

Já em 1999, paralelamente à 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3) da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada no Recife-PE, as organizações lançaram a Declaração do Semiárido Brasileiro.

Considerado um documento de ruptura com a filosofia e as ações do combate à seca, a Declaração aponta medidas estruturantes para o desenvolvimento sustentável da região, pauta um conjunto de medidas políticas e práticas de convivência com o Semiárido e, nesse contexto, propõe a formulação de um programa para construir um milhão de cisternas no Semiárido Brasileiro (ASA, 2020).<sup>87</sup>

O cenário do Semiárido brasileiro começa a se transformar quando, em 2003, ainda no primeiro mandato do presidente Lula, fora lançado o Programa Nacional de Apoio à Captação de Chuva e outras Tecnologias Sociais – Programa Cisternas, através de financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. O programa, apesar de ter sido lançado no início dos anos 2000, foi instituído em Lei em 2013, através da Lei nº 12.783 de 24 de outubro de 2013<sup>88</sup>, este momento é considerado por autoras sobre a temática, como um “[...] marco regulatório necessário para acelerar e garantir a execução e implementação de iniciativas do povo para o bem do povo.” (SCHROEDER; ALVES; MAZZINI, 2014, p. 34). Vale salientar

---

<sup>87</sup> Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>. Acesso: 17 de ago. 2020.

<sup>88</sup> “A oficialização desse processo aconteceu em 2013, com a assinatura pela presidente Dilma Rousseff da Lei nº 12.873, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água da Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas” (SCHROEDER; ALVES; MAZZINI, 2014, p. 34).

aqui, a luta incansável de agricultoras, realizada de forma organizada através de centenas de instituições (associações, cooperativas, sindicatos, ONG's, etc.), e que levou o Governo Federal à efetivação de políticas públicas que atendem às populações do Semiárido brasileiro.

O Decreto nº 9.606 de 10 de dezembro de 2018, em substituição a Decretos anteriores, regulamenta o Programa Cisternas e traz em seu Artigo 2º o objetivo do mesmo que é “[...] promover o acesso à água para o consumo humano e animal e para a produção de alimentos, por meio de implementação de tecnologias sociais, destinado a famílias rurais de baixa renda e equipamentos públicos rurais atingidos pela seca ou pela falta regular de água.” (BRASIL, 2018).

E, no mesmo ano de 2003, a ASA tem seu primeiro resultado concreto com a instituição do Programa Cisternas que, neste caso, através da articulação da ASA com o Governo Federal, surge o Programa Um Milhão de Cisternas – P1MC que,

[...] tem como meta a implementação de cisternas para captação e armazenamento de água da chuva para o consumo humano, destinadas a famílias que não dispõem de acesso às fontes de água potável localizadas na zona rural. Desde então, aproximadamente 900 mil cisternas já foram construídas. Quando todas estiverem prontas, cinco milhões de pessoas terão água de qualidade para beber e cozinhar, com uma capacidade total de armazenamento descentralizado de 16 bilhões de litros de água<sup>89</sup> (SCHROEDER; ALVES; MAZZINI, 2014, p. 33).

Segundo as informações no sítio eletrônico do Ministério da Cidadania<sup>90</sup>, também é objetivo do programa “[...] a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo.” (BRASIL, 2020). O público alvo deste programa são as: “[...] famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água, com prioridade para povos e comunidades tradicionais. Para participarem, as famílias devem necessariamente estar inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal” (BRASIL, 2020) e enfatiza ainda a região que é foco de atendimento do Programa, bem como os tipos de tecnologias hídricas que serão adotadas:

O semiárido brasileiro é a região prioritária do programa. Para essa região, o programa está voltado à estruturação das famílias para promover a convivência com a escassez de chuva, característica do clima na região, utilizando principalmente a tecnologia de cisternas de placas, reservatórios que armazenam água de chuva para utilização nos oito meses de período mais crítico de estiagem na região (BRASIL, 2020).

<sup>89</sup> De acordo com o sítio eletrônico da ASA, até o dia 05/08/2020 já foram construídas 628.344 cisternas. Disponível em: [https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc#categoria\\_img](https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc#categoria_img). Acesso em: 06 de ago. 2020.

<sup>90</sup> Antigo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS.

A partir das especificações acima, que contemplam objetivos, público alvo, região de maior atendimento do programa e tipologia das tecnologias hídras utilizadas, demonstram que, a partir da implantação do Programa Cisternas, o olhar do poder público federal para as questões de abastecimento de água mudou, e assim, a realidade das famílias que sempre padeceram com a estiagem e a dificuldade em armazenar água potável de qualidade, se transforma a olhos vistos pelo Semiárido brasileiro, pois, “[...] O Semiárido brasileiro é uma região onde os fatores edafoclimáticos requerem políticas públicas contextualizadas ao local para que haja uma convivência harmônica do homem com a natureza.” (LEAL, et. al., 2016, p. 1268).

Os tipos de tecnologia para captação de água disponibilizadas pelo Programa Cisternas são<sup>91</sup>:

Quadro 4 - Tipos de Tecnologias Hídricas

Tipos de Cisternas	1 Cisterna familiar de água para consumo instaladas do lado das casas e com capacidade para armazenar 16 mil litros de água potável.
	2 Cisterna Escolar de água para consumo, instaladas em escolas do meio rural e com capacidade de armazenar 52 mil litros de água potável.
	3 Cisterna de água para a produção, com capacidade 52 mil litros de água, de uso individual ou coletivo de famílias.
Outras tecnologias	Entre outras tecnologias hídras apoiadas ao longo do tempo pelo Programa Cisternas, estão: a barragem subterrânea, pequenas barragens, barreiros trincheiras e tanques de pedra.

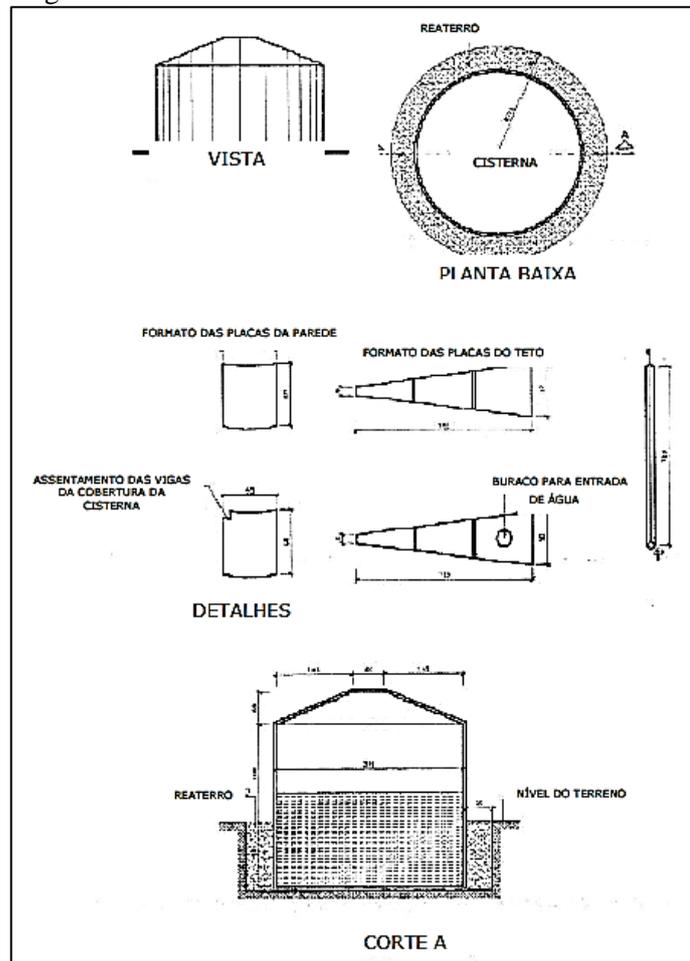
Fonte: Elaboração própria a partir de informações do site do MDS – Programa Cisternas (2020).

Os tipos de cisternas 1 e 2 apresentadas no Quadro 4, são consideradas tecnologias de captação da 1ª água, ou seja, são as águas que caem das chuvas e são recolhidas pelos telhados das casas e levadas por calhas para serem armazenadas nas cisternas, são águas próprias para o consumo humano, especialmente para beber e cozinhar. A cisterna 3, é a tecnologia que capta e armazena as águas das chuvas que caem ao chão e seriam “desperdiçadas”, entretanto, com a captação das conhecidas “cisternas de produção”, a estas águas dá-se o nome de 2ª água, muito

<sup>91</sup> É válido salientar que, cada Estado do Nordeste, após a instituição do Programa Cisternas, foi, ao longo do tempo, com parcerias de ONG’s, desenvolvendo outras tecnologias hídras, isto quer dizer que, o programa foi sendo reinventado e adaptado para cada situação ou localidade. A exemplo da cisterna com sistema de boia construída pelo Centro de Educação Popular Formação Popular, no município de Teixeira – PB, a cisterna consiste em um sistema que armazena a primeira chuva, que serve para lavar o telhado, após esta primeira chuva, a água da lavagem do telhado é armazenada em um reservatório de 200 litros, que após cheio, automaticamente aciona uma boia que fecha a entrada das águas que são utilizadas para consumo humano e, assim, passam a ser armazenadas na cisterna de placas com capacidade para 16 mil litros. Esse tipo de tecnologia permite que nenhum tipo de água seja desperdiçada, sendo utilizada para outros fins, como regar canteiros e hortas, por exemplo (LEAL, et. al., 2016).

utilizadas para a produção de alimentos e criação de animais de pequeno porte, por isso, o nome de cisternas de produção<sup>92</sup>.

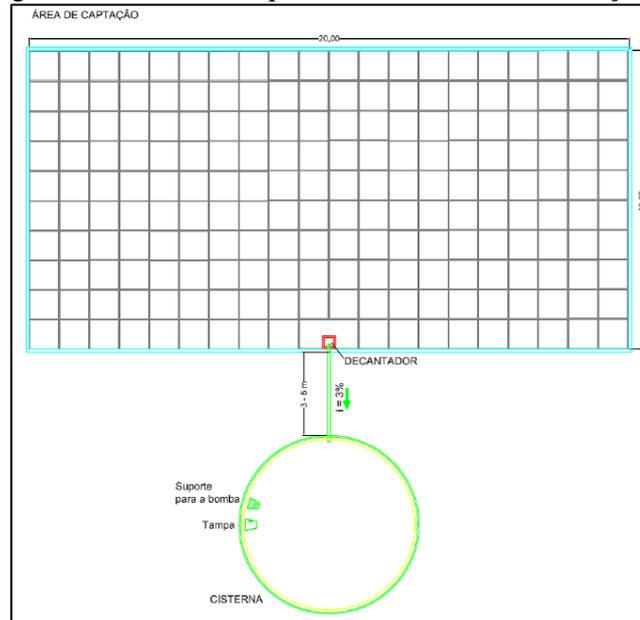
Figura 15 - Plantas e detalhes da Cisterna de 16 mil litros



Fonte: Modelo da Tecnologia Social de Acesso a Água nº 01. Cisterna de placa 16 mil litros (MDS, versão 2015, p. 20).

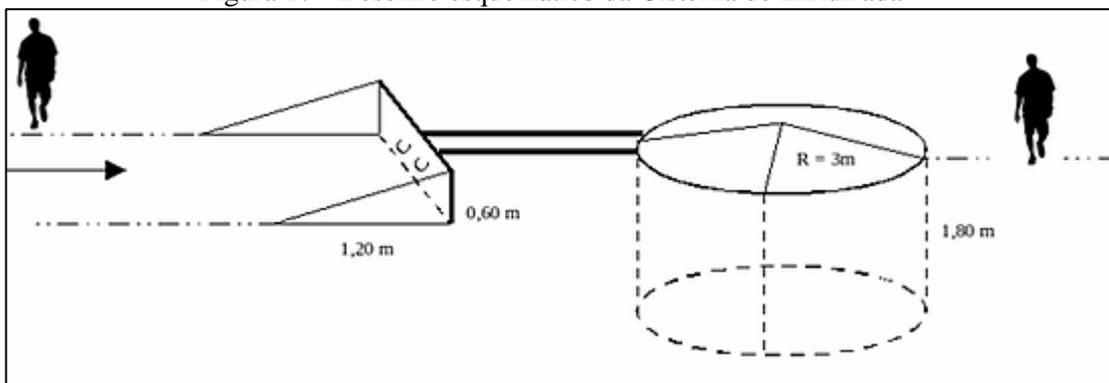
<sup>92</sup> Para as cisternas de produção, existe uma variação de tipos, como: cisternas de calçadão, cisternas de enxurradas e de telhadão, porém, os tipos que serão foco nesta pesquisa são as de calçadão e de enxurradas.

Figura 16 - Desenho esquemático da Cisterna de Calçada



Fonte: Modelo da Tecnologia Social de Acesso a Água nº 21. Cisterna de Calçada 52 mil litros (MDS, 2017, p. 10).

Figura 17 - Desenho esquemático da Cisterna de Enxurrada<sup>93</sup>



Fonte: Gota Consultoria (2020).

As figuras apresentam através de plantas e desenhos esquemáticos, os principais tipos de cisternas construídas no município através do Programa Cisternas. Abaixo, as figuras apresentam as tecnologias hídricas encontradas na zona rural do município. A figura 16 apresenta a cisterna de placa de 16 mil litros, que capta a água das chuvas e que é levada através de calhas para serem armazenadas no reservatório principal.

<sup>93</sup> Desenho retirado do sítio eletrônico da Gota Consultoria. Disponível em <https://mylenanc.wixsite.com/watertech/cisterna-de-enxurrada>. Acesso: 17 de set. 2020.

Figura 18 - Cisterna de Placas 16 mil litros



Fonte: Nilmarcos Moraes – arquivo pessoal (2013).

Figura 19 - Cisterna de Calçada de 52 mil litros



Fonte: Arquivo pessoal (2020).

Figura 20 - Cisterna de Enxurradas de 52 mil litros



Fonte: Arquivo pessoal (2020).

Para melhor compreender o Programa Cisternas, é necessário que façamos um percurso por sua trajetória desde o seu lançamento no início dos anos 2000 até hoje.

Quadro 5 - Marcos do Programa Cisternas

<b>Marcos do Programa Cisternas</b>	
<b>Início dos anos 1990</b>	Criação da ASA – movimento organizado da sociedade civil entorno da questão do desenvolvimento de tecnologias hídras sociais para o Semiárido brasileiro.
	Ponto de partida para a elaboração do Programa Um Milhão de Cisternas – PIMC, que seria desenvolvido pela sociedade civil, mas que foi posto como um tema da agenda pública como uma das soluções estruturantes para as problemáticas presentes na região do Semiárido brasileiro, porém, não seria o foco, as ações paliativas de “combate à seca” ainda eram apoiadas pelo Estado brasileiro.
<b>2003</b>	Apoio governamental ao PIMC.
<b>2004</b>	Aporte financeiro do Governo Federal através do MDS para o Programa Cisternas.
	Sob a denominação de Programa Cisternas, essa ação passou a ser implementada a partir de ações que envolvem, principalmente, a parceria do Governo Federal com governos estaduais e municipais, consórcios públicos municipais e também entidades da sociedade civil
<b>2011</b>	Lançamento do Plano Brasil Sem Miséria – BSM, e um dos objetivos do plano foi de erradicar a extrema pobreza e entre as metas propostas, estava a universalização da água no semiárido, o propósito era que esta meta fosse implementada através da construção de cisternas. Através do Decreto nº 7.535/2011, foi materializado o Programa Água Para Todos, incluindo o Programa Cisternas.
<b>2013</b>	A Lei nº 12.873 de 24 de outubro de 2013 institui o Programa de Apoio à Captação de Água da Chuva e Outras Tecnologias de Acesso à Água – Programa Cisternas e que foi regulamentado através do Decreto nº 8.038 de 04 de julho do mesmo ano.
	Este momento é considerado um marco no que se refere às políticas públicas voltadas ao acesso democrático às tecnologias hídras sociais.
<b>2013</b>	O Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, através do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, agrega à construção das unidades habitacionais também a construção de uma cisterna de placa de 16 mil litros para consumo da família beneficiária, esta adequação no PNHR permitiu que a política social de descentralização e democratização de sistemas de armazenamento de água para o consumo humano no Semiárido brasileiro fosse potencializado através de ações interministeriais e intersetoriais.
<b>2018</b>	Última regulamentação do Programa Cisternas via Decreto nº 9.606 de 10 de dezembro.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Para Santana e Arsky (2016, p. 223) “O Programa Cisternas representa hoje o principal exemplo de como é possível promover o acesso à água para comunidades pobres da zona rural, contribuindo com um conjunto de atividades com impacto direto sobre o desenvolvimento local.”, além disso, é uma política pública social que passa de emergencial para uma política estrutural, com o intuito primordial em atender não somente à uma situação de emergência, a exemplo dos longos períodos de estiagem, mas passa a interferir diretamente na estrutura social, com a melhoria da segurança alimentar e nutricional, potencializando a produção e a renda familiar e melhorando ainda as condições de saúde e bem estar social.

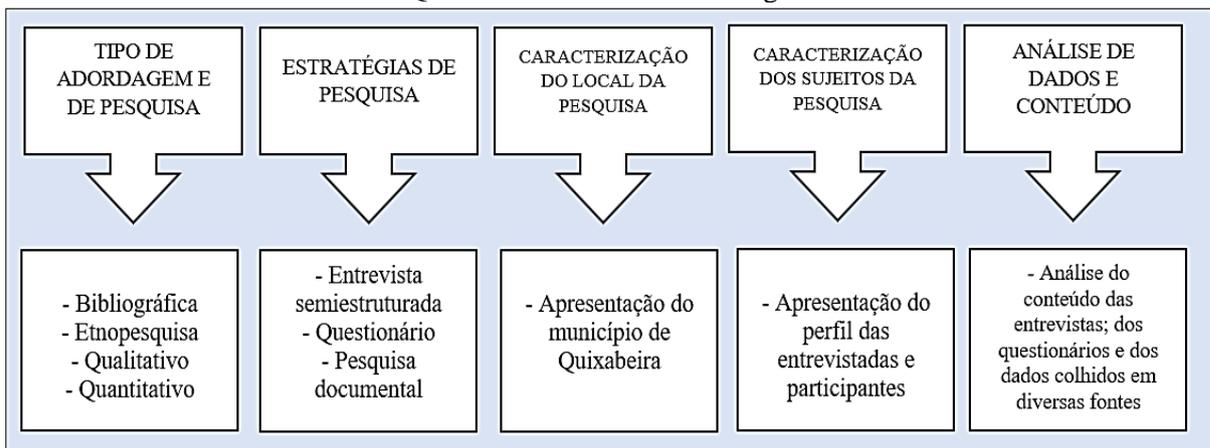
### 3 PERCURSO METODOLÓGICO: CONCEITOS, ELEMENTOS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA

A observação, o ver, o anotar, a entrevista, a pesquisa sistemática, o momento participante vai muito da pessoa. O que eu acho que educa e ajuda a gente é cada um descobrir o seu estilo, ou seja, ainda que a proposta seja coletiva, e ainda que a abordagem teórica seja uma, assumida por todos, a prática concreta da pesquisa é uma coisa que vai pela relação pessoal e aí cada um tem de descobrir o seu estilo (BRANDÃO, 2007, p. 26).

O caminho metodológico é permeado por uma infinidade de autoras e autores que discutem sobre a temática e que nos norteiam de forma excepcional ao trabalhar a metodologia de uma pesquisa. Autoras como Lakatos e Marconi (1991; 2003), Minayo (2016), Magnani (2009) dentre outras teóricas, nos fortalecem neste caminhar metodológico muito necessário para a pesquisa. É válido frisar a importância da escolha do tipo de metodologia que deve ser adotada pelas pesquisadoras e pesquisadores. A forma como se caminha em um estudo, não está dissociada do jeito que a pessoa que pesquisa vive, isto quer dizer que, a metodologia adotada deve estar ligada à forma como o indivíduo atua em sociedade, o modo como vivencia seus valores também se relaciona e como experimenta sua própria realidade.

A partir da análise conceitual de cada objetivo deste estudo, montamos um quadro, que apresenta o percurso metodológico construído para o presente trabalho.

Quadro 6 - Percurso metodológico



Fonte: Elaboração própria (2020).

#### 3.1 TIPO DE ABORDAGEM, DE PESQUISA E AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS

Este trabalho buscou aporte teórico em uma ampla revisão bibliográfica, a qual procurou compreender os principais conceitos teóricos abordados nos capítulos e seções anteriores. De

acordo com Lakatos e Marconi (1991, p. 183) “A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...]. Sua finalidade é colocar a pesquisadora em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”, portanto, para este estudo, é fundamental realizar um bom levantamento bibliográfico, pois, a pesquisa pode fornecer ainda mais possibilidades para a pesquisadora.

A abordagem de investigação científica escolhida para o presente trabalho se dá através da etnografia. Este tipo de abordagem traz algumas contribuições que orientam pesquisas qualitativas, em especial “[...] para os estudos que se interessam pelas desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sócio-interacionais [...]” (MATTOS, 2011, p. 50).

Uma pesquisa de natureza qualitativa, se preza pelos estudos que possuem relação com a realidade social em que a pesquisadora está inserida e de sua relação com determinado objeto de estudo. Assim, diante do objetivo que ambas entidades pesquisadas têm no que se refere às questões sociais, me permiti - enquanto agente social e pesquisadora, que acompanha atividades realizadas pelos movimentos de mulheres em questão – trilhar esse caminho metodológico, buscando compreender e dar significado ao meu objeto de pesquisa. Assim, optamos por produzir um trabalho baseado na etnopesquisa.

Para a compreensão desse objeto de estudo, é importante que se perceba a dinâmica com que as análises sociais ganharam espaço nas discussões acadêmicas no Brasil. A partir do surgimento de movimentos sociais brasileiros, que apresentavam caráter político, especialmente a partir dos anos 1960, alguns temas ganham visibilidade e passam a ser reconhecidos por seu importante papel político e questionador, assim, as pessoas e seu engajamento político e social, passam a ser vistas e vistos de uma forma diferente, tendo seus papéis reconhecidos.

Para pensar e analisar novas formas de pensamento e de ação, houve a necessidade de compreender a sociedade em transformação, desse modo, o método de análise também precisou ser modificado. Assim, as pesquisadoras passaram a analisar o significado das vivências “de dentro” do núcleo a ser estudado. De acordo com Magnani (2009):

[...] é possível postular, de uma maneira sintética, que a etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (MAGNANI, 2009, p. 135).

Desse modo, a pesquisadora consegue estabelecer uma conexão com as pessoas pesquisadas no intuito de juntar fragmentos, necessários para alcançar significados que nem sempre são esperados durante a pesquisa (MAGNANI, 2009). Ainda enfatizando a importância da Etnografia, Magnani (2009) salienta que a mesma é compreendida como um método em seu sentido amplo, esta que busca, através da pesquisadora, mecanismos de contato e inserção no campo a ser estudado, buscando condições para a prática e para a experiência etnográfica que podem direcionar para a escrita final (MAGNANI, 2009, p. 136).

Sobre a etnografia, citando Magnani (2009, p. 136), postula-se que: “[...] a etnografia é o método próprio de trabalho da antropologia em sentido amplo, não restrito (como técnica) ou excludente (seja como determinada atitude, experiência atividade de campo)”. Assim, percebe-se que, o uso da etnografia como método de pesquisa e trabalho para as pesquisadoras, contribui, sobremaneira, para a compreensão de aspectos próprios das pessoas e da sociedade na qual estão inseridas. Diante disso, o trabalho de campo é fator extremamente importante para dar base a estudos como o que aqui se apresenta, visto o caráter explorador do mesmo.

Estudos que possuem uma perspectiva investigativa, estabelecem alguns parâmetros de trabalho como: investiga a dialética da cultura, ou seja, não a coloca apenas como um reflexo das forças que dão estrutura à sociedade, mas sim como um “[...] sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas.” (MATTOS, 2011, p. 50). Outro ponto crucial neste tipo de estudo, é colocar o sujeito da pesquisa como um participante ativo e que produz mudanças nas estruturas sociais. Nota-se que para a etnografia, o mais importante dentro da pesquisa é de fato o sujeito que compõe o local social, e a ele dá total significado.

Macedo (2010, p. 10), relata que: “No processo de construção do conhecimento, a etnopesquisa crítica não considera os sujeitos de estudo um produto descartável de valor meramente utilitarista.”. O autor sinaliza ainda que as atitudes sociais não falam a partir de conceitos teóricos, elas são na verdade, considerados como os pilares estruturantes da sociedade, se revelando através das experiências.

Etnografia é também conhecida como: observação participante, pesquisa interpretativa, pesquisa hermenêutica, dentre outras. Compreende o estudo, pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas: um grupo de pessoas associadas de alguma maneira, uma unidade social representativa para estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos [...] (MATTOS, 2011, p. 51).

Assim, através dessa interação entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa, o que se pretende através da etnografia, é que se obtenha uma descrição densa e o mais completa possível

das pessoas ouvidas e do local da pesquisa. É importante salientar que, diante da importância dessa interação entre os indivíduos envolvidos na investigação, a etnografia dá muita importância para o que é observado no local da pesquisa. A mesma se vale pela escrita do visível, valorizando a observação, a sensibilidade do outro, o conhecimento sobre o local estudado, além de dar valor a inteligência e a criatividade investigativa da pesquisadora (MATTOS, 2011, p. 54).

A autora ainda afirma que: “O etnógrafo, utilizando uma teoria crítica de análise aliada à abordagem etnográfica, procura identificar o significado nas relações sociais de classe, etnia, linguagem, gênero, e a cena imediata onde estas relações se manifestam.” (MATTOS, 2011, p. 56). Desse modo, não basta simplesmente a pesquisa possuir uma abordagem etnográfica, a mesma deve lançar mão de uma boa análise crítica, alicerçada em instrumentos de pesquisa significativos e na reflexão em que as atreizes sejam apresentadas a partir de suas perspectivas.

Portanto, a pesquisa etnográfica “[...] preocupa-se primordialmente com os processos que constituem o ser humano em sociedade e em cultura e compreende esta como algo que transversaliza e indexa toda e qualquer ação humana.” (MACEDO, 2010, p. 9). Um trabalho de cunho etnográfico, pesquisa estruturas e realidades sociais, o mesmo se aprofunda em características que estruturam sua realidade, e não se baseia em fatos brutos e isolados.

A pesquisa se fundamenta em um trabalho de campo, visto que se fez necessária a realização de entrevistas semiestruturadas com as representantes legais e associadas dos movimentos de mulheres. O momento de ouvir as participantes se revela extremamente importante, considerando a organização e a finalidade do trabalho de campo, conforme aponta Minayo (2016), o trabalho de campo pode trazer uma riqueza de informações e dados para o estudo, pois o mesmo:

[...] permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, e também visa a estabelecer uma interação com diferentes “atores” (pessoas com as quais vamos trabalhar) que fazem parte da realidade. Assim sua finalidade é construir um conhecimento empírico, considerado importantíssimo para quem faz pesquisa social (MINAYO, 2016, p. 56).

Assim, com o trabalho de campo, em consonância com o referencial teórico, conseguimos agregar mais valor ao estudo realizado. A partir do momento que a pesquisadora exercita sua curiosidade, a pesquisa de campo ganha novos cenários e contornos. O trabalho com a realidade empírica em confronto com a bibliografia e com as hipóteses formuladas, deve ser uma constante no trabalho de campo, e cabe às pesquisadoras serem proativas nesse quesito.

O trabalho de campo é árduo em todos os sentidos, desde a preparação dos instrumentos de coletas de dados, até o momento que a pesquisadora consegue chegar aos indivíduos ou local de pesquisa, há um intenso caminho a percorrer. Nesse tipo de trabalho, dependemos muito da receptividade e da disponibilidade das pessoas envolvidas na pesquisa, é preciso compreender o tempo do outro, entender os imprevistos.<sup>94</sup>

Nas palavras de Valadares:

O pesquisador aprende com os erros que comete durante o trabalho de campo e deve tirar proveito deles, na medida em que os passos em falso fazem parte do aprendizado da pesquisa. Deve, assim, refletir sobre o porquê de uma recusa, o porquê de um desacerto, o porquê de um silêncio (VALDARES, 2007, p. 154).

De acordo com Minayo (2016), embora haja muitas formas de trabalhar com o campo, suas duas principais possibilidades são a observação e a entrevista. Para o trabalho em questão, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que segundo Lakatos e Marconi (1991):

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 195).

Em uma pesquisa de campo na qual as pessoas fazem parte do objeto de estudo, visto que são sujeitos/objetos de investigação, o diálogo se torna fundamental para o melhor entendimento do grupo social sobre o qual o estudo se debruça, visto que a pesquisa qualitativa é realizada através da interação entre a pesquisadora e as pessoas envolvidas, considerando o que se vai pesquisar.

Para a presente pesquisa, o tipo de entrevista escolhido foi a semiestruturada, os instrumentos foram aplicados a públicos diferentes e também em momentos distintos. Minayo (2016) salienta que a entrevista semiestruturada é uma técnica “[...] que combina perguntas

---

<sup>94</sup> Este trabalho foi escrito durante a pandemia do COVID-19 (novo coronavírus), o que afetou sobremaneira a realização do trabalho de campo. No período de planejamento, havíamos considerado a possibilidade de fazer reuniões com os grupos de mulheres para aplicação dos questionários, e, paulatinamente, a realização das entrevistas, considerando que a maior parte das associadas residem em povoados e na zona rural, promover as reuniões na sede do município seria, de certa forma, mais prático. Porém, em razão do cumprimento das orientações dos órgãos sanitários, considerando o distanciamento social e a não realização de aglomeração, todo o trabalho de campo foi reformulado. Foi necessário visitar as comunidades rurais e povoados para realização do trabalho de campo, o que demandou mais tempo para essa etapa. Além disso, quando se trata desse tipo de trabalho, devemos considerar os imprevistos. Encontros que precisam ser desmarcados em cima da hora e posteriormente remarcados por inúmeros fatores. Dias e horários devem ser ajustados para que as participantes possam contribuir de forma que não atrapalhe a sua rotina, é preciso que a pesquisadora compreenda o tempo das outras pessoas.

fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.” (MINAYO, 2016, p. 59).

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas às representantes legais das associações e também às mulheres que participam dos movimentos e que são ou já foram beneficiárias de alguma das políticas públicas sociais apontadas ao longo da pesquisa. Foram entrevistadas 05 (cinco) mulheres de cada movimento incluindo a presidenta ou representante legal, no total, foram realizadas 10 (dez) entrevistas.<sup>95</sup>

Para Manzini (1990/1991), a entrevista é uma boa estratégia para ser utilizada em trabalhos que buscam compreender aspectos da sociedade. Para ele, podemos entender a entrevista social como sendo:

[...] um meio ou instrumento para coleta de dados sobre um determinado tema que se refere a um problema de pesquisa. Assim, dentre os vários tipos de entrevista, focalizaremos aquela, cuja finalidade é buscar conhecer como se dão os fenômenos sociais, ou seja, a entrevista cuja finalidade decorra da pesquisa social com um problema de investigação definido (MANZINI, 1990/1991, p. 150).

Manzini (1990/1991) também sinaliza algumas vantagens que podemos ter ao utilizarmos a entrevista como um instrumento de coleta de dados. Segundo o autor, a entrevista pode ser o único meio de obtenção de determinado dado que precisamos, visto que nem sempre existem publicações em jornais, sites, livros ou outras pesquisas sobre o objeto pesquisado; é um meio eficaz e relevante para obtermos dados e informações significativas para a pesquisa; e por fim, os dados colhidos através da entrevista, podem ser passíveis de mensurações e análises. Através da aplicação da entrevista, podemos encontrar mais dados e informações que não necessariamente pensaríamos em encontrar, sendo possível, inclusive, agregar mais conteúdo analisado ao estudo.

No intuito de coletar mais dados sobre a realidade das mulheres que fazem parte dos movimentos, foram elaborados questionários de perfil. No total, 50 (cinquenta) questionários foram aplicados entre as duas entidades, considerando que, cada uma delas possui atualmente, aproximadamente 50 (cinquenta) associadas, ponderando este como um número expressivo de mulheres consultadas, os questionários aplicados trouxeram dados que enriqueceram ainda mais a presente pesquisa. Seguindo o proposto por Lakatos e Marconi (1991, p. 197) quando

---

<sup>95</sup> Foi aplicado um roteiro de entrevista para as representantes legais das entidades, pois era necessário compreender algumas questões pertinentes à gestão das associações, conforme pode ser visto no Apêndice C. No Apêndice B, consta o roteiro da entrevista semiestruturada aplicada às associadas. Algumas questões são comuns aos dois roteiros.

sinalizam sobre o tipo de entrevista padronizada ou estruturada “É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário [...] elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano.”

Para Lakatos e Marconi (1991, p. 174) “Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas.”, desse modo, a pesquisa documental é parte imprescindível para trazer mais conhecimento sobre o campo, tornando-se fundamental para a ampliação da pesquisa. “É a fase da pesquisa realizada com intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse.” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 174), é nesta fase que a pesquisadora consegue ampliar o campo de visão, evitando possíveis duplicações e esforços desnecessários, ou seja, realizando uma boa pesquisa inicial, o trabalho se tornará mais eficaz e produtivo.

Para que a pesquisa obtivesse mais dados, foram acionados órgãos da esfera pública, especialmente no âmbito do Governo Federal na busca por mais informações acerca das políticas públicas sociais implementadas no município (a exemplo do Bolsa Família, Programa de Cisternas, etc.). Realizei uma pesquisa em arquivos documentais de quando trabalhei na SEDES, como descrito anteriormente, no intuito de buscar dados e informações de projetos e programas implantados desde o ano de 2011, considerando o recorte temporal da pesquisa em questão. A pesquisa documental torna-se importante para o trabalho, visto que foi possível ampliar o estudo para além do campo bibliográfico e conhecer mais profundamente o tema, e ainda analisar o contexto no qual os programas e projetos foram implementados no município.

É importante sinalizar que o trabalho de campo de uma pesquisa não se restringe à utilização de instrumentos de coletas de dados prontos e acabados, especialmente nas Ciências Sociais, em que a ação consiste em observar características qualitativas, o trabalho de campo permite à pesquisadora inúmeras reflexões ao longo do percurso. De acordo com Minayo:

Para além das informações acumuladas, o processo de trabalho de campo nos leva, frequentemente, à reformulação de hipóteses ou, mesmo, do caminho da pesquisa. Enquanto construímos dados colhidos em interação e os articulamos a nossos pressupostos, exercitamos nossa capacidade de análise que nos acompanha em todas as fases (MINAYO, 2016, p. 68).

Através do cruzamento dos dados analisados, buscamos compreender o impacto das políticas públicas sociais para o fortalecimento dos vínculos entre os sujeitos da pesquisa e as entidades estudadas. A análise das entrevistas e dos questionários aplicados, em conjunto com

a reflexão a partir dos dados coletadas, foram etapas imprescindíveis para a construção das próximas seções.

### 3.2 CONHECENDO QUIXABEIRA – BAHIA: O LOCAL DA PESQUISA

*É nossa terra,  
Nosso lar, nosso recinto,  
É lá que sinto  
Tudo novo renascer,  
Quixabeira tu és nossa  
Terra amada,  
Chão tão fértil  
Que faz tudo florescer.<sup>96</sup>*

(Dalberto Lima)

Quixabeira, cidade incrustada Centro Norte do estado da Bahia, nasceu, assim como tantos outros municípios, de um pequeno povoamento em uma fazenda. Povoações como a de Quixabeira foram muito comuns em outros tempos, sua origem está intimamente ligada às características econômicas e religiosas que davam vazão ao nascedouro de novos povoados no interior do sertão baiano. Comumente se via uma capela erguer-se, um arraial de pequenas casas e vendas surgir, nisso, um vai e vem de tropeiros<sup>97</sup> e mascates<sup>98</sup> se fazia, levando e trazendo as mais variadas mercadorias e gentes.

O povoamento se formou em meados da década de 1940, tendo como fundador o senhor Martinho Pereira Lima, que iniciou por ali, com a ajuda de amigos e conhecidos, a formação do que viria a ser a cidade de Quixabeira. Ergueu-se uma capela, característica da religiosidade cristã do povo, algumas vendas e as casas dos moradores daquela terra de novas promessas. O povoado pertenceu ao atual município de Jacobina até o início da década de 1960. Em 1962, a atual cidade de Serrolândia conquista sua emancipação política, e Quixabeira, por estar territorialmente dentro dos limites do distrito de Serrolândia, quando esta se emancipa, é elevada à categoria de distrito.

Em meados da década de 1980, o sonho da emancipação torna-se também o objetivo que permeou a mente e as ações do povo quixabeirense, e, em maio de 1989, realiza-se um

---

<sup>96</sup> Trecho do hino municipal de Quixabeira, escrito por Dalberto Lima.

<sup>97</sup> Condutores de tropas ou comitivas movidas à força animal, que transitavam em regiões de produção e locais de consumos de variados tipos de mercadorias.

<sup>98</sup> Os mascates eram vendedores, conhecidos ainda como caixeiros-viajantes, que circulavam no Brasil desde o período colonial. Foram importantes figuras que atuaram na integração econômica das várias regiões brasileiras.

plebiscito no então distrito de Quixabeira e no município de Serrolândia, com o intuito de ouvir as intenções de seus habitantes sobre a questão da emancipação política daquele distrito, e, através da maioria dos votantes, foi aprovada a intenção de emancipação, porém, sua concretização deu-se em 13 de junho de 1989, com a promulgação da Lei nº 5.019/89, quando então Quixabeira passa a integrar o mapa da Bahia como um novo município.

De acordo com o último censo demográfico do IBGE<sup>99</sup>, Quixabeira tinha uma população de 9.554 habitantes<sup>100</sup>, sendo que 3.663 residentes na área urbana e 5.891 na zona rural. Sua extensão territorial é de 368 km<sup>2</sup>, situando-se na Mesorregião do Centro Norte baiano, faz parte, com mais 15<sup>101</sup> municípios do Território de Identidade<sup>102</sup> da Bacia do Jacuípe. O município está localizado a uma distância de 280 km da capital baiana. Sua economia gira entorno dos pequenos estabelecimentos da agropecuária, especialmente em se tratando das agricultoras familiares e na produção de variados produtos.<sup>103</sup>

---

<sup>99</sup> “O Censo Demográfico tem por objetivo contar os habitantes do território nacional, identificar suas características e revelar como vivem os brasileiros, produzindo informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimentos da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo. E também constituem a única fonte de referência sobre a situação de vida da população nos municípios e em seus recortes internos, como distritos, bairros e localidades, rurais ou urbanas, cujas realidades dependem de seus resultados para serem conhecidas e terem seus dados atualizados.”. Disponível em: <<https://ces.ibge.gov.br/apresentacao/portarias/200-comite-de-estatisticas-sociais/base-de-dados/1146-censo-demografico.html>>. Acesso em: 17 de abr. 2021. O último censo demográfico realizado no Brasil foi no ano de 2010.

<sup>100</sup> A estimativa atual do IBGE sinaliza que a quantidade de habitantes diminuiu, sendo 8.956 habitantes estimados em 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/quixabeira/panorama>. Acesso em 08 de jan. 2021.

<sup>101</sup> Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça e Várzea do Poço.

<sup>102</sup> Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência dos Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, no qual as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar. Definição: O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, no qual se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. Para saber mais, consultar: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>.

<sup>103</sup> As principais produções da agricultura familiar são: milho, feijão, mandioca, melancia, caprinos, ovinos e gado, dentre outros produtos.

Figura 21 - Localização do Município de Quixabeira no Território de Identidade - Bacia do Jacuípe



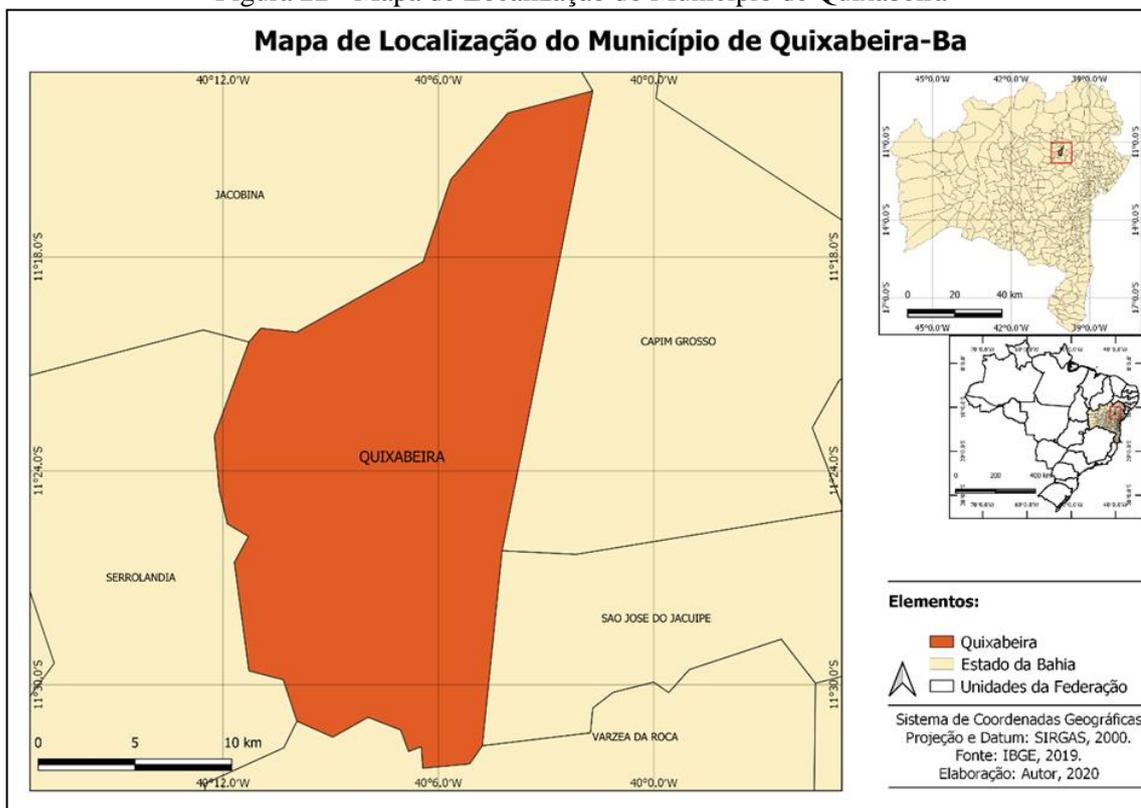
Fonte: PBJ – Portal Bacia do Jacuípe (2015).

O clima que predomina em Quixabeira é do tipo semiárido, assim, “[...] seu território, encontra-se, de forma integral, situado no Polígono das Secas do Nordeste brasileiro, possuindo uma pluviosidade baixa (entre 600 a 800 mm por ano) e temperatura média de 23,6°C” (BAHIA, 1999, p. 10). Garcia (1990, p. 61) citado por Reis (2020, p. 50) ressalta que “As secas se manifestam com maior intensidade nas regiões do Agreste e do Sertão, ou seja, no semiárido. Essas duas regiões naturais juntas, formam um polígono. Daí a expressão, muito usada, Polígono das Secas, para definir a área nordestina sujeita às estiagens.”

Nesta região, o período com maior incidência de chuvas acontece entre os meses de novembro a fevereiro, ao qual damos o nome de trovoadas, devido a grande quantidade de trovões durante as chuvas quando estas ocorrem. Ao passo que não chove com frequência, vivemos em um permanente risco de secas, visto os longos períodos de estiagem.

Geograficamente, faz-se pertinente salientar, o município de Quixabeira faz limite com os municípios de Capim Grosso e São José do Jacuípe a leste, Jacobina ao norte e a oeste, Serrolândia a oeste e Várzea da Roça ao sul, conforme apresenta o mapa abaixo.

Figura 22 - Mapa de Localização do Município de Quixabeira



Fonte: REIS, (2020).

### 3.3 OS SUJEITOS DA PESQUISA

Para ouvir e dialogar com as mulheres, optamos por utilizar as entrevistas semiestruturadas e os questionários, aplicados a partir de propósitos específicos para a pesquisa. Ouvir foi fundamental para o entendimento e para a análise de dados colhidos em outros espaços, e que, ligados aos elos estabelecidos através desse processo de imersão entre discurso, coleta de dados e informações, estabeleceu-se como um percurso alicerçado na caminhada imposta pelo dinamismo do trabalho de campo, tão importante para este tipo de análise.

No que concerne às Ciências Humanas, a questão da voz do objeto é decisiva. Segundo Bakhtin, é o objeto que distingue essas ciências das outras (ditas naturais e matemáticas). Não é porém o homem seu objeto específico, uma vez que este pode ser estudado pela Biologia, pela Etologia etc. O objeto específico das Ciências Humanas é o discurso ou, num sentido mais amplo, a matéria significativa. O objeto é um sujeito produtor de discurso e é com seu discurso que lida o pesquisador. Discurso sobre discursos, as Ciências Humanas têm, portanto, essa especificidade de ter um objeto não apenas falado, como em todas as outras disciplinas, mas também um objeto falante (AMORIM, 2002, p. 10).

Com foco em ouvir os sujeitos que compõem o cenário do presente estudo, para que pudessemos melhorar a análise de dados coletados através de outros métodos científicos,

buscamos melhorar e ajustar para a forma mais adequada o levantamento social que faz parte desta pesquisa, lançando mão de dois instrumentos para coleta de dados com as participantes.

Assim, apresentamos as associadas que foram entrevistadas neste percurso.

Quadro 7 - Perfil das Entrevistadas

Nº	Nome	Idade	Entidade	Escolaridade	Cargo/Representação	Profissão
01	Hilda Rios dos Santos	41	AMTQ	Ensino Médio Completo	Coordenadora Executiva <sup>104</sup>	Agricultora familiar
02	Abiran Silva de J. Novaes	42	AMA	Ensino Superior Completo	Conselheira Fiscal <sup>105</sup>	Servidora Pública
03	Maria José Oliveira Santana	54	AMTQ	Ensino Médio Completo	Diretora Financeira	Agricultora familiar
04	Edenilza de Melo R. Araújo	49	AMTQ	Ensino Médio Completo	Associada	Agricultora familiar
05	Solange Rios dos Santos	45	AMTQ	Ensino Fund. Completo	Associada	Agricultora familiar
06	Edisônia Moreira de Lima	36	AMTQ	Ensino Superior Completo	Sócia Fundadora	Gestora de Serviços de Saúde
07	Evânia de Lima O. Silva	50	AMA	Ensino Médio Completo	Associada	Agricultora familiar
08	Gilvanda Mendes G. de Sousa	45	AMA	Ensino Superior Completo	Sócia Fundadora	Professora
09	Gilvaneci Mendes G. Souza	44	AMA	Ensino Fundamental Completo	Associada	Agricultora familiar
10	Marinalva Souza Lima	70	AMA	Ensino Fundamental Completo	Presidenta	Agricultora familiar aposentada

Fonte: Elaboração própria (2020).

Além das entrevistas, foram aplicados questionários para outro grupo de associadas, também como uma forma de ouvir e compreender a forma como essas mulheres foram impactadas através dos movimentos sociais e também das políticas públicas. A partir do momento em que fiz os primeiros contatos com as entidades através das representantes legais ou das associadas, passei a construir com elas uma rede de sociabilidade. Mesmo já as conhecendo por residir na mesma cidade ou por ter outros vínculos que se cruzaram ao longo das nossas trajetórias de vida, este momento foi sem dúvidas um fortalecimento de laços com essas mulheres que me apresentaram um pouco de sua trajetória social e seus anseios por dias melhores.

Para conhecer um pouco mais do perfil das mulheres associadas, bem como, compreender como as políticas públicas sociais impactaram positiva ou negativamente seu

<sup>104</sup> Entrevistada como representante legal da entidade.

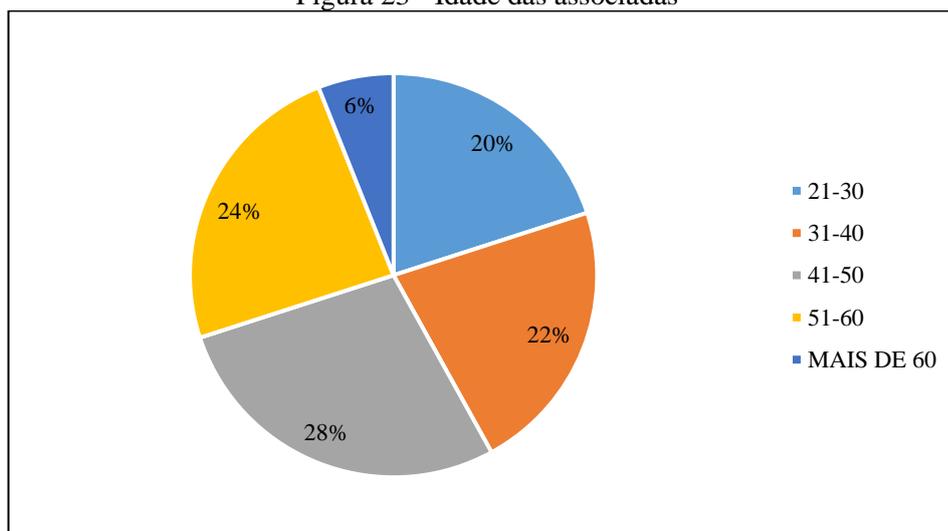
<sup>105</sup> Entrevistada como representante legal da entidade.

cotidiano e das entidades, analisaremos os dados coletados através dos questionários aplicados a 50 (cinquenta) associadas de ambas as entidades. Esta foi uma experiência interessante, pois pude ir até as comunidades/localidades de moradia de cada uma delas, e, além de aplicar o questionário, também conversar um pouco com as mesmas e me aproximar de algumas experiências que não tinha conhecimento, agregando mais valor à pesquisa que se segue.

O questionário (Apêndice C), teve como objetivo conhecer mais de perto o perfil das associadas, por isso, denominou-se “Questionário de Perfil”, através dele, as sócias puderam responder sobre: perfil, renda familiar, escolaridade, profissão/ocupação, local de residência, dentre outros aspectos da sua trajetória. Também foram questionadas a partir de tópicos mais específicos no que se refere a própria entidade, bem como, sobre as políticas públicas sociais que porventura conheçam ou sejam beneficiárias.

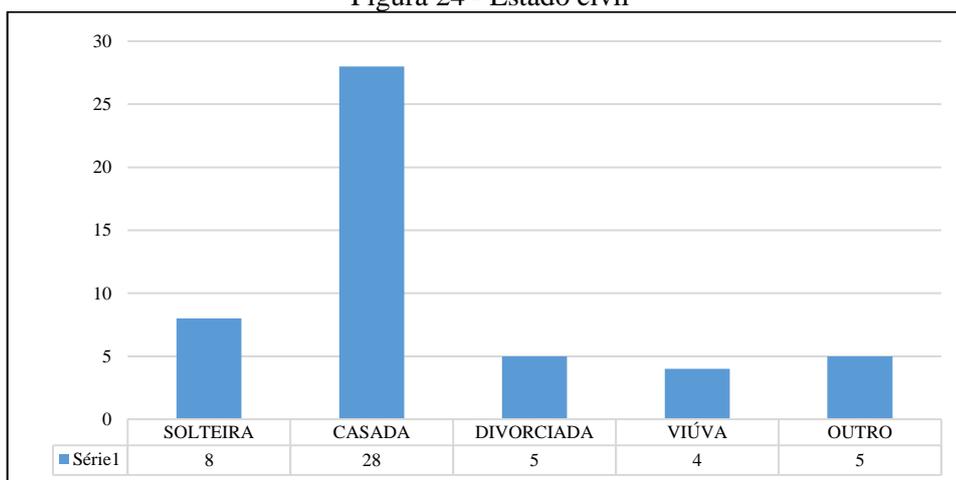
A Figura 21 apresenta a idade das associadas a Figura 22 o estado civil:

Figura 23 - Idade das associadas



Fonte: Elaboração própria (2021).

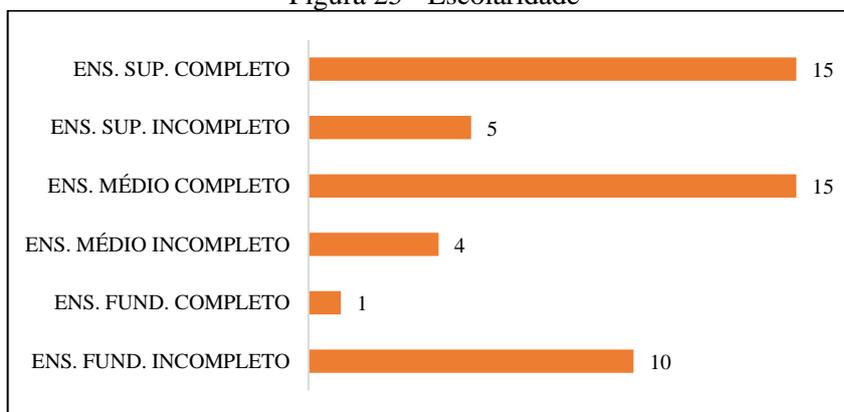
Figura 24 - Estado civil



Fonte: Elaboração própria (2021).

No que diz respeito ao tópico “Outros” assinalado, algumas não deixaram claro sua situação civil, porém houve uma menção ao amasiamento<sup>106</sup>. A Figura 23 traz informações sobre a escolaridade das associadas.

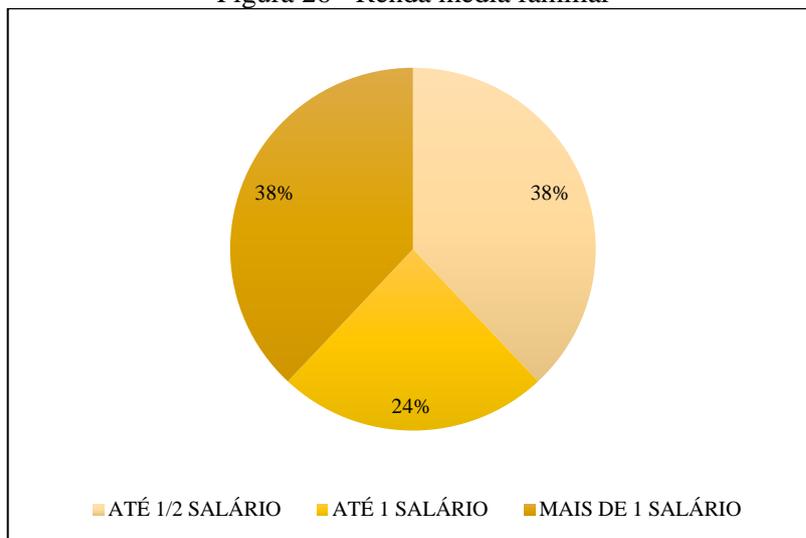
Figura 25 - Escolaridade



Fonte: Elaboração própria (2021).

<sup>106</sup> O mesmo que concubinato.

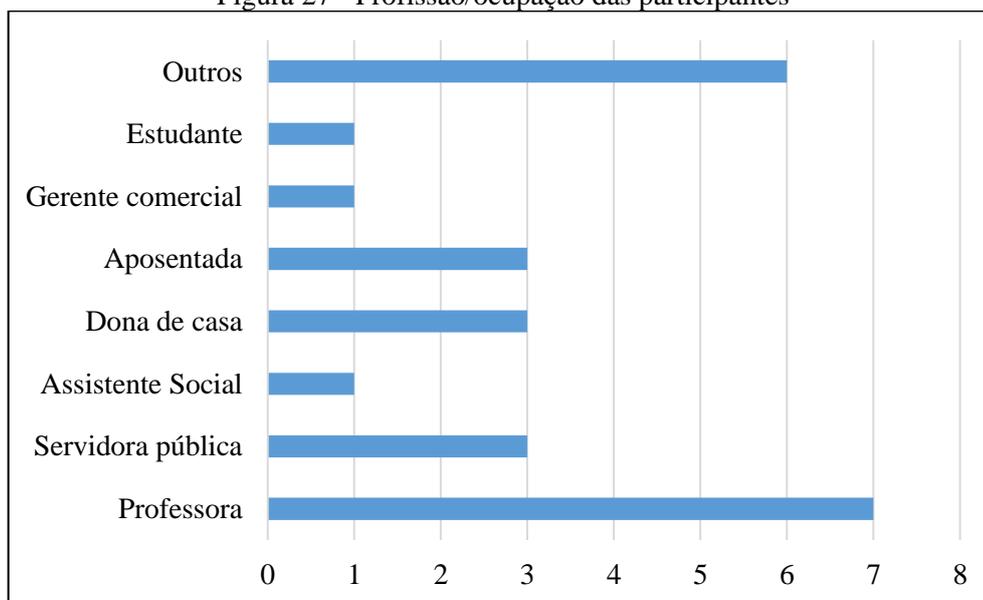
Figura 26 - Renda média familiar



Fonte: Elaboração própria (2021).

No item “Profissão/ocupação”, tivemos uma variação interessante, algumas associadas relataram assumir mais de uma ocupação, o que se torna muito comum no cotidiano das mulheres. Porém, a maioria das participantes se declarou lavradora ou agricultora familiar, 29 (vinte e nove) mulheres no total. As demais profissões e ocupações estão apresentadas na Figura 25:

Figura 27 - Profissão/ocupação das participantes



Fonte: Elaboração própria (2021).

Outro item da Seção II do “Questionário de Perfil” que analisaremos agora, se refere ao local de residência, 64% (sessenta e quatro) das participantes declararam residir na zona rural<sup>107</sup> do município, enquanto 36% (trinta e seis) moram na zona urbana. Por fim, considerando o quesito familiar, constatamos que 80% (oitenta) das associadas declararam ter filhos, e, conseqüentemente, os 20% (vinte) restante declararam que não tiveram filhos.

Nesse processo de escutar, de conversar, de transcrever e ler as entrevistas, os laços foram sendo estreitados e percebi que o que Brandão (2007, p. 12) sinaliza, se concretiza no trabalho de campo:

A pessoa que fala, fala para uma outra pessoa. Uma relação de pessoas que tem uma dimensão social, e uma dimensão afetiva se estabelece. Dados de troca, de sinais e símbolos entre as pessoas se estabelecem inevitavelmente e isso marca não só a realização do trabalho, mas o material produzido por esse trabalho.

Além de escutar, escrever, transcrever, uma parte crucial neste percurso é a análise de conteúdo que deve ser empregada no processo de ler e reler aquilo que foi colhido através das entrevistas. É um momento importante para a pesquisa, pois é neste estágio que podemos, através do que foi coletado, identificar as partes, os fragmentos do discurso que se relacionam entre si e também com o trabalho, percebendo e sentindo quais partes podem ser agrupadas e que podem responder às perguntas levantadas pela pesquisadora ou pesquisador (MANZINI, 1990/1991).

Na análise, o pesquisador precisa separar o discurso em partes para que possa extrair e apreender as informações contidas nessas partes, para depois transformar as informações em dados, ou seja, essa transformação da fala transcrita em classes ou categorias será o tratamento das informações. [...] Uma forma tradicional de analisar e tratar os dados tem sido a identificação daqueles trechos que aparecem no discurso e que se relacionam com o objetivo da pesquisa, pinçando-os ou ressaltando-os para uma discussão do conteúdo (MANZINI, 1990/1991, p. 155).

Este processo foi muito importante para a pesquisa, pois foi através dele que passamos a compreender o que são os movimentos de mulheres de Quixabeira e quem são as mulheres que deles fazem parte. Além disso, foi possível, a partir da análise do conteúdo levantado, avaliar de que modo as políticas públicas sociais impactaram os movimentos e suas associadas.

---

<sup>107</sup> Neste caso, o Distrito de Jaboicaba e os povoados de Ramal, Cova do Anjo e Alto do Capim foram incluídos como zona rural, pois são territorialmente reconhecidos desta forma, além das fazendas que fazem limite com a sede do município, distrito e povoados, que automaticamente já são zona rural.

### 3.4 PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS EM QUIXABEIRA (2011-2015)

Nesta seção, traremos o panorama das políticas de transferência direta de renda, habitação e de cisternas a partir do recorte temporal escolhido para este trabalho no município de Quixabeira-BA. A partir de um levantamento de dados e informações, por meio de buscas em plataformas digitais do Governo Federal, como VIS DATA 3 beta<sup>108</sup>, também foram coletados dados através Departamento de Benefícios – DEBEN ligado ao Ministério da Cidadania – MC; também em contato com colaboradores de entidades sociais, como a Cooperativa de Trabalho e Assistência a Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte – COFASPI, conseguimos informações sobre o Programa de Cisternas, por exemplo; além da análise em arquivos pessoais do período trabalhado na gestão municipal<sup>109</sup>, conseguimos levantar informações extremamente relevantes que serão confrontadas com os dados colhidos através dos questionários aplicados às associadas e também analisados a partir do ponto de vista das entrevistadas.

As políticas públicas sociais são uma importante ferramenta de integração social para as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Considerando ainda a situação socioeconômica de um município de pequeno porte como Quixabeira, que possuía em 2010, de acordo com o último Censo do IBGE, um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM em 0,578, menor, se comparado ao IDH<sup>110</sup> – Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil foi de 0,699<sup>111</sup> no mesmo ano. Através das políticas públicas, existe a possibilidade da melhoria de bem-estar social de uma forma ampla, pois, a geração de solidariedade social está diretamente ligada à expansão do:

[...] sistema de garantia de renda e da garantia de oferta de bens e serviços sociais, que buscam fortalecer a proteção social dos indivíduos, famílias e grupos sociais quando

---

<sup>108</sup> Plataforma digital do Governo Federal ligada à Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php>.

<sup>109</sup> Como já explanado anteriormente.

<sup>110</sup> “O objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. [...] o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. O IDH tem o grande mérito de sintetizar a compreensão do tema e ampliar e fomentar o debate.” Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>.

<sup>111</sup> RELATÓRIO de Desenvolvimento Humano 2010. Edição do 20º aniversário. Nova Iorque: PNDU, 2010.

estes se defrontam com uma série de situações de riscos, contingências e necessidades que os colocam em dependência e vulnerabilidade (CASTRO, 2013, p. 169).

Nas entrevistas com as associadas das entidades, questionamos sobre a importância das políticas públicas sociais no cotidiano das famílias quixabeirenses, incluindo também, a realidade das famílias das associadas quando beneficiárias dos programas sociais. Vejamos:

Olhe, bom seria se a gente não precisasse ter esses programas, né, mas infelizmente nós vivemos numa sociedade desigual, onde precisamos, é, pra igualar, precisamos ser desiguais, né, precisamos ter esses programas pra que a gente possa, é, ajustar as desigualdades que a nossa sociedade tem construído ao longo do tempo né e que vem aumentando a cada dia a passos largos [...] esses programas são muito importantes assim como também as cotas né nas universidades, não, eu não sou a favor das cotas, mas sei que elas precisam existir pra que a gente possa ter um pouco de igualdade né, pelo menos um pouco de igualdade, e sonho que a gente possa chegar um tempo que não precisaremos mais nem de programas sociais tipo bolsa família, nem cotas pra faculdade, porque a minha caminhada, é... em movimentos sociais, me leva a sonhar com isso, e é o que me move, acho que, não sei quando, mas a gente ainda vai conseguir uma sociedade igualitária [sic] (Maria José, Sócia Fundadora, AMTQ).<sup>112</sup>

Sim, com certeza, né, inclusive já fui beneficiada com cisterna, com Luz para Todos, através né, desses incentivos da associação [...] muito importante, principalmente na vida dos agricultores familiares, que somos, que fazemos parte, então assim, é muito importante... muito importante mesmo, [...] até 2013, a gente não tinha ainda o Luz para Todos, mas graças a Deus hoje temos, então assim... sentimos a grande diferença né... do tanto que é importante esse benefício pra cada um de nós [sic] (Edenilza Melo, Associada, AMTQ).<sup>113</sup>

Como se pode observar na fala da associada da AMTQ Edenilza Melo, há o incentivo da própria entidade em promover o apoio para que as suas associadas se inscrevam nos programas e projetos sociais. Este estímulo aproxima as sócias das políticas públicas de cunho social, como destaca a fala da associada da AMTQ Solange Rios, ao se referir às orientações passadas pela entidade no que diz respeito aos programas e projetos sociais: “[...] esse programa da cisterna mesmo, que a gente tem de produção mesmo, foi tudo depois que eu participo desses encontros que a gente tem, esses projetos que vem, tudo faz parte disso [...]”<sup>114</sup>, mesmo não sendo sócia desde a fundação da associação, a entrevistada Solange Rios ressalta a importância de estar participante atualmente e enfatiza a relevância das políticas sociais apoiadas pela entidade.

Abiran Silva, da AMA, sinaliza que as políticas públicas sociais implantadas no município são muito importantes para as famílias das mulheres associadas, apesar da entidade

<sup>112</sup> Entrevista realizada em 11 de novembro de 2020.

<sup>113</sup> Entrevista realizada em 11 de novembro de 2020.

<sup>114</sup> Entrevista realizada em 11 de novembro de 2020.

não poder monitorar diretamente as ações dos programas sociais, ela afirma que a grande maioria das associadas faz parte de alguns dos programas analisados aqui.

[...] a gente sabe que a maioria de nossas associadas faz parte de um ou de outro, e aí tá sempre passando, né, como foi bom, ter recebido, a cisterna, muitas das associadas que tem plantações em casa e fala da importância de ter recebido, principalmente aquela cisterna de calçadão que veio justamente pra atender essas demandas [...] as meninas, quase todas estão no Bolsa Família, fala que é importante, que é uma renda que veio pra agregar, se não fosse é [se] não tivesse fazendo parte, seria mais difícil tá tendo como atender né.. as necessidades da família, é... a gente sabe que são programas importantes pra comunidade e principalmente pra atender as famílias das mulheres que são chefes de família [sic] (Abiran Silva, Conselheira Fiscal, AMA).<sup>115</sup>

Gilvanda Mendes, uma das sócias fundadoras da AMA, relata a importância dos programas no sentido de ofertar dignidade humana para as mulheres e suas famílias, ressaltando ainda que o objetivo principal da entidade é justamente realizar um trabalho junto às famílias que se encontram em vulnerabilidade e risco social.

Olhe, eu vejo como um, um divisor de águas na vida da comunidade carente, por que, não tem nada mais triste pra uma mãe do que ela não ter um teto pra colocar seus filhos, não tem nada mais triste pra uma mãe, isso pra família, mas eu aponto a mãe, né.. ela não produzir nada, e assim, essas cisternas, quando elas são bem trabalhadas, é uma ferramenta de independência na vida das pessoas [...] eu diria que 70% participam desses programas, principalmente do Bolsa Família, porque o nosso trabalho é mais direcionado às famílias carentes, essas pessoas são beneficiárias desse programa aí, e é muito importante mesmo, muito importante [...] [sic] (Gilvanda Mendes, Sócia Fundadora, AMA).<sup>116</sup>

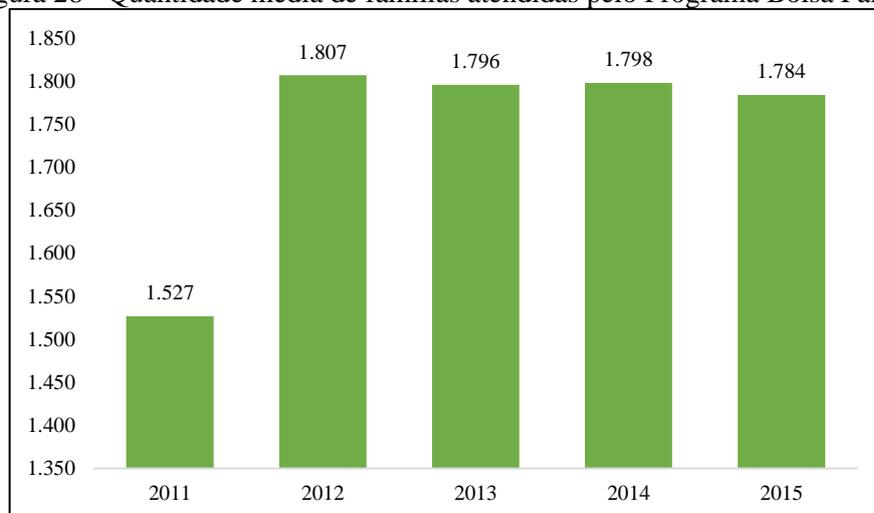
Fazendo um contraponto com as falas das entrevistas, traremos alguns dados interessantes sobre as políticas públicas estudadas, apresentando um panorama das mesmas no município de Quixabeira no período pesquisado. A começar pelo Programa Bolsa Família:

---

<sup>115</sup> Entrevista realizada em 03 de dezembro de 2020.

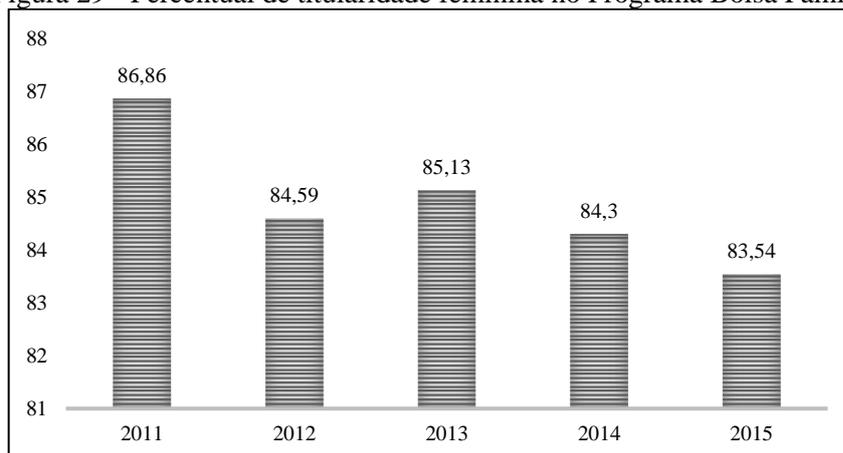
<sup>116</sup> Entrevista realizada em 30 de novembro de 2020.

Figura 28 - Quantidade média de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família



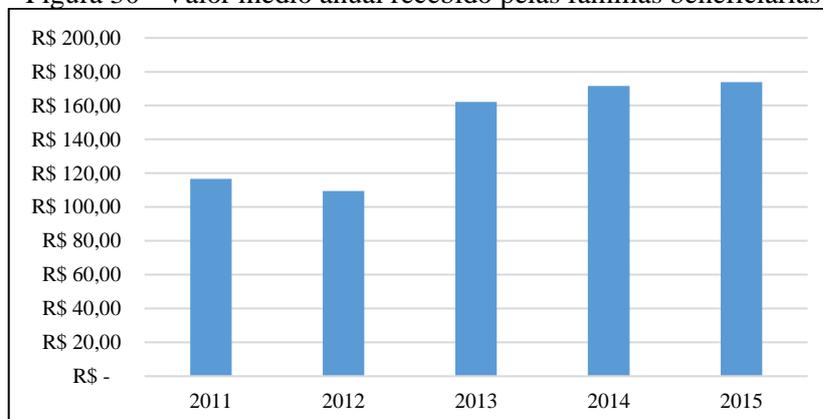
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEBEN/SENARC/SEDS/MC (2021).

Figura 29 - Percentual de titularidade feminina no Programa Bolsa Família



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEBEN/SENARC/SEDS/MC (2021).

Figura 30 - Valor médio anual recebido pelas famílias beneficiárias

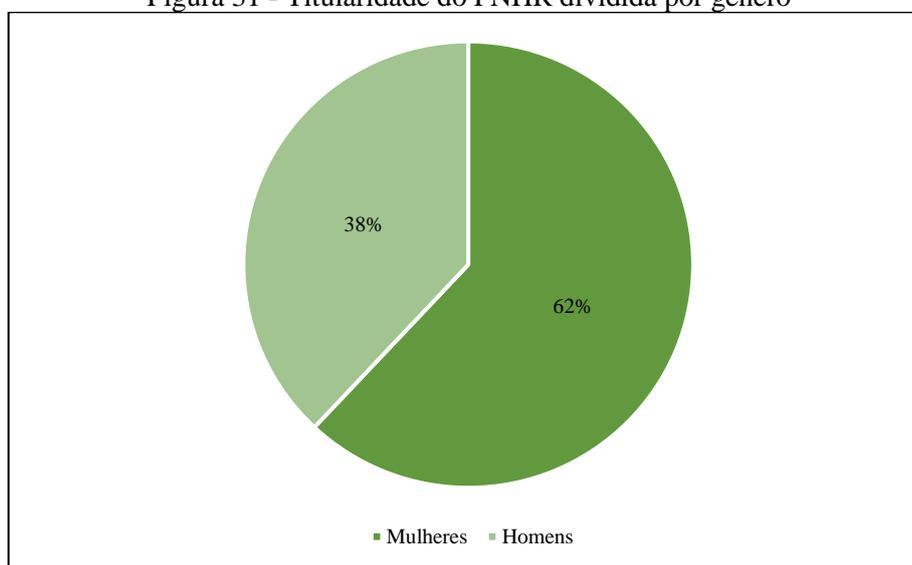


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEBEN/SENARC/SEDS/MC (2021).

O Bolsa Família é um dos programas mais populares do Governo Federal e que chega a todos os municípios do país, beneficiando milhões de pessoas todos os anos. No município de Quixabeira não seria diferente, atualmente, tendo como base o mês de setembro de 2020, o município possui 1.907<sup>117</sup> famílias beneficiadas pelo programa<sup>118</sup>. Como exposto anteriormente, o PBF é um programa de transferência direta de renda que possui suas condicionalidades, as famílias beneficiárias devem, em contrapartida, comprovar a frequência das crianças às escolas, especialmente em unidades escolares públicas, bem como, efetuar visitas periódicas aos postos de saúde, para que possam ser acompanhados o desenvolvimento educacional e de saúde da família (CAMARGO, 2017). Isto posto, Castro (2013, p. 185) sinaliza que os gastos governamentais em programas de transferência de renda como o Bolsa Família, contribuem sobremaneira para a queda da desigualdade social.

Sobre os programas habitacionais, o município de Quixabeira, entre os anos de 2011 e 2015 recebeu dois projetos habitacionais via Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV nos quais trabalhei como técnica social e que valem a pena serem observados. Sobre eles, vale destacar a presença maciça das mulheres enquanto titulares<sup>119</sup> do benefício recebido pela família, como demonstram os números nas figuras abaixo:

Figura 31 - Titularidade do PNHR dividida por gênero



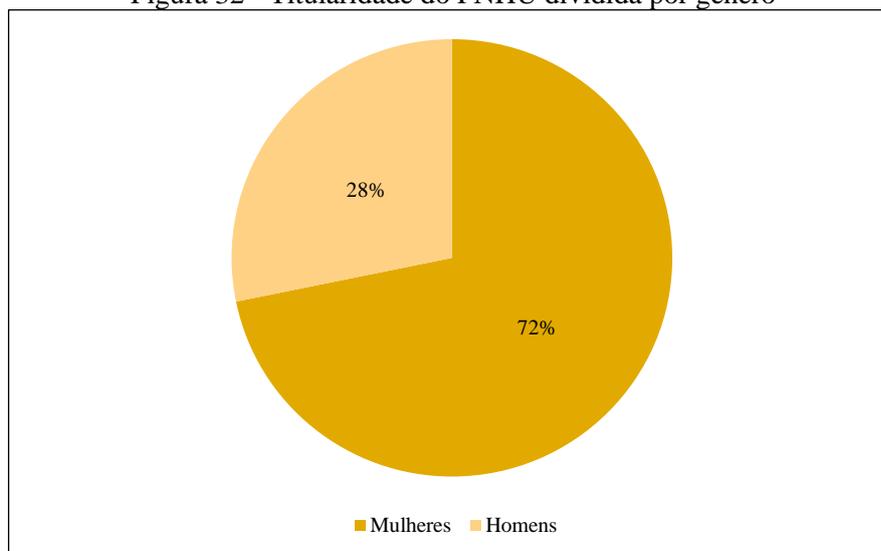
Fonte: Elaboração através de arquivos pessoais (2021).

<sup>117</sup> De acordo com o último censo realizado pelo IBGE, existiam em Quixabeira 3.036 domicílios, se este número representasse o quantitativo de domicílios quixabeirenses, teríamos mais de 62% dos domicílios familiares recebendo o benefício do Bolsa Família.

<sup>118</sup> Dados da plataforma digital VIS DATA 3 beta.

<sup>119</sup> Não é objetivo desta pesquisa debater sobre a feminilização dos programas sociais, porém, como as entidades objetos de pesquisa são representativas das mulheres, faz-se necessário observar o contingente de beneficiárias dos mesmos. Este pode ser um tema para uma pesquisa posterior.

Figura 32 - Titularidade do PNHU dividida por gênero



Fonte: Elaboração através de arquivos pessoais (2021).

As quase 90 (noventa) famílias beneficiadas pelo MCMV em Quixabeira, puderam, sem sobra de dúvidas, melhorar seu bem-estar social. O impacto positivo para uma família beneficiária está para além de receber uma casa, quando a melhoria habitacional ocorre, esta família dispõe de mais recursos financeiros para investir em outros setores que são fundamentais para a garantia de bem-estar para qualquer cidadã. Investe-se mais em alimentação, vestuário, educação e lazer. Portanto, uma moradia não se resume apenas a uma questão de infraestrutura, mas refere-se a um avanço social como um todo.

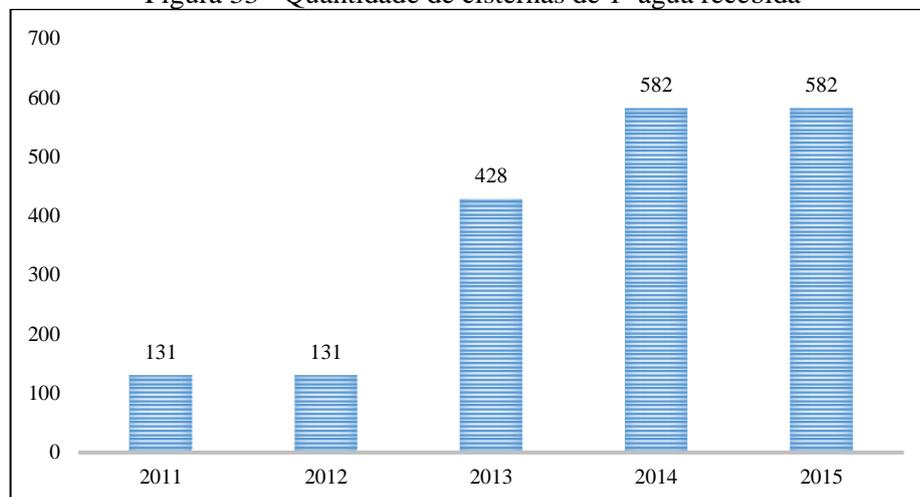
Durante o período em que trabalhei na SEDES, e, ao fazer as visitas técnicas necessárias para o andamento dos projetos ou ao receber as famílias beneficiárias para entrevistas, assinaturas de documentos, dentre outras atividades, o que mais ouvíamos eram relatos da profunda necessidade em obter o benefício social, como a casa ou a cisterna, por exemplo, para que a família pudesse melhorar sua condição social de vida. O benefício recebido não se limita a titular responsável, mas atinge positivamente todas as pessoas do núcleo familiar.

Passemos agora para o Programa Cisternas em Quixabeira. Segundo o ex-gestor municipal, Eliezer Costa, em conversa informal, o município, no período pesquisado, recebeu projetos de construção de cisternas através de várias instituições e órgãos públicos, como o Consórcio Territorial da Bacia do Jacuípe e também através de Organizações Não Governamentais – ONG's como a COFASPI<sup>120</sup>. Serão apresentadas figuras que demonstram o

<sup>120</sup> A Cooperativa de Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte (COFASPI) é uma Entidade social que têm por objetivo proporcionar aos agricultores e agricultoras familiares, assessoramento técnico em suas atividades agropecuárias, com a finalidade de promover uma agricultura economicamente viável, ecologicamente equilibrada, socialmente justa e culturalmente adaptada. Disponível em: <<http://cofaspi.com.br/conheca-a-cofaspi/>>. Acesso em 17 de abr. 2021.

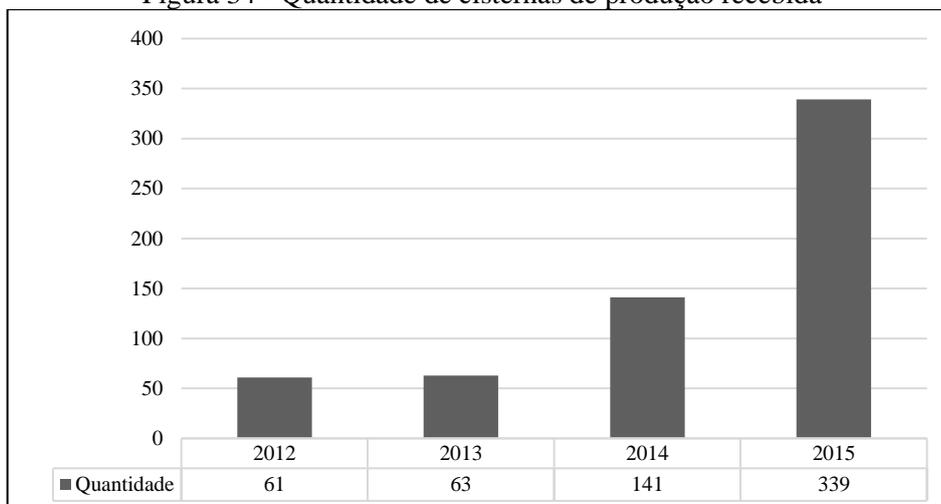
quantitativo de tecnologias hídras recebidas por famílias do município no que se refere à cisterna de 1ª água e cisternas de produção.

Figura 33 - Quantidade de cisternas de 1ª água recebida



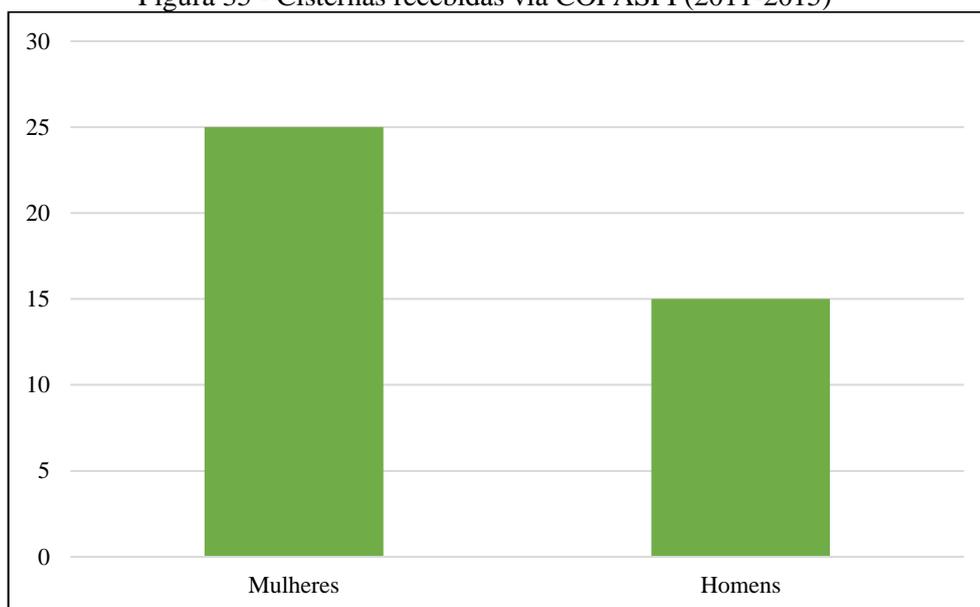
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da plataforma digital VIS DATA 3 beta (2021).

Figura 34 - Quantidade de cisternas de produção recebida



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da plataforma digital VIS DATA 3 beta (2021).

Desse quantitativo de tecnologias hídras recebidas pelas famílias em Quixabeira, dados conseguidos através da COFASPI, uma das entidades executoras da construção das cisternas, sinaliza que a maioria de unidades tiveram como titulares as mulheres.

Figura 35 - Cisternas recebidas via COFASPI (2011-2015)<sup>121</sup>

Fonte: Elaboração própria autora a partir de dados da COFASPI (2021).

As cisternas, especialmente as de produção, são tecnologias hídricas fundamentais para a população que convive diariamente com o semiárido. Com a construção das cisternas de produção, as famílias puderam plantar pequenas produções, como hortaliças, legumes e verduras, para o consumo próprio e também para a troca com seus vizinhos, e ainda a venda de seu próprio excedente. Além de tudo, é uma política social que promove dignidade para as famílias, principalmente para as mulheres, que historicamente estiveram à frente dos serviços domésticos, e no Nordeste, com o processo de buscar água nas fontes, que em muitos casos, ficavam distante de suas casas. Edisônia Moreira resgata esse papel da mulher na questão da água antes da chegada das tecnologias hídricas.

[...] e a segunda água que as mulheres foram beneficiadas diretamente com isso, né, porque quem colocava o pote na cabeça, descia pra o tanque, quando tinha um tanque próximo pra pegar água ainda era bom, mas quando não tinha, andava quilômetros em busca de água pra o consumo dentro de casa, isso melhorou muito, essa questão do armazenamento de água nas cisternas após as chuvas, é, então trouxe essa melhoria, essa qualidade de vida para as mulheres que isso tudo é dignidade né? [sic] (Edisônia Moreira, Sócia Fundadora, AMTQ).<sup>122</sup>

Através do processo de produção a partir das cisternas de produção, a AMTQ estimula suas associadas a trocar e/ou vender o excedente daquilo que não é consumido pela família. O

<sup>121</sup> As unidades de tecnologias hídricas dizem respeito aos tipos de cisternas de 1ª água e de produção. Optou-se por apresentar o quantitativo de ambas em um único gráfico.

<sup>122</sup> Entrevista realizada em 16 de novembro de 2020.

incentivo da entidade vem através da montagem de uma “Tenda Solidária” como denominaram o espaço de venda dos produtos orgânicos produzidos pelas mulheres associadas e suas famílias.

[...] vou pegar o exemplo da [trabalhadora] rural, ela trabalha junto com sua família na roça e do trabalho, da colheita que ela faz pra sua família, tem as sobras, tem os excedentes, então o que fazer com esse excedente? Chama um atravessador pra vender? Traz até a feira? Sim, mas isso não tava sendo suficiente, porque todas elas estavam tendo dificuldade pra trazer esse pouquinho, porque elas não produzem em grande escala, produzem pra família, como já falei e tem o excedente, então, essa foi uma das coisas que associação de mulheres desenvolveu bem, porque todas as mulheres começaram a trazer o excedente lá da sua produção e a gente montou um espaço pra comercialização, um espaço pra venda e formou-se uma barraca tudo de produtos saudáveis, porque foi produzido pra sua família, e essa outra parte pode ser oferecida pra comunidade, que são produtos de qualidade, produtos orgânicos [sic] (Maria José, Sócia Fundadora, AMTQ).<sup>123</sup>

Hilda Rios também enfatiza a importância dessa produção para a autonomia financeira das mulheres estimulada e fortalecida através das ações desenvolvidas dentro da associação.

[...] como o nosso município é um município que tem várias cisternas calçadão de produção e nós tá fazendo um trabalho agora onde tem a tenda solidária né que é voltada mesmo pra produção da agricultura familiar, então assim, o que a gente incentiva a elas produzir, ela ter, tá trabalhando em casa, como se diz né, cuidando da sua horta, tendo uma alimentação saudável pra sua família, e o pouquinho né, colocar lá na tenda, o pouquinho tá vendendo pra vizinha, o pouquinho tá trocando com a sua vizinha, porque se ela planta o alface e a vizinha planta o coentro, vamos fazer essa troca, então a gente trabalha também essa experiência né, a troca de experiência, a gente visa muito isso: vamos fazer a troca, e isso também é um diálogo entre nós, que é um autoestima, que ela vai, não poder produzir muito, mas o pouco que ela produzir, vamos fazer esse compartilhamento, então né, assim, depois que a gente visou a tenda solidária, né, tá um pouco mais aberto e elas tão entendendo a questão dessa política socialmente né, dessa.. dessa conjuntura que a gente precisa tá junto socialmente, então assim, é importante quando se fala desses projeto social, principalmente quando se fala da cisterna de produção, né, porque a gente vê que elas tem boa vontade de produzir e de tá, de ter um pouco de renda, né, pra sua família [sic] (Hilda Rios, Coordenadora Executiva, AMTQ).<sup>124</sup>

A produção das mulheres ligadas à AMTQ se faz através de um acompanhamento técnico, que se dá sob a instrução do preenchimento de uma “Caderneta Agroecológica”<sup>125</sup> que,

<sup>123</sup> Entrevista realizada em 11 de novembro de 2020.

<sup>124</sup> Entrevista realizada em 11 de novembro de 2020.

<sup>125</sup> A Caderneta Agroecológica surgiu em 2011 como uma proposta de formação do Programa Mulheres e Agroecologia do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), de Minas Gerais. Adaptada a partir de demandas das agricultoras. O objetivo é valorizar e incentivar o trabalho das mulheres produtoras da agricultura familiar, atividades que, em muitos casos não são visibilizadas e valorizadas. A Caderneta Agroecológica é utilizada pelas agricultoras para anotar e gerir o que produzem. Tudo é registrado, o que é consumido pela família, vendido, trocado ou doado. O trabalho com as Cadernetas Agroecológicas tem sido desenvolvido em parceria com a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiaterr), que vem adotando a ferramenta no trabalho de assistência técnica e extensão rural (Ater) desenvolvido em todo estado. Para saber mais, consultar: <http://www.sdr.ba.gov.br/node/6609>.

segundo relato da associada Solange Rios, é uma espécie de incentivo para que elas possam produzir e sistematizar através da caderneta a dinâmica de sua produção.

Porque a caderneta ela incentiva a gente né, tipo assim, o que eu produzo eu anoto ali tudinho, você tem uma noção por mês, o que você produziu, o que você consumiu, o que você doou, o que você vendeu, trocou, então só quando vai ver na caderneta: “menino, eu produzi tudo isso?” então, tudo isso através dessas associações, né, que se não fosse essas associações a gente não teria essas cadernetas [...] (Solange Rios, Associada, AMTQ).<sup>126</sup>

Nota-se, através dos relatos, a importância das políticas públicas sociais para o fortalecimento do vínculo das associadas com as próprias entidades, bem como, a execução de atividades próprias das associações, mas buscando o aproveitamento dos benefícios recebidos pelas famílias das associadas em anos anteriores através das políticas públicas sociais. Este trabalho não auxilia apenas na questão econômica das mulheres, mas valoriza o trabalho realizado por elas no dia a dia, elevando sua autoestima, promovendo a dignidade humana acima de tudo.

Apesar das entidades promoverem ações voltadas para o incentivo da venda dos produtos da agricultura familiar produzidos por meio das cisternas de produção, como a AMA<sup>127</sup> e a AMTQ com a montagem da “Tenda Solidária”, percebe-se ainda, em alguns casos, a falta de acompanhamento do poder público dos municípios com relação às famílias beneficiárias das cisternas de produção. No relato de Gilvanda Mendes, sócia fundadora da AMA, as cisternas de produção, quando bem trabalhadas, são ferramentas importantes para a independência das famílias, especialmente quando se trata do cultivo de produtos orgânicos, porém, existe uma lacuna no que diz respeito ao monitoramento do poder público no tocante à assistência para as famílias beneficiárias.

Eu vejo que, existe muitas cisternas abandonadas aqui em nosso município que não tem produtividade nenhuma e as pessoas, vão pra feira né, quem pode comprar, compra, quem não pode, passa falta, né, a família fica na falta, principalmente as crianças, ficam na falta de alguns nutrientes, e isso ocasiona uma série de problemas [...] sociais, né, principalmente na saúde, isso vai impactar diretamente na saúde [...] (Gilvanda Mendes, Sócia Fundadora, AMA).<sup>128</sup>

<sup>126</sup> Entrevista realizada em 11 de novembro de 2020.

<sup>127</sup> A entidade, por meio de processo licitatório no início do ano de 2020, ganhou uma disputa pelo edital para fornecimento de alimentos para a merenda escolar no município, fazendo a compra de itens como hortaliças, verduras, legumes e demais produtos da agricultura familiar, além de comprar produtos como bolos e polpas de frutas produzidas pelos grupos de produção formados por mulheres. Porém, com a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o fornecimento foi suspenso e os grupos deixaram de fornecer seus produtos e as compras dos produtos foi suspensa.

<sup>128</sup> Entrevista realizada em 30 de novembro de 2020.

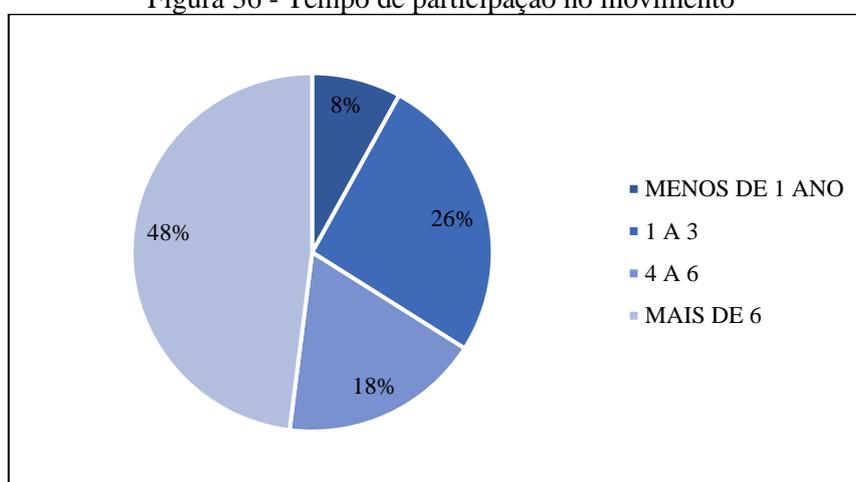
Apesar da crítica, Gilvanda Mendes, assim como as demais entrevistadas, sinaliza positivamente quanto a importância das políticas públicas sociais como um grande divisor de águas na vida das mulheres, especialmente quando se trata da questão da autonomia social, financeira, emocional, patrimonial, e que, ao serem beneficiadas através dos programas sociais, as mulheres são as principais impactadas pelos benefícios recebidos.

### 3.5 ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS DOS QUESTIONÁRIOS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

Nesta seção faremos a análise da parte III do “Questionário de Perfil”, que traz questões sobre a relação das participantes com os movimentos de mulheres e também com as políticas públicas analisadas ao longo da pesquisa.

Um dos itens perguntados para as participantes, para compreender o nível de envolvimento das mesmas com a própria entidade, foi o tempo que a mesma é associada ou participa das ações realizadas pelos movimentos de mulheres. O resultado se encontra na figura abaixo.

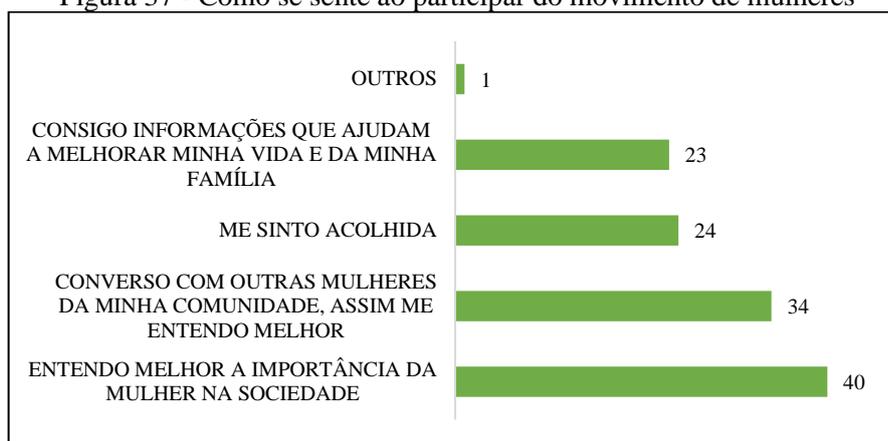
Figura 36 - Tempo de participação no movimento



Fonte: Elaboração própria (2021).

É válido ressaltar, que algumas das participantes fazem parte das entidades desde a sua fundação, então pode-se dizer que há mais de 10 (dez) anos existe a participação de algumas delas nos movimentos. Associado a este questionamento, também perguntamos como as mulheres se sentem considerando sua participação nos movimentos de mulheres. Neste item, as participantes puderam sinalizar mais de um tópico daqueles que foram apresentados.

Figura 37 - Como se sente ao participar do movimento de mulheres



Fonte: Elaboração própria (2021).

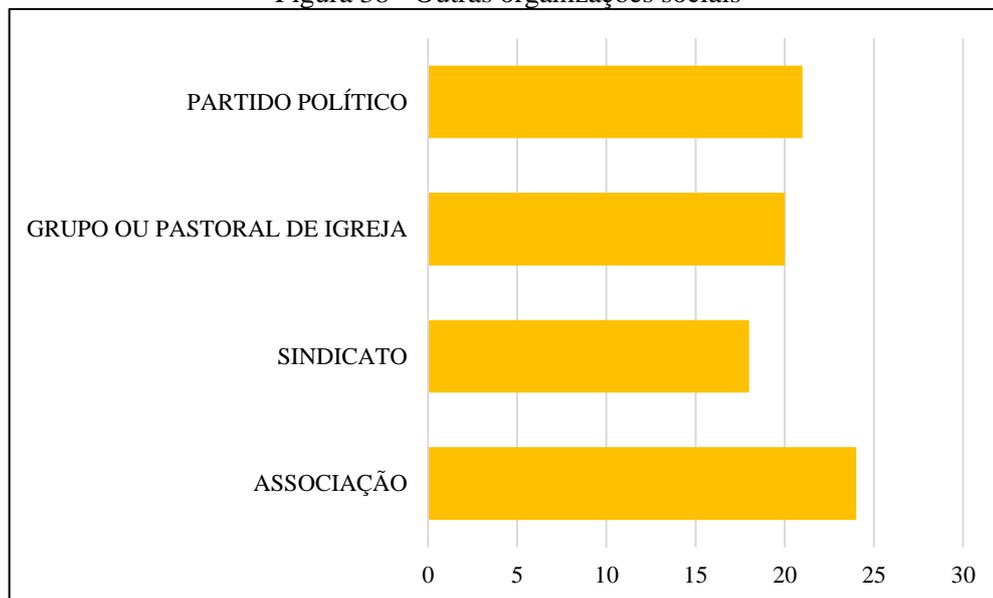
Observa-se que uma das participantes sinalizou o item “Outros” dentre os demais, ao especificar a marcação, a mesma sinaliza que ao participar das entidades, se sente incluída em um movimento social, ou seja, para ela, há a inclusão social das mulheres no aspecto da organização social, especificamente voltado para as mulheres na cidade de Quixabeira, por mais que as entidades não sejam “fechadas” à participação do público masculino, existe uma pauta principal que toca as causas pertinentes às mulheres de forma mais enfática.

As participantes foram também inquiridas sobre seu interesse em participar de um movimento de mulheres. Neste item, puderam sinalizar mais de uma opção, assim, 40 (quarenta) disseram gostar do contato com outras mulheres; 34 (trinta e quatro) afirmaram aprender novas coisas participando das reuniões; 24 (vinte e quatro) sinalizaram que compartilham suas experiências nos momentos dos encontros; 23 (vinte e três) disseram que participam pois recebem informações e orientações para participar de projetos e programas sociais; além disso, no item “Outros” uma das respondentes sinalizou que acha importante estar no movimento social, pois é relevante socialmente participar ativamente dos movimentos existentes na comunidade.

É comum, em cidades de pequeno porte como Quixabeira, as pessoas participarem de vários tipos de movimentos sociais e grupos de interesses distintos. Pensando nisso, foi perguntado para as participantes da pesquisa, se, além dos movimentos de mulheres, elas participam de outros tipos de organizações sociais, no qual, a resposta afirmativa foi de 64% (sessenta e quatro) e negativa de 36% (trinta e seis). Dentre as alternativas colocadas para serem assinaladas, as respondentes poderiam marcar mais de uma opção, foram mencionadas organizações como: associações, sindicatos, grupos ou pastorais de igrejas, partidos políticos e outros.

Assim, as associadas sinalizaram:

Figura 38 - Outras organizações sociais



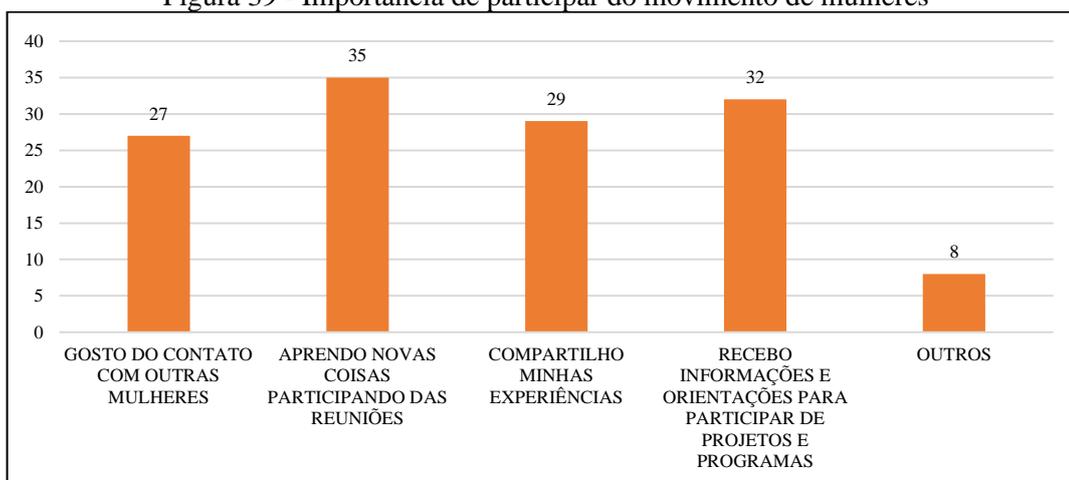
Fonte: Elaboração própria (2021).

Algo que me motivou a pesquisar sobre os movimentos de mulheres em Quixabeira, é a questão da importância de termos duas entidades organizadas por e para mulheres. Como já mencionado, e como a entrevistada Abiran Silva<sup>129</sup> salienta em sua fala: os movimentos não são restritos, mas tem um público feminino maciço. Desse modo, foi pertinente questionar sobre a importância da participação das mesmas em um movimento social organizado por mulheres e para mulheres. 100% (cem) das participantes afirmaram que é importante participar do movimento considerando o contexto abordado na pergunta.

Dessa forma, resolvemos complementar a questão com os seguintes itens, os quais, as participantes poderiam assinalar mais de um. Esclarecendo assim, a importância da participação no movimento e ao mesmo tempo, sinalizando qual impacto a participação trouxe para sua realidade.

<sup>129</sup> Entrevista realizada em 03 de dezembro de 2020.

Figura 39 - Importância de participar do movimento de mulheres

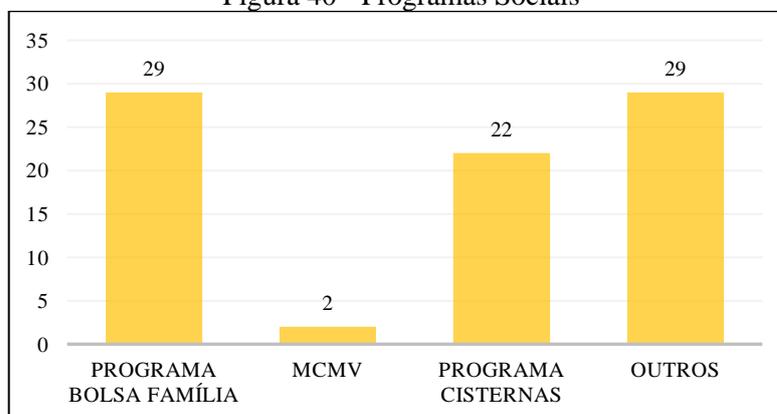


Fonte: Elaboração própria (2021).

Entre as participantes que assinalaram o item “Outros”, tivemos respostas subjetivas como a importância de participação ativa nas entidades existentes na comunidade, a importância das reuniões, palestras e encontros, além disso, uma resposta chama a atenção, quando a participante responde que “Participar do movimento de mulheres me faz sentir mais valorizada e perceber o quanto sou importante enquanto mulher”.

A questão número 5 (cinco) do questionário, perguntou se a participante é ou já foi beneficiária de algum programa social do governo, nos níveis federal, estadual ou municipal. As respostas afirmativas chegaram a 82% (oitenta e dois) e as que assinalaram negativamente, alcançou um percentual de 18% (dezoito). Dentre os programas sociais elencados na pesquisa, estão o Programa Bolsa Família - PBF, o Minha Casa Minha Vida – MCMV e o Programa Cisternas, além disso, foi indicado o item “Outros” para respostas subjetivas, que também tiveram menções.

Figura 40 - Programas Sociais



Fonte: Elaboração própria (2021).

No item “Outros”, as participantes elencaram algumas políticas públicas das quais foram ou são beneficiárias, como: Garantia Safra<sup>130</sup>, Auxílio Emergencial (período de pandemia), Kit’s de produção de criação de aves (galinheiros) e de caprinos e ovinos (aprisco), Kit’s de plantio de Palma<sup>131</sup>, Programa Universidade para Todos - PROUNI, Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR<sup>132</sup> (conhecido também como Plataforma Freire).

A questão seguinte as inquiriu se, de alguma forma, após participarem de algum dos programas ou projetos sociais promovidos pelas políticas públicas, suas vidas e, conseqüentemente das suas famílias melhoraram. 41 (quarenta e uma) participantes assinalaram afirmativamente sobre as melhorias em sua vida, 1 (uma) assinalou que não percebeu nenhum tipo de melhoria, e 8 (oito) não assinalaram nenhum dos itens, visto que nem todas são ou já foram beneficiárias de algum tipo de programas ou projetos sociais.

A pergunta número 7 (sete) questionou para as participantes que residem na zona rural se já receberam algum tipo de tecnologia de captação de água, mais especificamente as cisternas de 1ª e 2ª água (cisternas de produção). Das respondentes desta questão, 29 (vinte e nove) afirmam que receberam cisternas e 2 (duas) participantes afirmaram não terem recebido nenhum tipo de tecnologia hídrica. Em consonância com a questão 7, a pergunta 8 inquiriu se, caso tivessem recebido, elas e suas famílias produziam algum alimento ou produto com a água armazenada. As respostas demonstram a importância das tecnologias hídricas para a população do semiárido, conforme a fala de algumas delas durante a aplicação dos questionários, “A gente produz de tudo um pouco”.

Os exemplos de produtos produzidos foram muito variados e os mais relevantes foram as hortaliças (coentro, alface, cebolinha, couve, etc.); ervas e plantas medicinais; árvores frutíferas (banana, acerola, manga, laranja, limão, mamão, cajá, maracujá, goiaba, morango, tomate, etc.); legumes e verduras (quiabo, abóbora, cebola, cenoura, batata, batata-doce); além

---

<sup>130</sup> O Garantia-Safra (GS) é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sistematicamente sujeitos a perda severa de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-o-garantia-safra>.

<sup>131</sup> Alguns desses kit’s de produção chegaram às mãos das agricultoras e suas famílias através dos movimentos de mulheres e de outras organizações sociais, como Sindicatos e especialmente outras associações de produtoras e produtores rurais, que possuem vínculos com as entidades pesquisadas.

<sup>132</sup> O Parfor é um programa emergencial criado para permitir a professores em exercício na rede pública de educação básica o acesso à formação superior exigida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Na Bahia, o mesmo foi executado através de parceria com a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, no município de Quixabeira – BA, cerca de 50 (cinquenta) professoras e professores obtiveram licenciatura plena em Pedagogia através do programa. Para saber mais, consultar: <[http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35038#:~:text=O%20Parfor%20%C3%A9%20um%20programa,da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20\(LDB\)](http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35038#:~:text=O%20Parfor%20%C3%A9%20um%20programa,da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20(LDB).)>.

de aipim, feijão de corda<sup>133</sup>, feijão andú<sup>134</sup>, e ainda, há a produção de mudas das plantas, que também são vendidas. A água armazenada também ajuda muito na criação de animais de pequeno porte como aves, especialmente as galinhas<sup>135</sup> e também ovinos e caprinos (ovelhas, bodes e cabras).<sup>136</sup>

Interessante pensar que as produções mencionadas, não são utilizadas apenas para o consumo das famílias, mas também servem de “moeda de troca” com os vizinhos que produzem outros alimentos e também como forma de garantir um complemento na renda das famílias que vendem o excedente nas feiras livres, de porta em porta na forma de encomenda semanal, ou, como sinalizado nas falas das entrevistadas da AMA e da AMTQ, como produtos vendidos para a merenda escolar via licitação e também vendidos na “Tenda Solidária”, projeto encabeçado pela AMTQ, para auxiliar a venda direta das produtoras para as consumidoras finais, sem necessitar de um “atravessador” para canalizar as vendas, aumentando os lucros para as agricultoras e suas famílias. Abaixo, exemplo de um quintal produtivo, desenvolvido a partir da utilização das cisternas.

Figura 41 - Quintal produtivo<sup>137</sup>



<sup>133</sup> O feijão de corda é muito consumido no Nordeste ainda verde ou maduro, sendo uma variedade do feijão fradinho, é um grão que não produz caldo, utilizado também para saladas e aperitivos.

<sup>134</sup> Conhecido no Nordeste por feijão andú, o feijão guandu é um alimento de origem africana. Como se adapta muito bem a climas secos e solos pobres e pouco férteis, é bastante encontrado em regiões semiáridas, por isso, muito encontrado no Nordeste brasileiro. Seus grãos são consumidos ainda verdes e também secos.

<sup>135</sup> As aves são vendidas para reprodução, abate ou já abatidas, bem como são vendidos os ovos produzidos pelas mesmas.

<sup>136</sup> Uma participante respondeu que, apesar de não ser ou ter sido beneficiária do Programa Cisternas, possui tecnologias hídricas em sua residência construídas com recursos próprios, afirmando produzir hortaliças em seu quintal para consumo da família, o que contribui de forma significativa para o ganho em renda e no consumo de alimentos saudáveis.

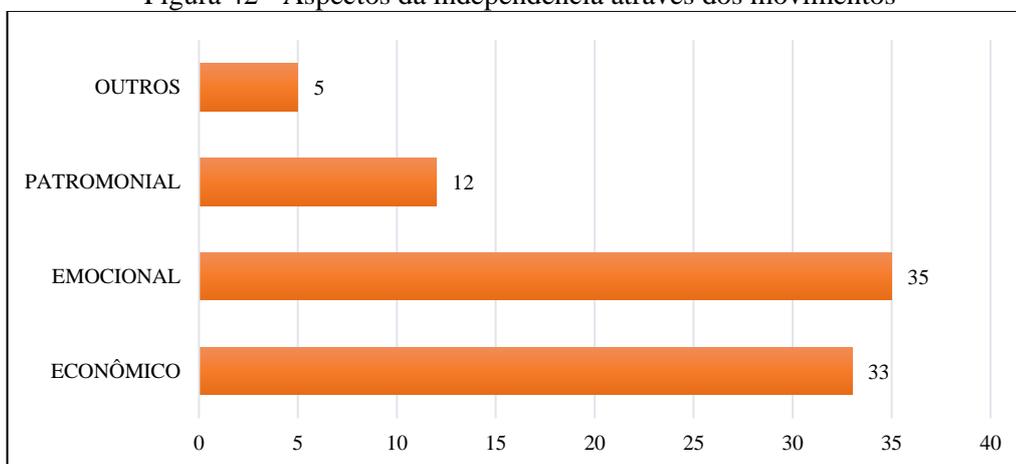
<sup>137</sup> As imagens foram feitas no dia da aplicação dos questionários na zona rural, durante o trabalho de campo. A participante é uma das beneficiárias das tecnologias de captação de água, cisternas de 1ª e de 2ª água.



Fonte: Arquivo pessoal (2021).

Questionamos também se as participantes acreditam que os movimentos de mulheres as ajudam a desenvolver mais independência, neste sentido, 98% (noventa e oito) responderam que sim, as iniciativas das associações as auxiliam a melhorar sua situação de vida, bem como de sua família, e apenas 2% (dois) responderam negativamente. Das participantes que assinalaram afirmativamente, estabelecemos os aspectos Econômico, Emocional, Patrimonial e Outros, itens que poderiam ser assinaladas mais de uma opção. Assim, responderam as participantes conforme apresentado na Figura 40:

Figura 42 - Aspectos da independência através dos movimentos



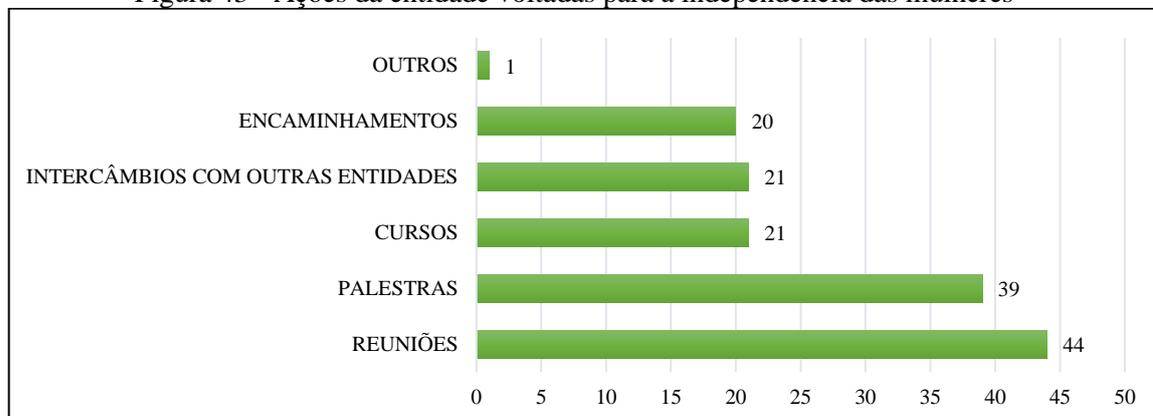
Fonte: Elaboração própria (2021).

Dentre as participantes que assinalaram o item “Outros”, uma delas salienta que o movimento contribuiu para sua independência social, na perspectiva de estar inserida e participando ativa e socialmente, tanto da entidade da qual faz parte, quanto de outros movimentos e grupos sociais de sua comunidade.

A questão 10 perguntou se o movimento de mulheres do qual as participantes são associadas, realiza alguma ação voltada para a questão da independência da mulher, 100% (cem) das participantes respondeu que sim, as entidades desenvolvem ações neste sentido. Em

caso de resposta afirmativa, foram disponibilizados os itens que poderiam ser marcados mais de um. Assim foram as respostas das participantes:

Figura 43 - Ações da entidade voltadas para a independência das mulheres<sup>138</sup>



Fonte: Elaboração própria (2021).

Uma das respondentes sinalizou no item “Outros”, que a entidade da qual participa, desenvolve atividades de geração de renda através do “Projeto de Reciclagem”, como as ações próprias das entidades não são objeto da presente pesquisa, não nos aprofundaremos nesta atividade neste momento, porém, é válido ressaltar que as entidades possuem atividades e ações próprias, como sinalizado anteriormente.

Por fim, a questão 11 (onze) inquiriu se a entidade incentiva suas associadas a participarem e/ou se cadastrarem em programas e projetos sociais dos governos, como o Programa Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Programa Cisternas, entre outros). 90% (noventa) responderam que sim, a entidade incentiva e orienta a busca pelo cadastramento, e os outros 10% (dez), sinalizaram negativamente.

<sup>138</sup> O item “Encaminhamentos” se refere aos encaminhamentos para os atendimentos aos serviços públicos (CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, Secretarias de Agricultura, Assistência Social, Saúde, etc.).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever, pesquisar sobre as mulheres, é um desafio que ressignifica cada experiência acadêmica. Um trabalho de pesquisa busca em sua essência, responder objetivamente aos questionamentos que nortearam o início do percurso. Compreender os conceitos propostos pelo trabalho, foi essencial para, paulatinamente, revelar ainda mais a importância da presença e dos papéis das mulheres nas mais diversas esferas da nossa sociedade. Adentrar aos espaços de sociabilidades, de vivências das mulheres quixabeirenses foi uma experiência fantástica. Por mais que as mulheres tenham ganhado espaço público dentro das mais diversas atividades do cotidiano, da política aos cargos de chefia de empresas, por exemplo, compreender os aspectos que compõem a construção dessas trajetórias, nos permite ampliar o olhar para a forma como as mulheres, sabiamente, conseguem galgar esses espaços, considerando que vivemos em uma sociedade ainda de características profundamente patriarcais.

O surgimento das políticas públicas brasileiras foi bastante diferente do que ocorreu em outros países capitalistas, a exemplo dos países europeus, em que as políticas surgem a partir de iniciativas estatais. Aqui, a emergência se dá através das movimentações sociais em seus mais amplos aspectos, o que moveu, a partir da pressão social, o próprio Estado para a inclusão das políticas públicas como fundamentais para a garantia do bem-estar social da sociedade brasileira.

Refletir sobre a construção do Estado Brasileiro impactou no reconhecimento dos direitos sociais das cidadãs. O Brasil foi e ainda é um país que possui uma grande desigualdade social, isso se dá através das práticas de um passado não tão distante e que abriu diversas lacunas sociais. Com um histórico de escravidão, golpes de Estado, privilégios das elites, períodos ditatoriais, este cenário aliado a uma política que não propôs um projeto de desenvolvimento que oportunizasse a todas as pessoas a inclusão social, apresenta um país que ainda vivencia múltiplos problemas sociais. E isso ficou ainda mais claro a partir da análise conceitual realizada neste trabalho.

A presença dos movimentos sociais foi importante para modificar as estruturas da administração pública no país, principalmente no que diz respeito às políticas públicas. Os movimentos sociais, especialmente a partir dos anos 1960, podem ser considerados como peças fundamentais para o surgimento de políticas sociais, considerando sua tipologia e finalidade. A existência das políticas públicas, pode ser considerada como uma porta de entrada para a garantia dos direitos sociais. E neste caso, as mulheres têm uma importante parcela de contribuição.

O primeiro passo para compreender a importância das políticas públicas para a sociedade brasileira, está em analisar o Artigo 6º da Constituição Federal de 1988, que diz: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2016, p. 18). A partir desta análise, subentende-se que, todas as pessoas possuem seus direitos sociais garantidos, mas na prática, é preciso muito mais que um artigo na Carta Magna para a seguridade dos mesmos.

A razão da importância dos movimentos sociais para o fortalecimento das políticas públicas, consiste no fato das reivindicações sociais estarem pautadas a partir das carências apresentadas por determinado grupo, principalmente junto aos órgãos públicos. A ausência do poder público na promoção e garantia dos direitos sociais, levou inúmeros grupos a se organizar e pressionar o Estado. Os movimentos sociais em sua base, são compostos por uma base nitidamente popular (JACOBI, 1987). Entre essas pessoas, devemos considerar as mulheres como fortes lideranças nos movimentos, desde à luta pela diminuição do preço dos alimentos, por creches e escolas para as crianças, até os direitos à moradia digna, foram lutas empunhadas pelas mulheres em busca de uma sociedade mais igualitária e justa para todas.

Cabe destacar, que não foi foco desta pesquisa analisar a feminilização das políticas públicas. As mulheres historicamente, são as principais responsáveis pelos cuidados com crianças, pessoas idosas e doentes, devido a divisão sexual do trabalho baseada no gênero. Na análise das políticas públicas sociais desta pesquisa, nota-se que, a exemplo do Programa Bolsa Família - PBF e do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, as titularidades são preferencialmente postas como responsabilidade das mulheres. O Programa Bolsa Família, no município de Quixabeira, como apontado na Figura 27, entre os anos de 2011 a 2015, possuía mais de 80% (oitenta) da titularidade dos cadastros estava em nome das mulheres chefes de família. Ou seja, algumas regras dos programas colocam como preferência a titularidade para as mulheres, vistas como as principais responsáveis pelos cuidados com saúde, moradia, alimentação, entre outros aspectos, no núcleo familiar.

As experiências das entidades que pesquisamos foram fundamentais para evidenciar tanto a importância das políticas públicas sociais analisadas neste trabalho, quanto a importância das ações dos movimentos de mulheres para a ampliação da garantia dos direitos sociais. Vale considerar que algumas políticas públicas sociais podem ser acessadas através das entidades de organização social, a exemplo dos programas MCMV e Cisternas, que podem ter como proponente tanto o poder público, como associações, apesar de ser um fator que deve ser considerado, as entidades pesquisadas ainda não foram proponentes de nenhum desses

programas, mas, como exposto nos depoimentos colhidos, as entidades promovem a divulgação e incentivo para que suas associadas se inscrevam e busquem os benefícios sociais promovidos através das políticas públicas.

Apesar de não acompanhar diretamente a implementação das políticas públicas, os movimentos de mulheres sinalizaram a importância das mesmas para o fortalecimento de vínculos entre as associadas e as próprias entidades. Para a associada da AMTQ Solange Rios, quando sinaliza que foi através das reuniões e orientações técnicas promovidas pela entidade, por meio das formações, que conseguiu melhorar sua produção de hortaliças produzidas com as águas da cisterna de produção, e, além de utilizar para o consumo domiciliar, consegue vender o excedente e obter uma renda complementar para sua família<sup>139</sup>. Ainda que tenhamos depoimentos como o de Solange Rios, é válido considerar o que sinaliza Gilvanda Mendes<sup>140</sup> da AMA, quanto a ausência de parte do poder público municipal no que se refere ao acompanhamento técnico das famílias beneficiárias das políticas públicas, uma assessoria mais eficaz poderia render melhores frutos para as famílias e para a comunidade de forma geral.

Considerando os dados extraídos a partir do “Questionário de perfil” aplicado para as 50 (cinquenta) beneficiárias, conseguimos informações muito importantes para a pesquisa, a exemplo dos resultados expostos na Figura 37, resultado do questionamento referente à importância da participação no movimento de mulheres e o impacto dessa atividade em seu cotidiano, 32 (trinta e duas) participantes assinalaram receber informações e orientações para participar de programas e projetos, isso representa que 64% (sessenta e quatro) das associadas receberam informação de como acessar as políticas públicas ofertadas no município. Ainda nesse sentido, inquiridas se já participaram ou foram beneficiárias de alguma política pública, 82% (oitenta e dois) responderam afirmativamente, incluindo algumas políticas públicas que não foram foco da pesquisa.

Mesmo não sendo proponentes das políticas públicas, os movimentos de mulheres buscam incentivar as beneficiárias que possuem as cisternas de produção, por exemplo, a melhorar sua produção de alimentos orgânicos que podem ser consumidos pela família, e seu excedente trocado com os vizinhos, ou ainda, vendidos para outros consumidores. A AMTQ promove a “Tenda Solidária”, que oportuniza suas associadas a trazerem o excedente para a sede do município e vender no dia da feira livre<sup>141</sup>, sem precisar de “terceiros” para realizar a

---

<sup>139</sup> Entrevista realizada em 11 de novembro de 2020.

<sup>140</sup> Entrevista realizada em 30 de novembro de 2020.

<sup>141</sup> No momento em que foram realizadas as entrevistas e a aplicação dos questionários, as atividades da “Tenda Solidária” estavam suspensas devido a pandemia do COVID-19, porém as atividades começaram a ser retomadas

venda, promovendo uma atividade que pode gerar renda e melhorar a qualidade de vida da família como um todo.

Um ponto convergente entre as políticas públicas sociais e os movimentos de mulheres analisados, diz respeito à busca pelo bem estar social das famílias beneficiárias das ações promovidas em ambos os casos. As entidades buscam melhorar as ações que promovem, com o objetivo de acessar mais famílias, e, conseqüentemente, as informações e orientações sobre as políticas públicas sociais acabam chegando a mais associadas, fortalecendo os vínculos dos movimentos sociais com suas associadas.

Ao analisar o impacto das políticas públicas sociais para o fortalecimento dos movimentos de mulheres, ficou claro, através desta pesquisa, que a promoção das ações direcionadas pelas entidades no que se refere à orientação das suas associadas para terem acesso aos programas e projetos, melhorou evidentemente a relação das entidades com suas associadas, e, como resultado, proporciona também mudanças individuais em suas próprias associadas.

Analisando os impactos das políticas públicas diretamente nos movimentos de mulheres, percebemos a importância das mesmas para o desenvolvimento e fortalecimento das entidades, bem como, de suas próprias associadas. Cabe um destaque para o Programa Cisternas, que através das ações desenvolvidas pelas famílias beneficiárias do programa, conseguem, com o incentivo apresentado pelas entidades, produzir para consumo e venda de itens produzidos utilizando as águas das cisternas de produção.

O percurso dessa pesquisa foi muito significativo e importante para mim, e destaco alguns pontos que não podem deixar de ser mencionados. Um deles é o fato de perceber que, ao participar de um grupo organizado de mulheres e para mulheres, possibilita momentos significativos de trocas de experiências entre seus pares. Não é somente receber a informação, participar do programa ou projeto, ser beneficiada; as experiências estão muito além disso. Os encontros, os diálogos, são momentos de troca, de apoio mútuo em inúmeros aspectos, que perpassam a melhoria econômica da família, mas que submerge e transpassa ao amparo emocional, afetivo, que muitas mulheres necessitam no dia a dia, para o enfrentamento dos vários desafios que nos são impostos cotidianamente. E neste período de pandemia que estamos vivenciando, são momentos que fazem falta para as mesmas, como fora sinalizado por alguma das entrevistas.

Por vezes, nas falas das entrevistas, tornou-se evidente a importância do movimento de mulheres como um lugar de compartilhamento e de amparo, e isso, sem dúvidas, ressignifica o

---

no início do ano de 2021 e as vendas estão acontecendo seguindo os protocolos sanitários, nos dias em que ocorrem as atividades da feira livre.

trabalho do movimento social. Trabalhar a autoestima, a importância que a mulher tem na construção da nossa sociedade, apresentá-la como protagonista e não coadjuvante de sua própria trajetória, lutar contra a violência de gênero, contra a violência doméstica, tem um impacto relevante na vida dessas mulheres, e esses apontamentos tornam claro que, o papel dos movimentos de mulheres está longe de causar mudanças apenas de caráter econômico. É um trabalho que traz resultados de bem estar, em amplos aspectos e sentidos.

Em outras experiências de pesquisas acadêmicas, em que também trabalhei com questões relacionadas ao gênero, pude adentrar sobre inúmeras histórias, que foram importantes para compreender a construção dos papéis diversos das mulheres na sociedade. Mas este trabalho, especificamente, foi muito significativo, pois pude falar através de um lugar que já possuía uma certa intimidade. Apesar dos distanciamentos exigidos pela pesquisa acadêmica, pude perceber outros aspectos ainda não vislumbrados pelas minhas vivências nos movimentos de mulheres, e este fato tornou-se mais evidente durante a pesquisa de campo.

Quando do planejamento da pesquisa de campo, a aplicação de questionários e das entrevistas, havia programado reuniões com as mulheres na sede do município<sup>142</sup>, porém, com a pandemia do novo coronavírus, as reuniões precisaram ser ajustadas para novos formatos. Então, tive que me deslocar para as comunidades, fazendas, povoados. Literalmente, adentrei nas casas das associadas, obviamente, cumprindo os protocolos sanitários de distanciamento social e higienização.<sup>143</sup> As entrevistas foram feitas em escritórios, cozinhas e quintais. Os questionários aplicados em meio a hortas, na produção da casa de farinha (beijús de tapioca e farinha de mandioca), no quintal produtivo, na companhia do café, do cuscuz e dos mais variados quitutes nordestinos. Os produtos que as mulheres sinalizavam produzir com as águas das cisternas, estavam ali, presentes na mesa, durante o trabalho de campo. Só posso afirmar, mais uma vez, que a complexidade do trabalho acadêmico, das exigências que são comuns nesses casos, foram coroadas com as trocas proporcionadas por esse trabalho exaustivo, mas gratificante.

As experiências apresentadas pelas mulheres foram fundamentais para que este trabalho chegasse até aqui. Apesar de toda essa trajetória, é preciso dizer que esta experiência de pesquisa não se encerra aqui, pelo contrário, existem diversos aspectos que podem ser trabalhados em estudos futuros. É certo que podemos considerar esta pesquisa como uma

---

<sup>142</sup> Seria a forma mais prática de reunir as mulheres, visto que temos muitas associadas residentes em povoados e fazendas do município.

<sup>143</sup> Foi feita aquisição de canetas para uso individual, álcool gel e papel toalha para higienização das mãos e possíveis materiais utilizados, e também máscaras novas para o caso de alguma participante precisar.

contribuição importante para a construção científica, a qual outras pesquisadoras possam se debruçar para reflexões acadêmicas posteriores.

## REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Neera. SILVA, Marcelo Kunrath. TATAGIBA, Luciana. Movimentos Sociais e Políticas Públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova**, São Paulo, 105: 15-46, 2018.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVES, Ana Carla Farias. ALVES, Ana Karina da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. **IV Seminário CETROS**, Fortaleza – CE, 2013. p. 113-121.

AMORIM, Marília. Vozes e silêncio no texto de pesquisa em Ciências Humanas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 7-19, julho/2002.

ANASTASIA, Antonio Augusto Junho. PIRES, Maria Coeli Simões. O papel do federalismo na execução das políticas públicas: impactos na distribuição de receita pública e nas responsabilidades dos entes federados. In: MENDES, Gilmar. PAIVA, Paulo. **Políticas Públicas no Brasil: uma abordagem institucional**. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 49-74.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. In: SARAIVA, Enrique. FERRARECI, Elisabete. **Políticas Públicas**. Coletânea – Volume 2. Brasília: ENEP, 2006. p. 91-110.

BAHIA. **Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia, Programa Faz Cidadão: Plano de Desenvolvimento Municipal Local, Integrado Sustentável de Quixabeira**, Salvador: UNEB, 1999.

BATISTA, Naidison de Quintela. CAMPOS, Carlos Humberto. Caracterização do Semiárido brasileiro. In: CONTI, Irio Luiz. SCHROEDER, Elson. MEDAGLIA, Vicente Rahn. **Construindo saberes, cisternas e cidadania. Formação para a convivência como semiárido brasileiro**. Editora IABS. Brasília. 2014. p. 47-48.

BARTHOLO, Letícia. Bolsa Família e relações de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais. **Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo**, Brasília – DF, nº 55, agosto de 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2010.

BLOGUEIRAS FEMINISTAS. **Linguagem inclusiva de gênero em trabalho acadêmico**. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/08/linguagem-inclusiva-de-genero-em-trabalho-academico/>>. Acesso em 17 de abr. 2021.

BONETTI, Alinne de Lima. Antropologia feminista: o que é esta antropologia adjetivada? In: BONNETI, Ângela. LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de. (org.). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador: EDUFBA: NEIM, 2014. p. 53-67.

BORBA, Ângela. FARIA, Nalu. GONDINHO, Tatau (orgs.). **Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

BOURDIER, Pierre. **A dominação masculina**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAGA, Hilda Maria Cordeiro Barroso. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos de investigação, elaboração de trabalhos acadêmicos e publicações científicas**. São Paulo: Laços, 2015. P. 101-108.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, jan/jun. 2007, p. 11-27.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em 27 de out. de 2019.

BRASIL. **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**. Bolsa Verde. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-verde/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 19 de set. 2020.

\_\_\_\_\_. **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**. Programas Sociais. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>, acesso em 27 de jul. 2020.

BRASIL DEBATE; Fundação Friedrich Ebert. **Austeridade e Retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil**. São Paulo. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14632.pdf>. Acesso em: 26 de jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências. **Presidência da República**. 16 jun. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7499.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7499.htm). Acesso em: 26 de jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.606 de 10 de dezembro de 2018. Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas. **Presidência da República**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9606.htm#art22](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9606.htm#art22). Acesso em 05 de ago. 2020.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, 15 set. 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm). Acesso em: 26 de jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.836/2004. Cria o Programa Bolsa Família. **Presidência da República**, Casa Civil. Brasília: 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.836%2C%20DE%209%20](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.836%2C%20DE%209%20)

DE%20JANEIRO%20DE%202004.&text=Cria%20o%20Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia,Art. Acesso em 27 de jul. de 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Presidência da República**. 08 set. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/L11977compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L11977compilado.htm). Acesso em: 27 de jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Saúde**. Programa Estratégia da Família. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/saude-da-familia/sobre-o-programa>. Acesso em: 19 de set. 2020.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Saúde**. Rede Cegonha. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/rede-cegonha>. Acesso em: 19 de set. 2020.

\_\_\_\_\_. Modelo da Tecnologia Social de Acesso a Água nº 21. Cisterna de Calçadão de 52 mil litros. **MDS**. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/cisternas\\_marcolegal/tecnologias\\_sociais/Cisterna\\_Calcaado\\_de\\_52mil\\_21/Anexo\\_IO\\_N15\\_1912%202017.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/cisternas_marcolegal/tecnologias_sociais/Cisterna_Calcaado_de_52mil_21/Anexo_IO_N15_1912%202017.pdf). Acesso em 05 de ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **MDS**. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Programa Cisternas. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/aceso-a-agua-1/programa-cisternas>. Acesso em: 05 de ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **MDS**. Sistema Único de Assistência Social. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>. Acesso em: 19 de set. 2020.

\_\_\_\_\_. **MDR**. Programa Minha Casa Minha Vida. Modalidades. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/minha-casa-minha-vida/modalidades-1>. Acesso em: 27 de ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **MEC**. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em: 19 de set. 2020.

\_\_\_\_\_. Portaria Interministerial, nº 484, de 28 de setembro de 2009. Define as condições necessárias à implementação do Programa Minha Casa Minha Vida para municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes. **Diário Oficial da União**. 28 set. 2009. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/09/2009&jornal=1&pagina=32&totalArquivos=96>. Acesso em: 26 de jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Receita Federal**. Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/sobre/institucional>. Acesso em: 19 de set. 2020.

- CAMARGO, José Márcio. Condicionalidades e incentivos: programas condicionados de transferência de renda. In: MENDES, Gilmar. PAIVA, Paulo. **Políticas Públicas no Brasil: uma abordagem institucional**. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 305-316.
- CANO, Wilson. **Brasil: construção e desconstrução do desenvolvimento**. Economia e Sociedade, v. 26, n. 2 (60), p. 265-302, ago. 2017. Campinas, SP: Unicamp.
- CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. In: **BB**, São Paulo, nº 61, 1º semestre de 2006, p. 25-52.
- CARDOSO JR. José Celso de. CASTRO, Jorge Abrahão. Economia política das finanças sociais brasileiras no período de 1995-2002. **Economia e Sociedade**, v. 15, n 1, p. 145-174, jan./jun/2006.
- CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. 4, dez. 2012.
- \_\_\_\_\_. Política Social, distribuição de renda e crescimento econômico. In: FONSECA, Ana. FAGNANI, Eduardo. **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania. Economia, distribuição da renda e mercado de trabalho**. Volume 1. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 167-196.
- CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo – SP: Cortez, 2018.
- CONSÓRCIO PÚBLICO JACUÍPE**. Disponível em: <http://consorciojacuipe.ba.gov.br/o-consorcio>. Acesso em: 25 de nov. de 2019.
- CONTI, Irio Luiz. SCHROEDER, Elson. MEDAGLIA, Vicente Rahn. **Construindo saberes, cisternas e cidadania. Formação para a convivência como semiárido brasileiro**. Editora IABS. Brasília. 2014.
- COSTA, Sérgio. Movimentos Sociais, Democratização e a construção de esferas públicas locais. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – vol. 12, nº 35, 1997, p. 1-15.
- COTRIN, Gilberto. **História Global 3**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, 1/2002.
- CRUZ, Danilo Uzêda da. **Planejamento Participativo e políticas públicas: participação social e metodologias participativas no Brasil contemporâneo**. Feira de Satana: Z Arte Editora, 2016.
- CUNHA, Juca Ulhôa Cintra Paes da. Et. Al. Valoração econômica de serviços ecossistêmicos no território Bacia do Jacuípe (Bahia). **Revista Debate Econômico**, v.2, n.2, p. 5-30, jul/dez 2014. p. 5-30.
- DEL PRIORE, Mary. “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 217-236.

ELOY, Claudia Magalhães; COSTA, Fernanda; ROSSETTO, Rossella. Direito à moradia no Brasil: a política de subsídios habitacionais. In: FONSECA, Ana. FAGNANI, Eduardo. **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania. Educação, Seguridade social, pobreza, infraestrutura urbana e transição demográfica.** Volume 2. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 336-368.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004, p. 47-71.

FILHO, João Trindade Cavalcante. A Constituição de 1988 como matriz de Políticas Públicas: direitos, deveres e objetivos no campo dos direitos sociais. In: MENDES, Gilmar. PAIVA, Paulo. **Políticas Públicas no Brasil: uma abordagem institucional.** São Paulo: Saraiva, 2017. p. 33-47.

FONSECA, Ana. FAGNANI, Eduardo. **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania. Economia, distribuição da renda e mercado de trabalho.** Volume 1. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania. Educação, seguridade social, pobreza, infraestrutura urbana e transição demográfica.** Volume 2. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

FONSECA, Ana; JACCOUD, Luciana; KARAM, Ricardo. Do Bolsa Família ao Brasil sem Miséria: o desafio de universalizar a cidadania. **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania. Educação, seguridade social, pobreza, infraestrutura urbana e transição demográfica.** Volume 2. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 307-334.

FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937).** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática das análises de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, nº 21 – jun de 2000. p. 211-252.

GASPAROTTO, Geovana Prante. GROSSI, Patricia Krieger. A perspectiva de gênero na política de assistência social: um debate necessário. In: **O Social em Questão.** Ano XX, nº 38, mai a ago/2017. p. 207-226.

GIOVANNI, Geraldo di. **As estruturas elementares das políticas públicas.** In: Caderno de Pesquisa nº 82. NEPP/UNICAMP, 2009.

GREGORI, Juciane de. Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. **Caderno Espaço Feminino.** Uberlândia-MG. v. 30, n. 2. Jul/dex., 2017.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação.** Vol. 16, n. 47, mai-ago, 2011, p. 333-361.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cades**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em 27 de jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Mapa Brasil Semiárido**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=downloads>. Acesso em: 19 de set. 2020.

\_\_\_\_\_. **Mapa do Semiárido**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=downloads>. Acesso em: 19 de set. 2020.

JACOBI, Pedro. Movimentos Populares Urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. Coortação e clientelismo. In: BOSCHI, Renato Raul (org.). **Movimentos Coletivos no Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 145-179.

\_\_\_\_\_. Pedro. Movimentos Sociais Urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: SADER, Emir (org.). **Movimentos Sociais na transição da democracia**. São Paulo: Cortez, 1987. p. 11 – 23.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas: demandas por saneamento básico e saúde**. São Paulo: Cortez, 1993.

JÚNIOR, Álvaro Francisco de Britto. JÚNIOR, Nazir Feres. A utilização da entrevista em trabalhos científicos. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Políticas Sociais: focalização ou universalização?** In: Revista de Economia Política, vol. 26, nº 4 (104), pp. 564-574, outubro-dezembro/2006.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1990.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEAL, Adriana Karla T. B. Nunes, *et. al.* As variedades de cisternas de placa utilizadas no semiárido. In: **Revista Brasileira de Geografia Física**. v. 09, nº 4 (2016) 1268-181.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-241, jun. 2003. p. 234-240. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100014/8721>. Acesso em 27 out. 2020.

LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de. Sobre gênero e ciência: tensões, avanços, desafios. In: BONNETI, Ângela. LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de. (org.). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador: EDUFBA: NEIM, 2014. p. 15-28.

LIMA, Dalberto. **Fundação e Evolução de Quixabeira**. Feira de Santana: Bahia. Artes Gráfica. 1992.

LOUREIRO, Maria Rita. Macário, Vinicius. GUERRA, Pedro. Democracia, Arenas Decisórias e Políticas Públicas: O Programa Minha Casa Minha Vida. **Texto para discussão, nº 1886, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Brasília, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MACÊDO, Márcia dos Santos. Feminismos e pós-modernidade: como discutir essa relação? In: BONNETI, Ângela. LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de. (org.). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador: EDUFBA: NEIM, 2014. p. 29-51.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa Crítica, Etnopesquisa-Formação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Etnografia como prática e experiência**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO Books. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 19 nov. 2019.

MAMMARELLA, Rosetta. Movimentos Sociais Urbanos: pensando uma realidade em construção. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, (14) 1: 188-226, 1993.

MANZINI, Eduardo José. A entrevista na pesquisa social. **Didática**. São Paulo, v. 26/27, 1990/1991, p. 149-158.

\_\_\_\_\_. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e roteiros. In: **Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos**, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais, Bauru: USC, 2004, 10p.

MEDAGLIA, Vicente Rahn. CONTI, Irio Luiz (org). A convivência com o Semiárido sob os múltiplos olhares. In: CONTI, Irio Luiz. SCHROEDER, Elson. MEDAGLIA, Vicente Rahn. **Construindo saberes, cisternas e cidadania. Formação para a convivência como semiárido brasileiro**. Editora IABS. Brasília. 2014. p. 47-48. p. 45-87.

MENDES, Gilmar. PAIVA, Paulo. **Políticas Públicas no Brasil: uma abordagem institucional**. São Paulo: Saraiva, 2017.

MEYER, Dagmar Estermann. et. el. Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: a feminilização da inclusão social. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. p. 885-904.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2016.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. (orgs.) **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 494 – 515.

OKIN, Susan. **Gênero, o público e o privado**. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008.

PARADA, Eugenio Lahera. Política y Políticas Públicas. In: SARAVIA, Enrique. FERRARECI, Elisabete. **Políticas Públicas**. Coletânea – Volume 1. Brasília: ENEP, 2006. p. 67-95.

PASTORINI, Alejandra. ALVES, Andrea Moraes. GALIZIA, Silvina V. (orgs.) **Estado e cidadania: reflexões sobre as políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro – RJ: Editora FGV, 2012.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. (orgs.) **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 238 – 259.

PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. (orgs.) **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. (orgs.) **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. p. 119-141.

REIS, Fábio dos Santos. **Do pertencimento à valorização: Educação Ambiental além dos muros da Escola Terezinha Gonçalves Novaes em Quixabeira - Bahia: uma proposta de arborização urbana e requalificação de espaços formais de educação**. 2020. 115f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Ambientais) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB), Feira de Santana.

REISMAN, Leonardo. DE TONI, Jackson. A formação do Estado brasileiro e o impacto sobre as políticas públicas. In: MENDES, Gilmar. PAIVA, Paulo. **Políticas Públicas no Brasil: uma abordagem institucional**. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 13-32.

RELATÓRIO de Desenvolvimento Humano 2010. Edição do 20º aniversário. Nova Iorque: PNDU, 2010.

RIBEIRO, Djamila. As diversas ondas do feminismo acadêmico. **Portal Geledés**, São Paulo, 25 de nov. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/diversas-ondas-feminismo-academico/>. Acesso em: 27 de out. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Manual para uso não sexista da linguagem**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <<http://portalsemear.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Manual-para-uso-n%C3%A3o-sexista-da-linguagem.pdf>>. Acesso em: 21 de abr. 2021.

ROCHA, Agnaldo. Fotoversando no sertão: o retrato e a poesia de Agnaldo Rocha. Mogi Guaçu, SP: Beccalete, 2019

SANTANA, Vitor Leal. ARSKY, Igor da Costa. Aprendizado e inovação no desenho de regras para a implantação de políticas públicas: a experiência do Programa Cisternas. In: **Rev. Serv. Público**, Brasília, 67 (2), 203-226, abr/jun, 2006.

SANTOS, Tânia Steren dos. Gênero e políticas sociais: novos condicionamentos sobre a estrutura familiar. In: **SER Social**, Brasília, v. 10, n. 22, jan./jun. 2008, p. 97-128.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da Política Pública. In: SARAVIA, Enrique. FERRARECI, Elisabete. **Políticas Públicas**. Coletânea – Volume 1. Brasília: ENEP, 2006. p. 21-42.

SCHERER-WARREN, Ilse. LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil – Introdução. In: **Política & Sociedade**. Nº 5 – outubro de 2004, p. 13-35.

SCHROEDER, Elson. ALVES, Gilda Glauce M. MAZZINI, Vera Lúcia. O desafio de valorizar e difundir o conhecimento do Semiárido. In: CONTI, Irio Luiz. SCHROEDER, Elson. MEDAGLIA, Vicente Rahn. **Construindo saberes, cisternas e cidadania. Formação para a convivência como semiárido brasileiro**. Editora IABS. Brasília. 2014. p. 29-43.

SCHUMAHER, Schuma. CEVA, Antonia. **Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In. BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992. p. 63-95.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, n. 20 v. 2, jul/dez 1995. p. 71-99.

SILVA, Iris Vanessa de Sousa. **Amores e Desamores: Defloração, Estupro e Sedução em Jacobina – BA (1930 – 1960)**. 2017. 90 f. Monografia de Conclusão de Curso (Especialização em História: Cultura Urbana e Memória). Universidade do Estado da Bahia. Jacobina, 2017.

SILVA, Marco Aurélio de Barcelos. SILVEIRA, Marilda de Paula. A participação privada nas políticas públicas (concessões, parcerias público-privadas e organizações da sociedade civil de interesse público). In: MENDES, Gilmar. PAIVA, Paulo. **Políticas Públicas no Brasil: uma abordagem institucional**. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 165-183.

SOARES, Vera. Movimento Feminista: Paradigmas e desafios. IN: **Revista Estudos Feministas**. UFSC, Santa Catarina, 1994. p. 11-24.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero In: **Revista Brasileira de História**, n. 54, v. 27. São Paulo: ANPUH, jul-dez, 2007.

TEIXEIRA, Ana Cláudia C., MORONI, José Antônio. MARX, Vanessa. Políticas de participação e novas institucionalidades democráticas no contexto brasileiro recente. In: SERAFIM, Lizandra. MORONI, José Antônio. **Sociedade civil e novas institucionalidades democráticas na América Latina: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Instituto Pólis e INESC, 2009. p. 82-97.

TEIXEIRA, Regina. Insegurança, dependência e controle social da pobreza como fundamentos dos programas de transferência de renda na Argentina e no Brasil. In: **Controversias y Concurrencias Latinoamericanas**, (ATLAS – Asociación Latinoamericana de Sociología) número 4, ano 3, agosto de 2011. p. 39-53.

TIBURI, Marcia. O que é feminismo? Uma explicação por Márcia Tiburi. **Revista Cult**, São Paulo, 15 mar, 2015. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/o-que-e-feminismo/>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

TRINDADE, Etelvina. Cidade moderna e espaços femininos. In: **Revista Projeto História**, São Paulo, (13), jun. 1996, p. 109-120.

VALADARES, Lícia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 22, nº 63, São Paulo, fev. 2007, p. 153-155.

VANIN, Iole Macedo. Feminismo verso “anti-feminismo”: embates baianos. In: BONNETI, Ângela. LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de. (org.). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador: EDUFBA: NEIM, 2014. p. 165-187.

VIEIRA, Claudia Andrade. **Imagens reveladas, diferenças veladas: relações de gênero na dinâmica do espaço público na cidade do Salvador, Bahia**. 2013, Salvador, 283f. Tese Doutorado (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). PPGNEIM, UFBA, FFCH, Salvador, 2014.



## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FLACSO BRASIL MAESTRÍA ESTADO, GOBIERNO Y POLÍTICAS PÚBLICAS



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### **Mulheres de luta: o fortalecimento dos movimentos de mulheres em Quixabeira – BA através das Políticas Públicas Sociais (2011-2015)**

**Responsável: Iris Vanessa de Sousa Silva  
Comitê de Ética – Parecer 03/2020**

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo pesquisador e pelo participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

#### **Justificativa e objetivos:**

A presente pesquisa se justifica pela importância em refletir sobre os impactos que as políticas públicas de cunho social (habitação, transferência direta de renda, cisternas de produção, entre outras) promoveram no que se refere ao desenvolvimento e fortalecimento do movimento de mulheres de Quixabeira-Ba entre os anos de 2011 a 2015, cabe sinalizar que o movimento de mulheres do município será representado através da análise de duas associações, as entidades serão os objetos de estudo para o trabalho em questão. Importante sinalizar que o conceito de gênero será uma categoria de análise extremamente relevante para este trabalho, direcionando as nossas discussões ao longo do mesmo, para que assim, possamos compreender melhor as histórias das mulheres quixabeirenses. O principal objetivo da mesma é identificar o impacto das políticas públicas de cunho social para o fortalecimento dos movimentos de mulheres de Quixabeira – BA (2011-2015), a partir deste objetivo central, analisaremos também a trajetória dos movimentos de mulheres, o impacto que as políticas públicas e os movimentos sociais trouxeram para o cotidiano das associadas, analisaremos também, as nuances apresentadas pelas experiências vivenciadas pelas mulheres dos movimentos sociais. Desse modo, a história de luta das mulheres de Quixabeira será ainda mais evidenciada.

#### **Procedimentos:**

Participando do estudo você está sendo convidado a: ser participante e colaboradora com a construção deste trabalho sendo ouvida através de entrevista semiestruturada, que será gravada em áudio para posterior análise pela pesquisadora, ou para o preenchimento do questionário de perfil que será utilizado como ferramenta da coleta de dados para posteriores estudos.

**Observações:**

- Cada participante será ouvida uma vez para gravação do áudio da entrevista ou preencherá o questionário uma única vez.
- No caso das entrevistas semiestruturadas, será necessário um tempo maior para a realização da mesma, o que pode girar entorno de 01 (uma) hora e os questionários no máximo 30 minutos.
- Os áudios das entrevistas serão armazenados em mídias digitais por tempo indeterminado pela pesquisadora.

**Benefícios:**

Os benefícios em participar da pesquisa são de cunho científico, pois, ao permitir que a entrevista seja realizada, ou o questionário preenchido, você estará contribuindo para a construção da História das mulheres de Quixabeira, além disso, este é um momento de construção de conhecimento, pois estaremos trocando experiências e informações sobre os movimentos sociais (seus avanços e retrocessos ao longo do tempo) e também sobre as políticas públicas que envolvem este projeto.

**Sigilo e privacidade:**

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado para manter a integridade das participantes da pesquisa.

Salvo no caso das entrevistas com as representantes das entidades, que poderão ter seus nomes divulgados publicamente, pois fazem parte da mesa diretora e representam legalmente as entidades pesquisadas.

**Contato:**

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Iris Vanessa de Sousa Silva, Rua Mulungu, nº 4 – Bairro Laranjeiras – Quixabeira/BA, (74) 98106-6696, e-mail: iris.vanessa1989@outlook.com.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria acadêmica da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) das 09:00hs às 16:00hs na Avenida Ipiranga no. 1071, sala 608; CEP 01039-903 São Paulo – SP; telefone (11) 3229-2995; e-mail: maestria.estado@flacso.org.br

**O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).**

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas

**Consentimento livre e esclarecido:**

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do (a) participante da pesquisa:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.  
(Assinatura do participante da pesquisa ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL  
LEGAL)

**Responsabilidade do Pesquisador:**

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.  
(Assinatura do pesquisador)

## APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA ASSOCIADAS



### FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FLACSO BRASIL MAESTRÍA ESTADO, GOBIERNO Y POLÍTICAS PÚBLICAS

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA ASSOCIADAS

##### I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nº Entrevista: \_\_\_\_\_  
 Data de aplicação do instrumento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
 Nome da entrevistada: \_\_\_\_\_  
 Data de nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

##### II – INFORMAÇÕES PESSOAIS

1) Idade: \_\_\_\_\_  
 Estado civil: ( ) Solteira ( ) Casada ( ) Divorciada ( ) Viúva ( ) Outro: \_\_\_\_\_  
 Filhos: ( ) Sim Quantos: \_\_\_\_\_ ( ) Não  
 Número de pessoas na família: \_\_\_\_\_  
 Adultos: \_\_\_\_\_ Crianças: \_\_\_\_\_ Idosos: \_\_\_\_\_  
 Escolaridade:  
 ( ) Ensino Fundamental incompleto  
 ( ) Ensino Fundamental completo  
 ( ) Ensino Médio incompleto  
 ( ) Ensino Médio completo  
 ( ) Ensino superior incompleto  
 ( ) Ensino superior completo

Autoclassificação de cor ou raça:  
 ( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Indígena

Faz parte de algum outro movimento social? ( ) sim ( ) não. Se sim, qual?

---



---

##### III – INFORMAÇÕES QUALITATIVAS

- 1) O que você entende movimento social? E política pública e política social?
- 2) Participa da entidade desde a sua fundação?
- 3) Ocupa ou já ocupou algum cargo na entidade? Na mesa diretora, por exemplo?
- 4) Você considera importante participar de um grupo de mulheres organizadas socialmente?
- 5) O que a entidade proporciona para as mulheres que dela participam? (De forma positiva e negativa).

- 6) Quais atividades a entidade realiza com relação à independência das mulheres?
- 7) A entidade lhe incentiva em se inscrever em programas/projetos relacionados as políticas sociais?
- 8) O que você acha dos programas e projetos sociais? (PBF, MCMV, 2ª água, etc.).
- 9) Quais são as atividades desenvolvidas atualmente pela entidade?
- 10) Como associada já participou de momentos de diálogo com a administração pública - como em seminários, conferências, audiências públicas, Plano Plurianual Participativo - PPA, conselhos ou similares? Em caso de resposta afirmativa, citar quais desses espaços já atuou como representante da sociedade civil.
- 11) Em sua opinião, a participação social pode engajar as mulheres nas disputas políticas, como a disputa a cargo de vereadora, presidentes de sindicato, por exemplo?

**APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA  
REPRESENTANTES DAS ENTIDADES**



**FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FLACSO BRASIL  
MAESTRÍA ESTADO, GOBIERNO Y POLÍTICAS PÚBLICAS**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REPRESENTANTES DAS  
ENTIDADES**

**I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Nº Entrevista: \_\_\_\_\_

Data de aplicação do instrumento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome da entrevistada: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**II – INFORMAÇÕES PESSOAIS**

2) Idade: \_\_\_\_\_

Estado civil: ( ) Solteira ( ) Casada ( ) Divorciada ( ) Viúva ( ) Outro: \_\_\_\_\_

Filhos: ( ) Sim Quantos: \_\_\_\_\_ ( ) Não

Número de pessoas na família: \_\_\_\_\_

Adultos: \_\_\_\_\_ Crianças: \_\_\_\_\_ Idosos: \_\_\_\_\_

Escolaridade:

( ) Ensino Fundamental incompleto

( ) Ensino Fundamental completo

( ) Ensino Médio incompleto

( ) Ensino Médio completo

( ) Ensino superior incompleto

( ) Ensino superior completo

Autoclassificação de cor ou raça:

( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Indígena

Faz parte de algum outro movimento social? ( ) sim ( ) não. Se sim, qual?

\_\_\_\_\_

É filiada a algum partido político? ( ) sim ( ) não. Se sim, qual?

\_\_\_\_\_

**III – INFORMAÇÕES QUALITATIVAS**

12) O que você entende por movimento social? E política pública e política social?

13) Participa da entidade desde a sua fundação?

14) Qual o cargo que ocupa atualmente na entidade? Antes de ocupar este cargo, já fez parte da mesa diretora da mesma?

- 15) Como se deu a fundação da mesma?
- 16) O que a entidade proporciona para as mulheres que dela participam?
- 17) Qual o apoio da entidade para que suas associadas a se inscreverem em programas/projetos relacionados às políticas sociais?
- 18) Como a entidade vê os programas sociais como o PBF, MCMV, Programa 2ª Água?
- 19) Quais são as atividades desenvolvidas atualmente pela entidade?
- 20) A entidade já conseguiu captar algum tipo de financiamento ou recurso através de algum programa ou projetos sociais?
- 21) Você acredita que os movimentos sociais podem ter uma boa relação com o poder público? Como você acha que isso poderia acontecer, algum exemplo?
- 22) A entidade já participou de momentos de diálogo com a administração pública - como em seminários, audiências públicas, Plano Plurianual Participativo - PPA, conselhos ou similares? Em caso de resposta afirmativa, citar quais desses espaços já atuou como representante da sociedade civil.
- 23) Em sua opinião, a participação social pode engajar as mulheres nas disputas políticas, como a disputa a cargo de vereadora, presidentes de sindicatos, por exemplo?

## ANEXO A – PARECER COMITÊ DE ÉTICA FLACSO



**FLACSO**  
BRASIL

**Comitê de Ética**

**Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais**

**Parecer 03/2020**

**Projeto:** MULHERES DE LUTA: O FORTALECIMENTO DOS MOVIMENTOS DE MULHERES EM QUIXABEIRA – BA ATRAVÉS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS (2011-2015)

**Estudante/pesquisador(a):** IRIS VANESSA DE SOUSA SILVA

**Orientador(a):** Carolina Farias Moraes

A partir da atenta análise do projeto de pesquisa “**MULHERES DE LUTA: O FORTALECIMENTO DOS MOVIMENTOS DE MULHERES EM QUIXABEIRA – BA ATRAVÉS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS (2011-2015)**”, o **Comitê de Ética da Flacso Brasil** declara que o mencionado projeto reúne, de forma idônea, os requisitos para sua **aprovação**, tanto do ponto de vista técnico quanto na adequação conceitual da proposta e suas condições de operacionalidade, atendendo aos padrões éticos e normativos contidos na Resolução CNS 510/16 (Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais), no Código de Ética da Flacso Brasil e no Código de Ética do Sistema Flacso.

Brasília, 01 de setembro de 2020.

**Prof.ª Dr.ª Mary Garcia Castro**  
**Pelo Comitê de Ética da Flacso Brasil**

Brasília (DF) - Sede: SAIS Área 2-A, s/n,  
1º andar, sala 120. CEP: 70610-900  
(+55 61) 3703-2540 / (+55 61) 2020-3390

Rio de Janeiro (RJ): São Francisco Xavier, 524,  
Bloco F, sala 12.111. CEP: 20550-013  
(+55 21) 2334-0890

São Paulo (SP): Avenida Ipiranga, 1.071,  
Sala 608, República. CEP: 01039-903  
(+55 11) 3229-2995/ (+55 11) 3105-0781

flacsobr@flacso.org.br - www.flacso.org.br